



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4º TRIMESTRE DE 2021

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	5
APRESENTAÇÃO	6
1 COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS.....	7
2 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO.....	9
2.1 Jurisdição	9
2.2 Sessões Plenárias	10
2.3 Deliberações.....	10
2.4 Julgamento de Contas	12
2.5 Decisões Singulares	13
2.6 Sanções Aplicadas	14
2.7 Processos Autuados	15
2.8 Estoque de Processos	16
2.9 Apreciação de Denúncias, Consultas, Recursos e Representações	18
2.10 Fiscalizações a cargo do Tribunal de Contas.....	18
2.11 Atos Sujeitos a Registro.....	19
3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	20
3.1 Recursos Orçamentários e Financeiros	20
3.1.1 Previsão Orçamentária	20
3.1.2 Alteração Orçamentária	20
3.1.3 Execução Orçamentária.....	20
3.1.4 Execução Financeira	24
3.1.5 Repasses do Tesouro do Estado ao TCE/SC	26
3.2 Licitações e Contratos	27
3.3 Gestão de pessoas	38
3.3.1 Quadro de Pessoal do TCE/SC	38
3.3.2 Distribuição Funcional do TCE/SC.....	39
3.4 Programa de Estágio	41
3.5 Treinamento e Aperfeiçoamento.....	41
4 MODERNIZAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	44
4.1 Ouvidoria	44
4.2 Convênios e Acordos de Cooperação.....	45
4.3 Comunicação e Sociedade	46
4.3.1 Destaque do material produzido pela Assessoria de Comunicação Social.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS	7
Tabela 2 - COMPETÊNCIA LEGAL DO TRIBUNAL DE CONTAS	7
Tabela 3 - UNIDADES JURISDICIONADAS	9
Tabela 4 – SESSÕES REALIZADAS	10
Tabela 5 - PROCESSOS JULGADOS OU APRECIADOS PELO TRIBUNAL PLENO	11
Tabela 6 – CONTAS JULGADAS COM DECISÃO DEFINITIVA	13
Tabela 7 - DECISÕES SINGULARES	13
Tabela 8 - DECISÕES DO TRIBUNAL PLENO COM IMPUTAÇÃO DE DÉBITO E/OU APLICAÇÃO DE MULTAS	14
Tabela 9 - DECISÕES DEFINITIVAS DO TRIBUNAL PLENO COM ENCAMINHAMENTO PARA COBRANÇA DE DÉBITOS E MULTAS	15
Tabela 10 - PROCESSOS AUTUADOS	15
Tabela 11 - ESTOQUE DE PROCESSOS POR LOTAÇÃO	17
Tabela 12 – DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES, CONSULTAS E RECURSOS APRECIADOS	18
Tabela 13 - FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	18
Tabela 14 - ATOS DE PESSOAL, PENSÃO E AUXÍLIO ESPECIAL JULGADOS PELO TRIBUNAL E EM DECISÕES SINGULARES	19
Tabela 15 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	20
Tabela 16 - RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20
Tabela 17 - RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO TCE/SC POR PROJETO ATIVIDADE	23
Tabela 18 - EXECUÇÃO FINANCEIRA	24
Tabela 19 - REPASSES DO TESOUREIRO DO ESTADO AO TCE/SC	27
Tabela 20 - LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONGÊNERES	27
Tabela 21 - QUADRO DE PESSOAL DO TCE/SC	38
Tabela 22 - DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DO TCE/SC	39
Tabela 23 – QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO TCE/SC	41
Tabela 24 - ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO – PÚBLICO INTERNO	41
Tabela 25 - ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO – PÚBLICO EXTERNO	43
Tabela 26 - DESCRIÇÃO DE DEMANDAS DOS CIDADÃOS	44
Tabela 27 - FORMAS DE CONTATO COM A OUVIDORIA	44
Tabela 28 - CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO REGISTRADOS	46

Tabela 29 - MATÉRIAS DIVULGADAS AO PÚBLICO INTERNO	46
Tabela 30 - MATÉRIAS ENVIADAS À IMPRENSA	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - PROCESSOS JULGADOS	12
Gráfico 2 - DECISÕES SINGULARES	14
Gráfico 3 – PROCESSOS AUTUADOS POR MATÉRIA	16
Gráfico 4 - EVOLUÇÃO NO ESTOQUE DE PROCESSOS NO TCE/SC	17
Gráfico 5 – FISCALIZAÇÕES REALIZADAS NO TRIMESTRE	19
Gráfico 6 - RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATÉ O TRIMESTRE	22
Gráfico 7 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA ATÉ O TRIMESTRE ...	23
Gráfico 8 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO POR SUB-AÇÕES	24
Gráfico 9 – EXECUÇÃO FINANCEIRA	26
Gráfico 10 - RESUMO DOS REPASSES DO TESOUREIRO DO ESTADO AO TCE/SC NO TRIMESTRE	27
Gráfico 11 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CARGOS OCUPADOS	39
Gráfico 12 - DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DE CONTROLE EXTERNO	40
Gráfico 13 - DESCRIÇÃO DA DEMANDA DOS CIDADÃOS	45
Gráfico 14 - FORMAS DE CONTATO COM A OUVIDORIA	45

ANEXOS

ANEXO 1- DIÁRIAS CONCEDIDAS NO TRIMESTRE	68
------------------------------------------------	----

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente

Adircélio de Moraes Ferreira Junior

Vice-Presidente

Herneus de Nadal

Conselheiros

César Filomeno Fontes
Wilson Rogério Wan-Dall
Luiz Eduardo Cherem
Luiz Roberto Herbst
José Nei Ascari - Corregedor Geral

Conselheiros Substitutos

Sabrina Nunes Iocken
Cleber Muniz Gavi
Gerson dos Santos Sicca

Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina – MPC/SC

Cibely Farias – Procuradora-Geral
Diogo Ringenberg – Procurador
Aderson Flores – Procurador

Chefia de Gabinete da Presidência

Juliana Francisconi Cardoso

Diretoria Geral de Controle Externo

Marcelo Brognoli da Costa

Diretoria Geral de Administração

Thais Schmitz Serpa

Elaboração

Assessoria de Planejamento – APLA (apla@tcsc.tc.br)
Adriana Luz
Cláudio Cherem de Abreu
João Victor dos Santos Dela Roca

Internet: <https://www.tcsc.tc.br>
Rua Bulcão Viana, 90 – Centro
88020-160 - Florianópolis – SC

APRESENTAÇÃO

Sr. (a)s Deputado (a)s,

O Tribunal tem como missão institucional controlar e contribuir para o aprimoramento da gestão dos recursos públicos da sociedade catarinense.

Em cumprimento ao disposto no art. 59, § 4º da Constituição Estadual, o presente relatório sintetiza a atuação do Tribunal de Contas do Estado no quarto trimestre de 2021, enfocando as principais atividades relacionadas ao controle externo e aos meios empregados para sua realização, objetivando contribuir com a sociedade catarinense no efetivo controle dos gastos públicos estaduais e municipais do nosso Estado.

Estruturado em quatro capítulos, têm-se a compilação das competências constitucionais e legais, juntamente com estrutura organizacional deste Tribunal, no Capítulo 1; as ações de controle externo desenvolvidas no período são relatadas no Capítulo 2; a gestão do órgão consta no Capítulo 3; finalizando com a modernização e relacionamento institucional, no Capítulo 4.

A fiscalização do TCE/SC, neste trimestre, abrangeu **1.890** unidades gestoras estaduais e municipais. Nesse período, foram autuados **2.132** processos e exaradas decisões plenárias e singulares em **1.444** processos. O trabalho do Tribunal culminou no encaminhamento para cobranças de débitos e multas, resultante de decisões definitivas do Tribunal Pleno, no montante de R\$ **1.017.992,16** (um milhão dezessete mil novecentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos).

Esses são alguns destaques da ação permanente de controle desta Corte de Contas, os quais reafirmam o compromisso e o empenho da Instituição de atuar em áreas de maior risco, materialidade e relevância, com o objetivo de contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública, em benefício de todos os cidadãos catarinenses.

Por fim, há de se ressaltar que o relevante desempenho do Tribunal somente foi possível por meio da efetiva participação das autoridades desta Casa, da adesão do corpo funcional, do trabalho em equipe e do efetivo atendimento do dever constitucional de zelar pela boa e regular gestão dos recursos públicos, em prol do interesse público.

Adircélio de Moraes Ferreira Junior

Presidente

1 COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, em auxílio à Assembleia Legislativa de Santa Catarina no exercício do controle externo, são conferidas várias competências nos termos da Constituição do Estado, sintetizadas na Tabela 01, bem como outras determinadas por meio de leis específicas, conforme Tabela 02.

Tabela 1 - COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

COMPETÊNCIA	FUNDAMENTO
• Appreciar e emitir Parecer Prévio sobre as contas anuais do Governador do Estado.	Art. 59, I
• Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta.	Art. 59, II
• Appreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas, transferências para a reserva e pensões.	Art. 59, III
• Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação da Assembleia Legislativa.	Art. 59, IV
• Fiscalizar as contas de empresas de cujo capital social o Estado tenha participação direta ou indireta.	Art. 59, V
• Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado a Municípios, e subvenções a qualquer entidade de direito privado.	Art. 59, VI
• Prestar informações à Assembleia Legislativa sobre fiscalizações realizadas.	Art. 59, VII
• Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em Lei.	Art. 59, VIII
• Assinar prazo para que o órgão ou entidade tome providências no caso de constatação de ilegalidade quanto ao cumprimento da lei.	Art. 59, IX
• Sustar se não atendido, a execução do ato impugnado comunicando a decisão a Assembleia Legislativa.	Art. 59, X
• Representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.	Art. 59, XI
• Responder as consultas sobre interpretação de lei relativas a matéria sujeita à sua fiscalização.	Art. 59, XII
• Emitir pronunciamento conclusivo sobre matéria que seja submetida à apreciação da Comissão Mista Permanente de Deputados.	Art. 60, § 1º
• Auditar, por solicitação da Comissão a que se refere o § 1º do art. 122 da Constituição Estadual, ou de comissão técnica da Assembleia Legislativa, projetos e programas autorizados na Lei Orçamentária Anual do Estado, avaliando os seus resultados quanto à eficácia, eficiência e economicidade.	Art. 122, § 1º
• Apurar Denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades.	Art. 62, § 2º

Tabela 2 - COMPETÊNCIA LEGAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

COMPETÊNCIA	FUNDAMENTO
• Proceder ao controle da legalidade e legitimidade dos bens e rendas de ocupantes de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.	Lei nº 8.730 de 10/11/93
• Decidir sobre Representação apresentada pelas Câmaras Municipais acerca de irregularidades na liberação de recursos federais para os respectivos municípios.	Lei nº 9.452 de 20/03/97
• Appreciar Representações formuladas por licitantes, contratados ou pessoas físicas ou jurídicas, acerca de irregularidades na aplicação da lei de Licitações e Contratos da Administração pública.	Lei nº 8.666 de 21/06/93
• Appreciar as contas dos gestores públicos no que lhe compete sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade de seus atos, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.	LC nº 202/2000 de 15/12/2000
• Decidir sobre consultas de autoridades competentes com relação à interpretação na aplicação de dispositivos legais, relativas à matéria sujeita a sua fiscalização.	LC nº 202/2000 de 15/12/2000
• Fiscalizar acerca do cumprimento por parte dos administradores públicos quanto aos limites das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.	LC nº 101/2000 de 04/05/2000

O Tribunal de Contas de Santa Catarina tem sede no município de Florianópolis, é integrado por sete Conselheiros e possui quadro de pessoal próprio e jurisdição em todo território estadual. Os Conselheiros são escolhidos:

- a) Três, pelo Governador do Estado com aprovação da Assembleia Legislativa;
- b) Quatro, pela Assembleia Legislativa (art. 61, § 2º, I e II da Constituição Estadual).

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal, Lei Complementar nº 202/2000, de 15/12/2000, conjugada com a Resolução N. TC-0149/2019, sua estrutura organizacional é assim composta:

I - Órgãos deliberativos:

- a) o Plenário; e
- b) as Câmaras;

III - Órgão especial:

- a) o Corpo de Auditores;

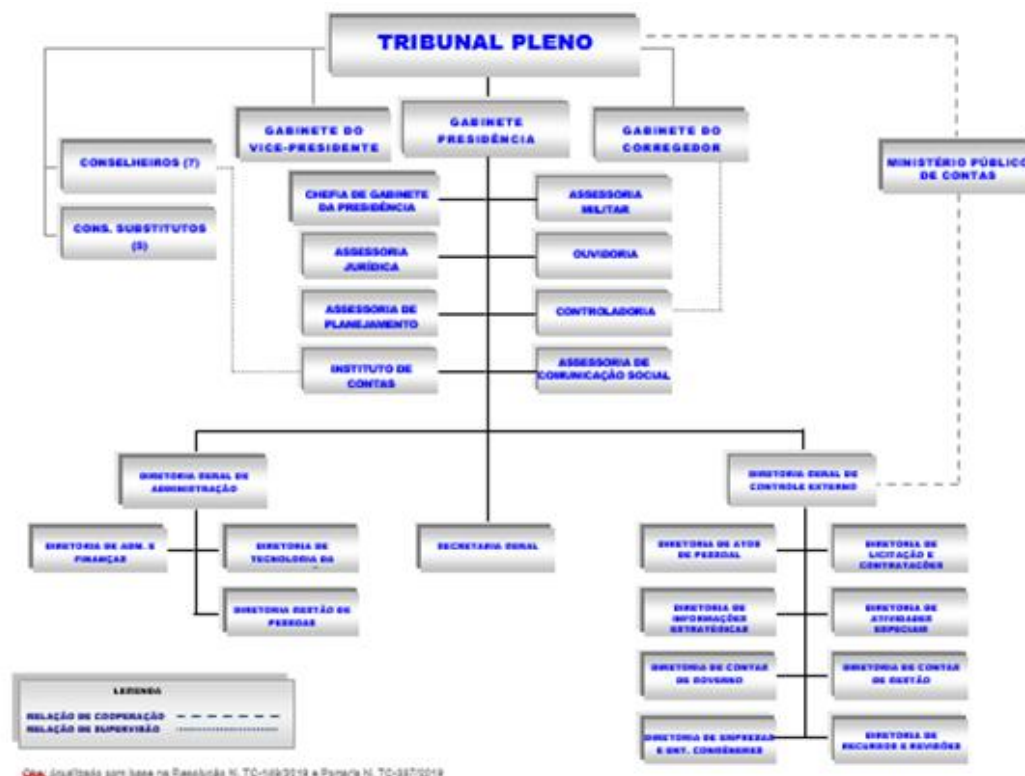
II - Órgãos de administração superior:

- a) a Presidência;
- b) a Vice-Presidência; e
- c) a Corregedoria Geral;

IV - Órgãos auxiliares:

- a) os órgãos de assessoria;
- b) os órgãos de controle;
- c) os órgãos de apoio técnico-administrativo; e
- d) os órgãos institucionais singulares.

Junto ao TCE/SC, também atua o Ministério Público, na forma estabelecida nos arts. 107 a 111 da Lei Orgânica do Tribunal, de 15 de dezembro de 2000.



2 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no exercício do controle externo, de acordo com suas atribuições constitucionais, exerce funções de natureza fiscalizadora, opinativa, sancionadora e consultiva.

A fiscalização tem como objetivo verificar a legalidade, a legitimidade, a eficiência e a economicidade de atos administrativos em geral, bem como o cumprimento das normas relativas à gestão fiscal com vistas a assegurar a eficácia do controle que lhe compete.

A função opinativa é exercida quando emite o parecer prévio sobre as contas anuais prestadas pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais.

A função sancionadora manifesta-se, principalmente, na aplicação das multas previstas na Lei Orgânica do Tribunal.

A função consultiva manifesta-se pela orientação através da resposta às consultas sobre a interpretação de lei ou questão formulada, em tese, relativa à matéria sujeita a sua fiscalização, formuladas ao TCE nos termos do art. 59, XII, da Constituição Estadual.

Também compete ao TCE apurar denúncias sobre supostas irregularidades cometidas em órgãos públicos estaduais e municipais, formuladas com base no art. 62, § 2º, da Carta Estadual.

2.1 Jurisdição

O art. 83 da Constituição Estadual e os arts. 5º e 6º da Lei Orgânica do Tribunal, aprovada em 2000, através da Lei Complementar nº 202, dispõem que estão sob a jurisdição do Tribunal qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou os Municípios respondam, ou que, em nome destes, assumam obrigações de natureza pecuniária.

No 4º trimestre de 2021, estiveram sujeitas à fiscalização pelo TCE/SC 1.890 unidades, constituídas de órgãos e entidades estaduais e municipais.

Tabela 3 - UNIDADES JURISDICIONADAS

ÂMBITO	NATUREZA	QUANTIDADE
MUNICIPAL	Administração Direta	295
	Autarquia	143
	Autarquia em Regime Especial - Execução	1
	Câmara de Vereadores	295
	Empresa	9
	Fundação	127
	Fundo	801
Subtotal		1.671
ESTADUAL	Administração Direta	28
	Autarquia	9
	Empresa	22
	Fundação	7
	Fundo	54
	Judiciário	1
	Legislativo	1
	Ministério Público	1
Tribunal de Contas	1	
Subtotal		124

ÂMBITO	NATUREZA	QUANTIDADE
OUTRAS	Associação de Municípios	29
	Consórcio - Módulo Execução	66
Subtotal		95
TOTAL		1.890

Fonte: Sistema e-Sfinge

2.2 Sessões Plenárias

O Tribunal Pleno é órgão deliberativo do TCE/SC, reunindo-se ordinária e extraordinariamente, quando necessário, em sessões abertas ao público.

Durante o período de pandemia, as sessões do Tribunal Pleno passaram a ser realizadas em ambiente virtual, tendo sido adotado o modelo de Plenário Virtual, por meio do qual as sessões têm duração de uma semana. As sessões telepresenciais ocorrem às segundas-feiras, a partir das 14h.

A pauta das sessões é publicada, com antecedência, no Diário Oficial Eletrônico (DOTC-e), veículo de publicação e divulgação dos atos processuais e administrativos do TCE/SC, podendo ser consultado no endereço eletrônico: <http://www.tce.sc.gov.br/diario-oficial>.

Tabela 4 – SESSÕES REALIZADAS

TIPO DE SESSÃO	1 TRI	2 TRI	3 TRI	4 TRI	ANO
Administrativa			3	2	5
Especial	1				1
Telepresencial	8	14	12	11	45
- Extraordinária		1		3	4
- Ordinária	8	13	12	8	41
Plenário Virtual	10	13	13	10	46
TOTAL	19	27	28	23	97

Fonte: Sistemas Siproc/e-Siproc

2.3 Deliberações

As decisões constituem-se em atos deliberativos do Tribunal Pleno baseados na instrução técnica, na manifestação do Ministério Público e no parecer do Conselheiro Relator. Podem tomar a forma de: Acórdãos, Pareceres, Decisões, Resoluções, Instruções Normativas e Decisões Normativas.

O Acórdão é um ato deliberativo de natureza definitiva, em processos de Prestação ou Tomada de Contas, que resulte em imposição de multa ou débito.

O Tribunal Pleno decide através de Pareceres, quando se tratar de contas prestadas anualmente pelo Governador; pelos Prefeitos e outros casos, em que deva o Tribunal assim se manifestar.

Por meio de Decisões, nos demais casos, especialmente quando se tratar de: sustação ou solicitação de sustação da execução de ato ilegal; apreciação de atos de pessoal; determinação de realização de inspeções e auditorias e apreciação de seus resultados; matéria de natureza administrativa; enunciado de súmula de jurisprudência do Tribunal; incidente de inconstitucionalidade; entre outros.

Resoluções, quando se tratar de normas relativas à estrutura, competência, atribuição e funcionamento dos órgãos do Tribunal; outras matérias que, a critério do Tribunal Pleno, devam se revestir dessa forma.

Instrução Normativa, quando se tratar de instruções gerais ou especiais relativas ao controle externo, ou quando disciplinar matéria que envolva órgão ou entidade sujeita à jurisdição do Tribunal.

Decisão Normativa, quando se tratar de fixação de critério ou orientação e não se justificar a expedição de instrução normativa ou resolução.

A tabela a seguir apresenta o número de processos julgados ou apreciados pelo Plenário do Tribunal de Contas no 4º trimestre de 2021.

Tabela 5 - PROCESSOS JULGADOS OU APRECIADOS PELO TRIBUNAL PLENO

SIGLA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	%
APE	Registro de Ato de Aposentadoria	54	11,18%
APE	Revogação de Registro de Ato Aposentatório	1	0,21%
CON	Consulta	22	4,55%
DEN	Denúncia	7	1,45%
LCC	Edital de Licitação	3	0,62%
LRF	Verificação da Lei de Responsabilidade Fiscal	5	1,04%
PCP	Contas anuais do Município Prestadas pelo Prefeito	212	43,89%
PCP	Reapreciação das Contas anuais de 2016 do Município Prestadas pelo Prefeito	1	0,21%
PCP	Reapreciação das Contas anuais de 2017 do Município Prestadas pelo Prefeito	1	0,21%
PCR	Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Servidor	4	0,83%
PCR	Prestação de Contas de Transf. de Recursos para entes e entidades públicos	1	0,21%
PCR	Prestação de Contas de Transf. de Recursos para pessoas jurídicas privadas	6	1,24%
PCR	Prestação de Contas de Transferências de recursos para pessoas físicas	2	0,41%
PMO	Monitoramento Prestação de Contas do Governador	2	0,41%
PPA	Registro do Ato de Pensão e Auxílio Especial	1	0,21%
REC	Agravo - art. 82 da LC 202/2000	5	1,04%
REC	Embargos de Declaração - art.78 da LC 202/2000	4	0,83%
REC	Reconsideração - art. 77 da LC 202/2000	13	2,69%
REC	Reexame - art. 80 da LC 202/2000	13	2,69%
REP	Representação de Agente Público	10	2,07%
REP	Representação de Conselheiro	9	1,86%
REP	Representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	1	0,21%
REP	Representação do Poder Judiciário	1	0,21%
REP (Lei 8.666)	Representação - art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93	74	15,32%
REV	Revisão - art. 83 da LC 202/2000	1	0,21%
RLA	Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia	3	0,62%
RLA	Auditoria de Regularidade de Atos de Pessoal	1	0,21%
RLA	Auditoria de Regularidade Registros Contábeis e Execução Orçamentária	4	0,83%
RLA	Auditoria Financeira	1	0,21%
RLA	Auditoria Operacional	2	0,41%
RLA	Auditoria Ordinária	1	0,21%
RLI	Inspeção de Regularidade referente a Atos de Pessoal	3	0,62%
RLI	Inspeção de Regularidade referente a Registros Contábeis e Execução Orçamentária	2	0,41%
RLI	Inspeção Financeira	1	0,21%
TCE	Tomada de Contas Especial	3	0,62%
TCE	Tomada de Contas Especial decorrente de conversão pelo TCE	2	0,41%
TCE	Tomada de Contas Especial determinada TCE	1	0,21%

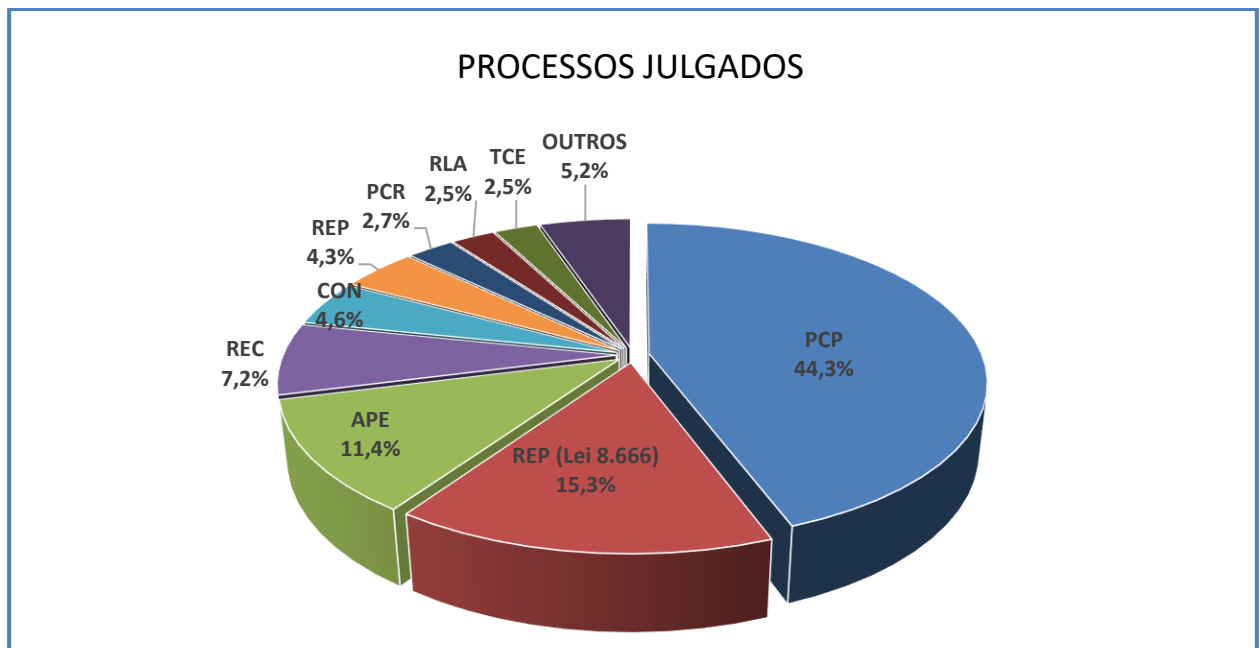
SIGLA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	%
TCE	Tomada de Contas Especial originária de UG	6	1,24%
TOTAL		483	100,00%

Fonte: Sistemas Siproc/e-Siproc

Observação: São quantificadas as decisões de caráter definitivo cuja data de publicação está contida no trimestre.

O gráfico a seguir demonstra a participação relativa dos principais tipos de processos julgados no 4º trimestre de 2021.

Gráfico 1 - PROCESSOS JULGADOS



Fonte: Sistemas Siproc/e-Siproc

2.4 Julgamento de Contas

Todos os processos que tramitam no Tribunal de Contas são instruídos pelas Diretorias Técnicas e encaminhados ao Ministério Público junto ao TCE/SC, para emissão de seu parecer. Cumpridas estas instâncias de análise e parecer, o processo é submetido ao Relator para proferir o parecer e voto, submetendo-os à deliberação do Pleno.

Será considerada preliminar a decisão pela qual o Plenário, antes de pronunciar-se quanto ao mérito da matéria, resolve sobrestar o julgamento, ordenar a citação dos responsáveis ou, ainda, determinar outras diligências necessárias ao saneamento do processo.

A decisão definitiva do Tribunal acontece quando as contas são julgadas regulares, regulares com ressalvas ou irregulares.

Terminativa é a decisão pela qual o TCE ordena o trancamento das contas consideradas ilíquidáveis, nos termos do art. 22 da Lei Orgânica do Tribunal (Lei Complementar 202/2000).

Tabela 6 – CONTAS JULGADAS COM DECISÃO DEFINITIVA

PROCESSO DE CONTAS	ANULADA / ARQUIVADA / TRANCAMENTO	ILÍQUIDÁVEL	IRREGULAR	REGULAR	REGULAR COM RESSALVA	TOTAL
PCA - Prestação de Contas de Unidade Gestora						0
PCR - Prestação de Contas de Recursos Repassados	7			2	11	20
TCE - Tomada de Contas Especial	1		6	1	4	12
TOTAL	8		6	3	15	32

Fonte: Sistemas Siproc/e-Siproc

Observação: São consideradas as contas com decisão de caráter definitivo cuja data de publicação está contida no trimestre.

2.5 Decisões Singulares

São decisões monocráticas de gabinete, proferidas por um julgador (conselheiro ou auditor substituto de conselheiro), sem a necessidade de se submeter ao Tribunal Pleno, nos casos específicos disciplinados na Lei Orgânica e Regimento Interno do Tribunal.

A tabela a seguir apresenta, por tipo e espécie de processos, o número de decisões singulares no 4º trimestre de 2021.

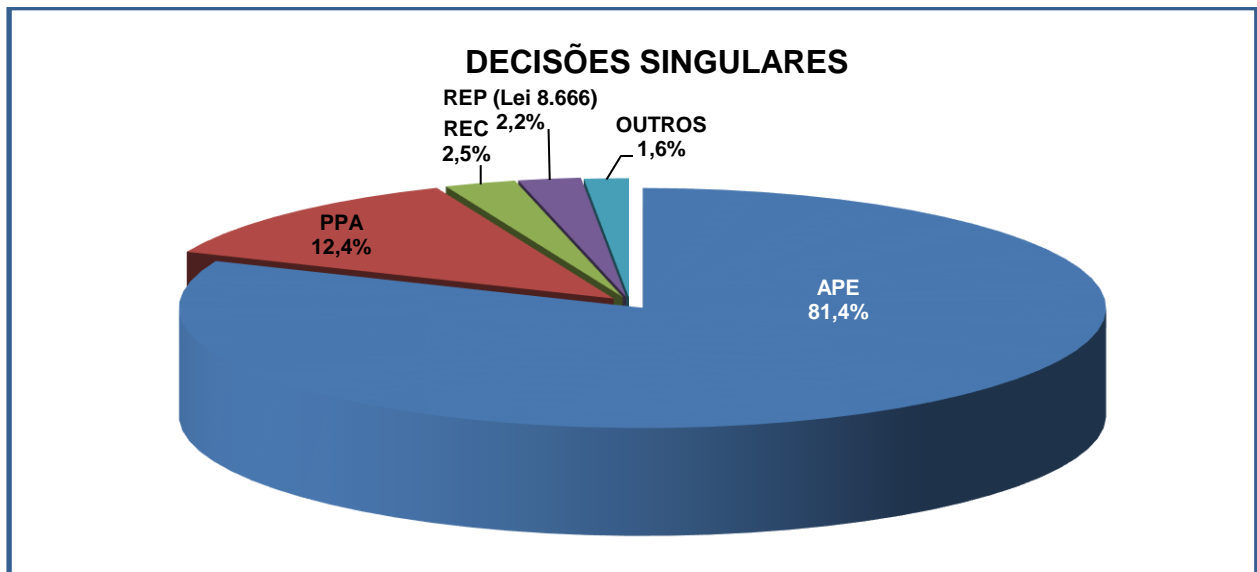
Tabela 7 - DECISÕES SINGULARES

SIGLA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	%
APE	Registro de Ato de Aposentadoria	696	72,42%
APE	Registro de Ato de Reforma	14	1,46%
APE	Registro de Ato de Transferência para a Reserva Remunerada	51	5,31%
APE	Retificação de Ato Aposentatório	20	2,08%
APE	Revogação de Registro de Ato Aposentatório	1	0,10%
DEN	Denúncia	1	0,10%
LCC	Edital de Licitação	3	0,31%
LCC	Exame Prévio de Concessões - Fase de Planejamento	1	0,10%
LEV	Obras e Serviços de Engenharia	1	0,10%
LEV	Regularidade de Atos de Gestão	1	0,10%
PCR	Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Servidor	2	0,21%
PCR	Prestação de Contas de Transferências de recursos para pessoas físicas	2	0,21%
PMO	Monitoramento Auditoria Operacional	1	0,10%
PPA	Registro do Ato de Pensão e Auxílio Especial	119	12,38%
REC	Agravo - art. 82 da LC 202/2000	1	0,10%
REC	Embargos de Declaração - art.78 da LC 202/2000	2	0,21%
REC	Reconsideração - art. 77 da LC 202/2000	10	1,04%
REC	Reexame - art. 80 da LC 202/2000	11	1,14%
REP	Representação de Agente Público	1	0,10%
REP (Lei 8.666)	Representação - art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93	21	2,19%
RLA	Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia	1	0,10%
RLA	Auditoria Ordinária	1	0,10%
TOTAL		961	100,00%

Fonte: Sistemas Siproc/e-Siproc

Observação: São quantificadas as decisões de caráter definitivo cuja data de publicação está contida no trimestre.

Gráfico 2 - DECISÕES SINGULARES



Fonte: Sistemas Siproc/e-Siproc

2.6 Sanções Aplicadas

No período, as decisões prolatadas pelo Tribunal Pleno envolveram aplicações de multas e imputação de débitos no valor de R\$ 413.289,66, conforme demonstra a Tabela 8.

Tabela 8 - DECISÕES DO TRIBUNAL PLENO COM IMPUTAÇÃO DE DÉBITO E/OU APLICAÇÃO DE MULTAS

SIGLA	PROCESSO	MULTA (R\$)	DÉBITO (R\$)	TOTAL (R\$)
PCR	Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Servidor	-	93.798,00	93.798,00
REP	Representação - art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93	23.107,960	-	23.107,96
REP	Representação de Agente Público	13.477,280	-	13.477,28
REP	Representação de Conselheiro	4.000,000	-	4.000,00
REP	Representação do Ministério Público	1.684,660	-	1.684,66
RLA	Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia	15.161,940	-	15.161,94
RLA	Auditoria de Regularidade Registros Contábeis e Execução Orçamentária	1.136,520	-	1.136,52
TCE	Tomada de Contas Especial	5.053,980	200.000,00	205.053,98
TCE	Tomada de Contas Especial decorrente de conversão pelo TCE	-	2.500,00	2.500,00
TCE	Tomada de Contas Especial originária de UG	3.369,320	50.000,00	53.369,32
TOTAL		66.991,66	346.298,00	413.289,66

Fonte: Sistemas Siproc/e-Siproc

Obs.: Consulta efetuada na base de dados em 02/02/2022, valores sujeitos a alterações em razão dos procedimentos de controle e acompanhamento das decisões da Secretaria Geral do TCE/SC.

No mesmo período, foram adotadas providências para a execução de débitos imputados e de multas aplicadas em decisões do Tribunal, previstas no Regimento Interno, art. 63, em processos que, somados, totalizam R\$ 1.017.992,16, conforme demonstra a Tabela 9.

Tabela 9 - DECISÕES DEFINITIVAS DO TRIBUNAL PLENO COM ENCAMINHAMENTO PARA COBRANÇA DE DÉBITOS E MULTAS

SIGLA	PROCESSO	MULTA (R\$)	DÉBITO (R\$)	TOTAL (R\$)
LCC	Processo Licitatório	4.500,00	-	4.500,00
PCA	Prestação de Contas Anual de Unidade Gestora	-	92.457,35	92.457,35
PCA	Prestação de Contas de Administrador	-	64.980,90	64.980,90
PCR	Prestação de Contas de Transferências de recursos para pessoas físicas	5.682,60	214.307,28	219.989,88
REP	Representação de Agente Público	3.200,00	-	3.200,00
REP	Representação de Conselheiro	1.136,52	-	1.136,52
RLA	Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia	3.409,56	-	3.409,56
RLA	Auditoria de Regularidade Registros Contábeis e Execução Orçamentária	908,54	-	908,54
RLI	Inspeção de Regularidade referente a Recursos Transferidos	9.944,55	-	9.944,55
TCE	Tomada de Contas Especial	13928,76	603536,1	617464,86
TOTAL		42.710,53	975.281,63	1.017.992,16

Fonte: Sistemas Siproc/e-Siproc

Obs.: Consulta efetuada na base de dados em 02/02/2022, valores sujeitos a alterações em razão dos procedimentos de cobrança da Secretaria Geral do TCE/SC.

2.7 Processos Autuados

No 4º trimestre de 2021, foram autuados 2.132 processos, destacando-se os processos de Atos de Pessoal que representam 83,21% do total.

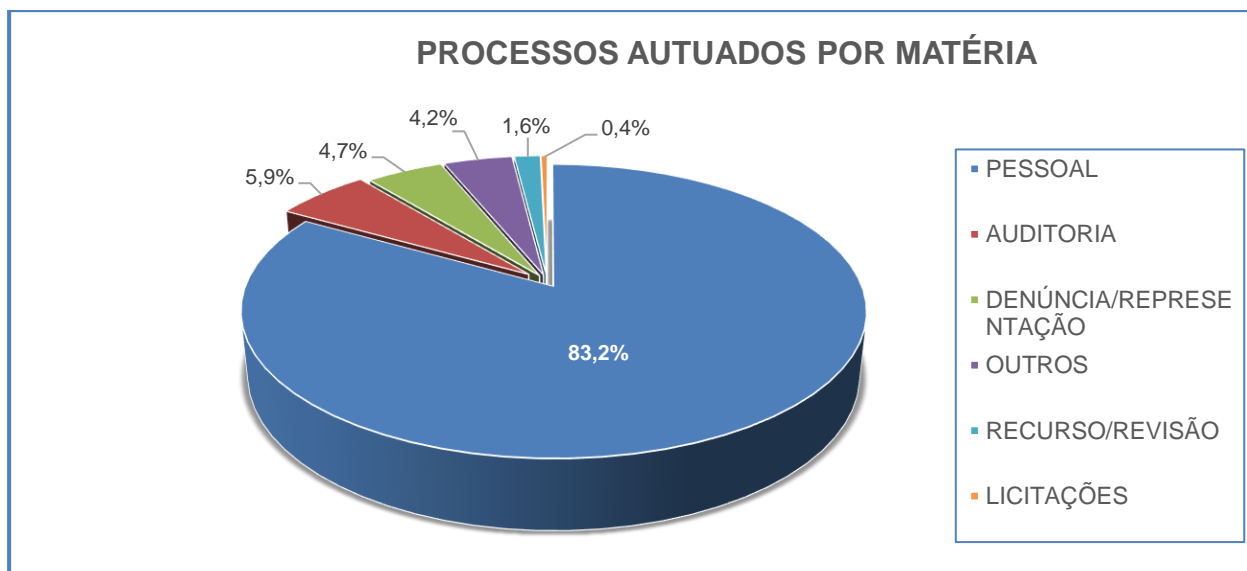
Tabela 10 - PROCESSOS AUTUADOS

SIGLA	PROCESSO	QUANTIDADE	%
ACO	Procedimento de Acompanhamento	2	0,09
APE	Registro de Ato de Aposentadoria	1462	68,57
APE	Registro de Ato de Transferência para a Reserva Remunerada	87	4,08
APE	Retificação de Ato Aposentatório	44	2,06
APE	Revogação de Registro de Ato Aposentatório	3	0,14
CON	Consulta	16	0,75
DEN	Denúncia	4	0,19
LCC	Edital de Licitação	5	0,23
LCC	Exame Prévio de Concessões - Fase de Planejamento	3	0,14
LEV	Auditoria Operacional e Temática	2	0,09
LEV	Obras e Serviços de Engenharia	4	0,19
LEV	Procedimento de Levantamento de Informações	6	0,28
LEV	Produção de Informações de Inteligência	1	0,05
LEV	Regularidade de Atos de Gestão	5	0,23
LEV	Regularidade de Atos de Pessoal	1	0,05
LEV	Regularidade de Registros Contábeis e Execução Orçamentária	1	0,05
LEV	Tecnologia da Informação	1	0,05
LRF	Verificação da Lei de Responsabilidade Fiscal	5	0,23
PAF	Proposta de Ação de Fiscalização	8	0,38
PAP	Procedimento Apuratorio Preliminar	11	0,52
PMO	Monitoramento Auditoria Operacional	2	0,09
PMO	Monitoramento de Outras decisões	2	0,09
PPA	Registro do Ato de Pensão e Auxílio Especial	178	8,35
RCO	Reexame de Conselheiro - art. 81 da LC 202/2000	1	0,05
REC	Agravo - art. 82 da LC 202/2000	6	0,28

SIGLA	PROCESSO	QUANTIDADE	%
REC	Embargos de Declaração - art.78 da LC 202/2000	2	0,09
REC	Reconsideração - art. 77 da LC 202/2000	5	0,23
REC	Reexame - art. 80 da LC 202/2000	20	0,94
REP	Representação - art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93	83	3,89
REP	Representação de Agente Público	2	0,09
REP	Representação de Conselheiro	7	0,33
REP	Representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	5	0,23
RLA	Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia	3	0,14
RLA	Auditoria de Regularidade sobre Recursos Transferidos	97	4,55
RLI	Inspeção de Obras e Serviços de Engenharia	1	0,05
RLI	Inspeção de Regularidade referente a Atos de Pessoal	3	0,14
RLI	Inspeção de Regularidade referente a Licitações e Contratos	2	0,09
RLI	Inspeção de Regularidade referente a Recursos Transferidos	2	0,09
RLI	Inspeção de Regularidade referente a Registros Contábeis e Execução Orç	16	0,75
RLI	Inspeção Financeira	1	0,05
TAG	Termo de Ajuste de Gestão	1	0,05
TCE	Tomada de Contas Especial decorrente de conversão pelo TCE	20	0,94
TCE	Tomada de Contas Especial originária de UG	2	0,09
TOTAL		2.132	100,00

Fonte: Sistemas Siproc/e-Siproc

Gráfico 3 – PROCESSOS AUTUADOS POR MATÉRIA



Fonte: Sistemas Siproc/e-Siproc

2.8 Estoque de Processos

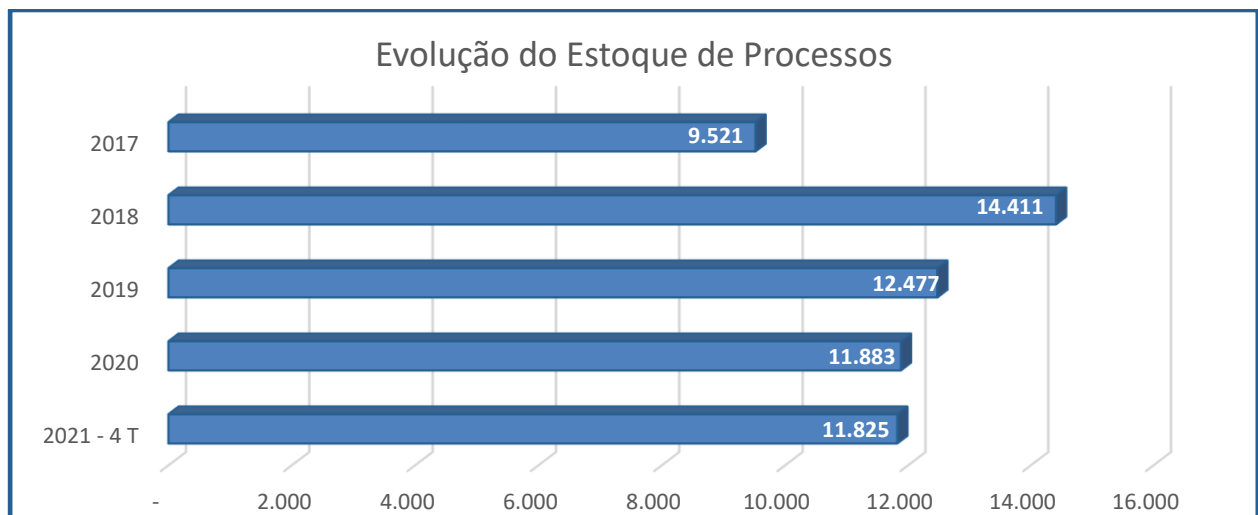
O estoque de processos no TCE/SC está representado na tabela abaixo, distribuído pelas unidades que atuam nos processos. Destaca-se a quantidade de processos de Atos de Pessoal, que compõem o estoque da Diretoria de Atos de Pessoal.

Tabela 11 - ESTOQUE DE PROCESSOS POR LOTAÇÃO

LOTAÇÃO	SIGLA	1º TRIM.	2º TRIM.	3º TRIM.	4º TRIM.
ASSESSORIA JURÍDICA	GAP/AJUR				
GAB. CONS. SUBSTITUTO CLEBER MUNIZ GAVI	CSC/CMG	64	30	63	49
GAB. CONS. SUBSTITUTO GERSON DOS SANTOS SICCA	GSC/GSS	65	56	68	50
GAB. CONS. SUBSTITUTA SABRINA NUNES IOCKEN	GSC/SNI	72	46	42	32
CORREGEDORIA GERAL	CORR				
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	DAF				
DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS	DAE	23	29	19	15
DIRETORIA DE CONTROLE DE ATOS DE PESSOAL	DAP	9.005	9.441	8.614	9.160
DIR. DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (extinta)	DCE	36	19		
DIRETORIA DE EMPRESAS E ENTIDADES CONGÊNERES	DEC	30	40	52	46
DIRETORIA DE CONTAS DE GESTÃO	DGE	335	263	325	415
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO	DGO	282	304	131	80
DIRETORIA DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS	DIE	15	18	20	20
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DTI				
DIR. DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES	DLC	133	152	120	107
DIRETORIA DE RECURSOS E REEXAMES	DRR	227	165	300	235
GAB. CONS. ADIRCELIO M. F. JUNIOR	GAC/AMF				
GAB. CONS. CÉSAR FILOMENO FONTES	GAC/CFF	59	42	28	24
GAB. CONS. HERNEUS JOAO DE NADAL	GAC/HJN	122	96	121	93
GAB. CONS. JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI	GAC/JNA	63	49	62	69
GAB. CONS. LUIZ EDUARDO CHEREM	GAC/LEC	89	79	124	132
GAB. CONS. LUIZ ROBERTO HERBST	GAC/LRH	26	22	51	20
GAB. CONS. WILSON ROGÉRIO WAN DALL	GAC/WWD	41	32	43	46
PRESIDÊNCIA	PRES/GAP	25	1	24	19
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	MPC/SC	255	306	441	380
SECRETARIA GERAL	SEG	767	800	553	833
SISTEMA	E-SIPROC	300	23		
TOTAL		12.034	12.013	11.201	11.825

Fonte: Sistemas Siproc/e-Siproc

Gráfico 4 - EVOLUÇÃO NO ESTOQUE DE PROCESSOS NO TCE/SC



Fonte: Sistemas Siproc/e-Siproc

2.9 Apreciação de Denúncias, Consultas, Recursos e Representações

A Constituição Estadual em seu art. 62, § 2º assegura a qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato apresentar denúncia ao Tribunal de Contas do Estado sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos públicos.

As Denúncias e as Representações são instrumentos importantes no combate ao desperdício e à má aplicação de recursos públicos.

Outra competência constitucional do TCE/SC é responder a Consultas sobre interpretação de lei ou questão formulada em tese por administradores públicos estaduais e municipais. As consultas encaminhadas ao Tribunal, com dúvidas suscitadas na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, devem ser relativas à matéria sujeita à sua fiscalização.

Os processos de recursos também estão motivados na Constituição Estadual, art.16, §5º, e refletem o direito à ampla defesa do jurisdicionado.

Tabela 12 – DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES, CONSULTAS E RECURSOS APRECIADOS

SIGLA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
CON	Consulta	22
DEN	Denúncia	8
REC	Agravo - art. 82 da LC 202/2000	6
REC	Embargos de Declaração - art.78 da LC 202/2000	6
REC	Reconsideração - art. 77 da LC 202/2000	23
REC	Reexame - art. 80 da LC 202/2000	23
REP	Representação de Agente Público	11
REP	Representação de Conselheiro	9
REP	Representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	1
REP	Representação do Poder Judiciário	1
REP (Lei 8.666)	Representação - art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93	91
TOTAL		201

Fonte: Sistemas Siproc/e-Siproc

Observação: São quantificadas as decisões de caráter definitivo cuja data de publicação está contida no trimestre.

2.10 Fiscalizações a cargo do Tribunal de Contas

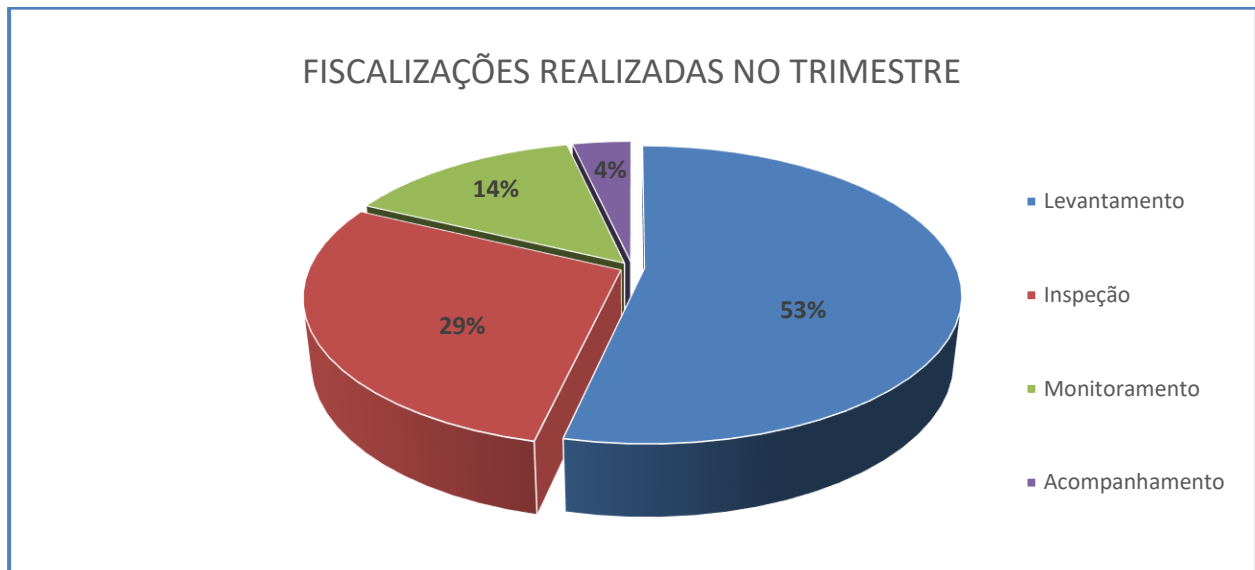
No 4º trimestre de 2021, as diretorias técnicas do Tribunal de Contas realizaram 28 fiscalizações em órgãos da administração estadual e municipal, destacando-se os Levantamentos, com 53% do total.

Tabela 13 - FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

DIRETORIA	1 TRI	2 TRI	3 TRI	4 TRI	TOTAL
DAE Diretoria de Atividades Especiais	8	5	4	4	21
DAP Diretoria de Atos de Pessoal	0	1	8	6	15
DEC Diretoria de Empresas e Entidades Congêneres	5	10	4	4	23
DGE Diretoria de Contas de Gestão	4	9	7	10	30
DGO Diretoria de Contas de Governo	1	2	1	0	4
DIE Diretoria de Informações Estratégicas	4	3	3	2	12
DLC Diretoria de Licitação e Contratações	10	3	7	2	22
TOTAL	32	33	34	28	127

Fonte: Diretoria Geral de Controle Externo - DGCE

Gráfico 5 – FISCALIZAÇÕES REALIZADAS NO TRIMESTRE



Fonte: Diretoria Geral de Controle Externo - DGCE

2.11 Atos Sujeitos a Registro

O art. 34 da Lei Complementar 202, de 15 de dezembro de 2000, regulado pelo Regimento Interno, Resolução TC 06/2001, art. 36, estabelece a apreciação pelo Tribunal, para fins de registro, dos atos de:

- I. Admissão de pessoal a qualquer título, na administração direta e indireta, do Estado e do Município, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão; e
- II. Concessão de aposentadoria, reformas, pensões e transferência para a reserva, bem como de melhorias posteriores que tenham alterado o fundamento legal do respectivo ato inicial, na forma prevista em provimento próprio.

A Tabela 14 apresenta a quantidade de atos, sujeitos a registro, apreciados pelo Tribunal, em decisões plenárias e singulares, ao longo do 4º trimestre de 2021.

Tabela 14 - ATOS DE PESSOAL, PENSÃO E AUXÍLIO ESPECIAL JULGADOS PELO TRIBUNAL E EM DECISÕES SINGULARES

SIGLA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
APE	Registro de Ato de Aposentadoria	750
APE	Registro de Ato de Reforma	14
APE	Registro de Ato de Transferência para a Reserva Remunerada	51
APE	Retificação de Ato Aposentatório	20
APE	Revogação de Registro de Ato Aposentatório	2
PPA	Registro do Ato de Pensão e Auxílio Especial	120
TOTAL		957

Fonte: Sistemas Siproc/e-Siproc

Observação: São quantificadas as decisões de caráter definitivo cuja data de publicação está contida no trimestre.

3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.1 Recursos Orçamentários e Financeiros

3.1.1 Previsão Orçamentária

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021, LEI Nº 17.996, de 02 de setembro de 2020, artigos 26, 27 e 28, destinou ao TCE/SC o montante correspondente a 1,66% (um vírgula sessenta e seis por cento) da Receita Líquida Disponível – RLD do Orçamento Geral do Estado de Santa Catarina.

3.1.2 Alteração Orçamentária

No 4º trimestre de 2021, foram realizadas alterações orçamentárias no valor final de R\$ 19.833.861,35. O acumulado no exercício alcança o montante de R\$ 82.154.456,00, passando a dotação orçamentária autorizada (final) para R\$ 369.246.739,00.

Tabela 15 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

DOTAÇÃO INICIAL (R\$)		287.092.283,00	
MODALIDADE DE ALTERAÇÃO	NO TRIMESTRE (R\$)	NO ANO (R\$)	
DESCENTRALIZAÇÃO (+)	25.765.861,35	88.086.456,00	
SUPLEMENTAÇÃO (+)	19.353.861,70	23.660.661,70	
ANULAÇÃO (-)	-19.353.861,70	-23.660.661,70	
REDUÇÃO (-)	-5.932.000,00	-5.932.000,00	
EXCESSO (+)	0,00	0,00	
SUPERÁVIT (+)	0,00	0,00	
TOTAL (=)	19.833.861,35	82.154.456,00	
DOTAÇÃO FINAL (AUTORIZADA) (R\$)		369.246.739,00	

Fonte: Diretoria de Administração e Finanças (DAF)

3.1.3 Execução Orçamentária

O TCE/SC, no trimestre, realizou despesas no valor de R\$ 89.575.519,56 correspondentes a 24,26% do total autorizado.

Tabela 16 - RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA DESPESA	DESPESA	EMPENHADO NO		EMPENHADO NO ANO		SALDO	
		AUTORIZADA	TRIMESTRE	%	R\$	%	R\$	%
		R\$	R\$					
I - DESPESAS CORRENTES		332.408.173,00	79.018.973,01	88,21	301.254.554,99	96,33	31.153.618,01	55,13
COM PESSOAL ATIVO		179.977.717,00	52.628.756,71	58,75	173.843.494,38	55,59	6.134.222,62	10,85
3.1.90.07	CONTRIB ENTID FECHADA DE PREVIDÊNCIA	585.246,04	195.499,93	0,22	584.080,97	0,19	1.165,07	0,00
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	138.095.827,22	41.704.968,52	46,56	136.633.196,00	43,69	1.462.631,22	2,59
3.1.90.12	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	486.306,45	134.166,72	0,15	486.306,45	0,16	-	0,00
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.210.248,52	1.215.454,43	1,36	3.189.550,91	1,02	20.697,61	0,04
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	250.000,00	53.790,96	0,06	237.364,37	0,08	12.635,63	0,02

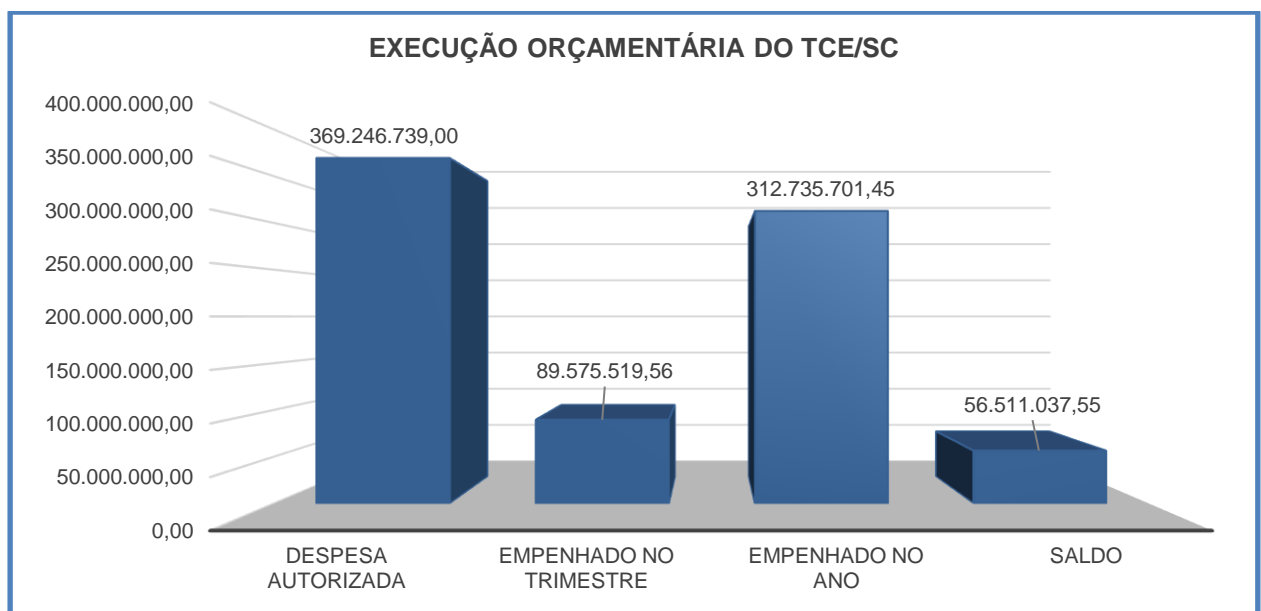
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA DESPESA	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO NO TRIMESTRE		EMPENHADO NO ANO		SALDO	
		R\$	R\$	%	R\$	%	R\$	%
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	552.165,07	-	0,00	37.317,58	0,01	514.847,49	0,91
3.1.90.94	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.700.000,00	100.022,98	0,11	1.141.971,75	0,37	2.558.028,25	4,53
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	967.923,70	151.940,88	0,17	967.923,70	0,31	-	0,00
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	28.968.000,00	8.880.915,14	9,91	27.737.883,36	8,87	1.230.116,64	2,18
3.1.91.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	251.000,00	-	0,00	6.359,25	0,00	244.640,75	0,43
3.1.91.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	2.249.000,00	85.000,00	0,09	2.248.429,92	0,72	570,08	0,00
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00
3.3.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	662.000,00	106.997,15	0,12	573.110,12	0,18	88.889,88	0,16
	COM PESSOAL INATIVO	91.136.456,00	26.589.718,39	29,68	90.300.180,00	28,87	836.276,00	1,48
3.1.90.01	APOSENTADORIAS E REFORMAS	88.086.456,00	25.777.633,91	28,78	88.086.456,00	28,17	-	0,00
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	600.000,00	-	0,00	10.027,54	0,00	589.972,46	1,04
3.1.90.94	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000.000,00	750.294,68	0,84	1.966.121,14	0,63	33.878,86	0,06
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00	-	0,00	-	0,00	50.000,00	0,09
3.1.91.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.000,00	-	0,00	-	0,00	50.000,00	0,09
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00
3.3.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	300.000,00	61.789,80	0,07	237.575,32	0,08	62.424,68	0,11
3.3.91.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.000,00	-	0,00	-	0,00	50.000,00	0,09
	OUTROS CUSTEIOS	61.294.000,00	- 199.502,09	-0,22	37.110.880,61	11,87	24.183.119,39	42,79
3.3.20.41	CONTRIBUIÇÕES	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00
3.3.20.92	CONTRIBUIÇÕES - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00
3.3.50.41	CONTRIBUIÇÕES	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00
3.3.90.08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.172.000,00	9.119,62	0,01	1.033.683,35	0,33	138.316,65	0,24
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL	1.870.000,00	36.789,34	0,04	92.135,34	0,03	1.777.864,66	3,15
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	3.520.000,00	214.729,58	0,24	1.015.678,25	0,32	2.504.321,75	4,43
3.3.90.31	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	100.000,00	-	0,00	-	0,00	100.000,00	0,18
3.3.90.32	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	260.000,00	204,92	0,00	204,92	0,00	259.795,08	0,46
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	690.000,00	- 189.021,32	-0,21	10.978,68	0,00	679.021,32	1,20
3.3.90.35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	810.000,00	-11.441,01	-0,01	14.656,25	0,00	795.343,75	1,41
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA FÍSICA	1.650.000,00	-9.772,76	-0,01	283.750,00	0,09	1.366.250,00	2,42
3.3.90.37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	19.100.000,00	-5.254.731,51	-5,87	11.280.783,36	3,61	7.819.216,64	13,84
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	7.833.200,00	588.224,53	0,66	4.558.514,56	1,46	3.274.685,44	5,79
3.3.90.40	SERVIÇOS DE TEC INFORM E COMUNIC - PESSOA JURÍDICA	6.216.000,00	349.210,59	0,39	2.872.321,99	0,92	3.343.678,01	5,92
3.3.90.46	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	9.736.000,00	2.515.766,78	2,81	9.565.615,15	3,06	170.384,85	0,30
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	256.800,00	58.995,52	0,07	199.032,70	0,06	57.767,30	0,10
3.3.90.49	AUXÍLIO-TRANSPORTE	100.000,00	-	0,00	35.000,00	0,01	65.000,00	0,12
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	250.000,00	173,80	0,00	1.733,80	0,00	248.266,20	0,44
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.780.000,00	1.496.749,83	1,67	5.975.378,99	1,91	804.621,01	1,42
3.3.91.30	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00	-	0,00	-	0,00	50.000,00	0,09
3.3.91.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	500.000,00	-37.500,00	-0,04	106.506,39	0,03	393.493,61	0,70
3.3.91.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	100.000,00	-	0,00	-	0,00	100.000,00	0,18
3.3.91.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	300.000,00	33.000,00	0,04	64.906,88	0,02	235.093,12	0,42
	II - DESPESAS DE CAPITAL	36.838.566,00	10.556.546,55	11,79	11.481.146,46	3,67	25.357.419,54	44,87
4.4.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	200.000,00	-	0,00	-	0,00	200.000,00	0,35
4.4.90.40	SERVIÇOS DE TEC INFORM E COMUNIC - PESSOA JURÍDICA	11.413.000,00	1.833.520,88	2,05	2.171.039,67	0,69	9.241.960,33	16,35
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00	32.425,80	0,04	46.925,80	0,02	53.074,20	0,09

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA DESPESA	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO NO TRIMESTRE		EMPENHADO NO ANO		SALDO	
		R\$	R\$	%	R\$	%	R\$	%
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	25.025.566,00	8.690.599,87	9,70	9.263.180,99	2,96	15.762.385,01	27,89
4.4.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	100.000,00	-	0,00	-	0,00	100.000,00	0,18
TOTAL		369.246.739,00	89.575.519,56	100	312.735.701,45	100	56.511.037,55	100

Fonte: Diretoria de Administração e Finanças (DAF)

O gráfico a seguir retrata de forma resumida o resultado da execução orçamentária da despesa no trimestre.

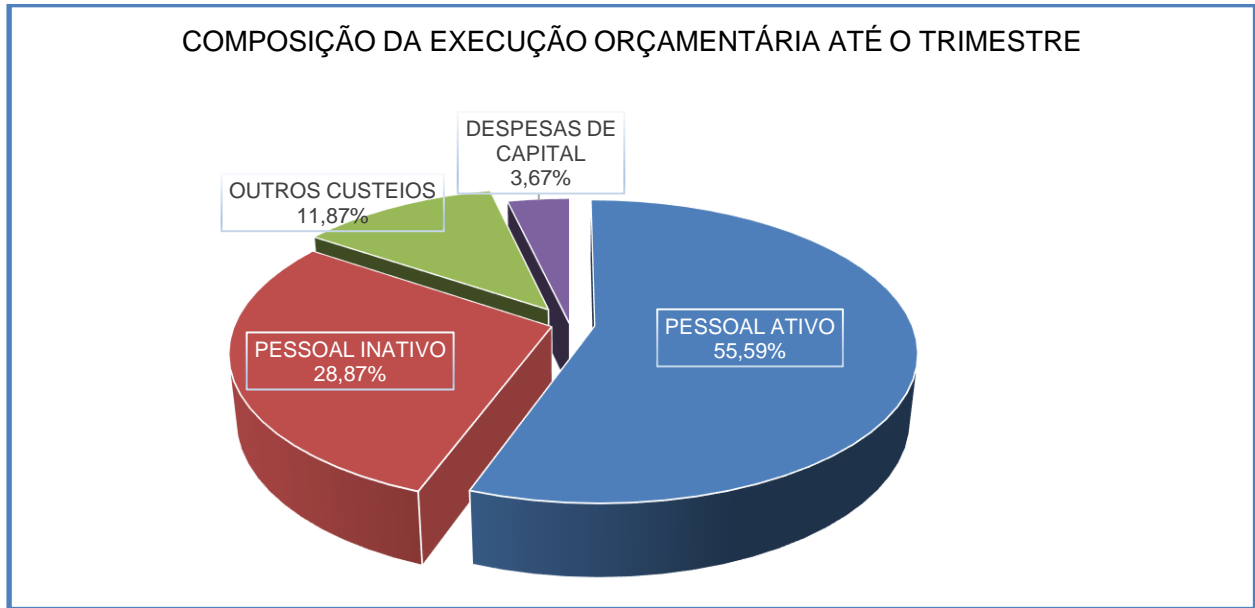
Gráfico 6 - RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATÉ O TRIMESTRE



Fonte: Diretoria de Administração e Finanças (DAF)

Do total empenhado até o trimestre, 55,59% foram destinados a pagamentos com pessoal ativo e 28,87% com pessoal inativo, sendo que juntos representaram 84,46% das despesas orçamentárias do Tribunal.

Gráfico 7 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA ATÉ O TRIMESTRE



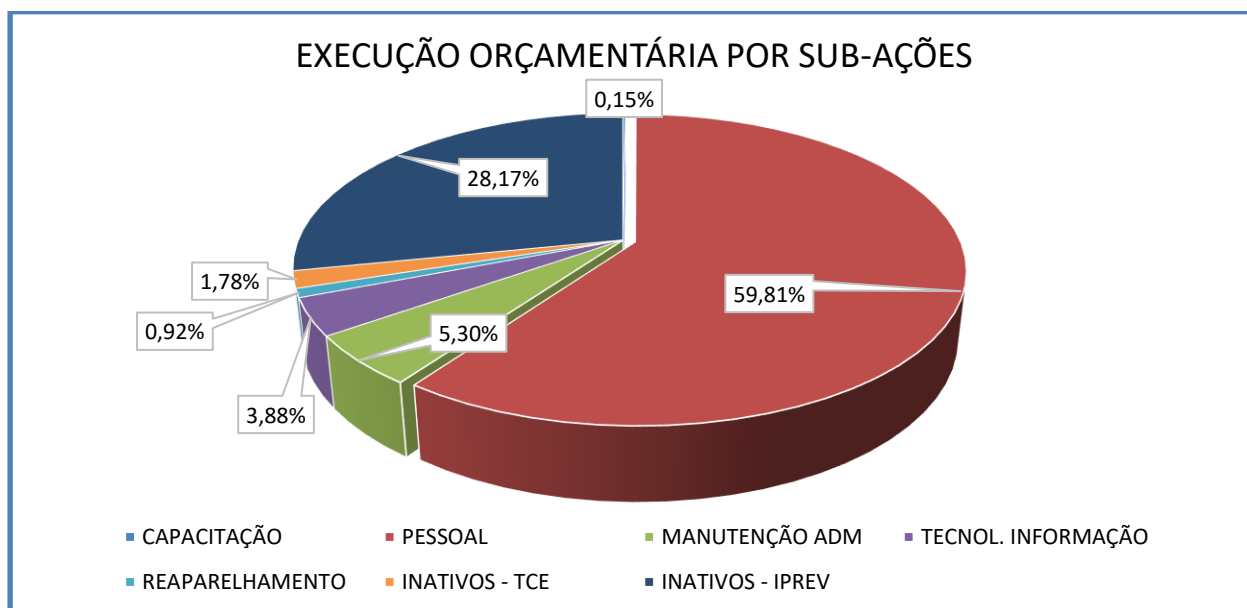
Fonte: Diretoria de Administração e Finanças (DAF)

Tabela 17 - RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO TCE/SC POR PROJETO ATIVIDADE

CÓDIGO	SUB-AÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO NO TRIMESTRE		ENPENHADO NO ANO		SALDO	
		R\$	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1869	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - TCE	2.350.000,00	19.267,68	0,02	471.702,51	0,15	1.878.297,49	3,32
11134	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS	193.965.717,00	55.798.445,11	62,29	187.035.746,38	59,81	6.929.970,62	12,26
1858	MANUTENÇÃO E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - TCE	33.000.000,00	- 4.893.004,54	-5,46	16.566.047,07	5,30	16.433.952,93	29,08
1882	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO APLICADOS AO CONTROLE EXTERNO	41.594.566,00	8.689.606,72	9,70	12.139.785,20	3,88	29.454.780,80	52,12
11135	REAPARELHAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS	3.850.000,00	2.521.030,59	2,81	2.877.541,71	0,92	972.458,29	1,72
1786	ENCARGOS COM INATIVOS - TCE	6.400.000,00	1.662.540,09	1,86	5.558.422,58	1,78	841.577,42	1,49
9359	ENCARGOS COM INATIVOS - TCE /DESCENTRALIZADO IPREV/FUFIN	88.086.456,00	25.777.633,91	28,78	88.086.456,00	28,17	-	0,00
TOTAL		369.246.739,00	89.575.519,56	100	312.735.701,45	100	56.511.037,55	100

Fonte: Diretoria de Administração e Finanças (DAF)

Gráfico 8 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO POR SUB-AÇÕES



Fonte: Diretoria de Administração e Finanças (DAF)

3.1.4 Execução Financeira

A tabela a seguir representa o total das entradas e saídas dos recursos financeiros no trimestre, reduzido do montante dos saldos pertinentes aos recursos de terceiros (consignações, DDO e convênios), bem como das provisões financeiras, necessárias aos compromissos futuros vinculados à receita do exercício vigente (reaparelhamento, edificação, gratificação natalina, férias, passivos contingentes e outras despesas).

Tabela 18 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

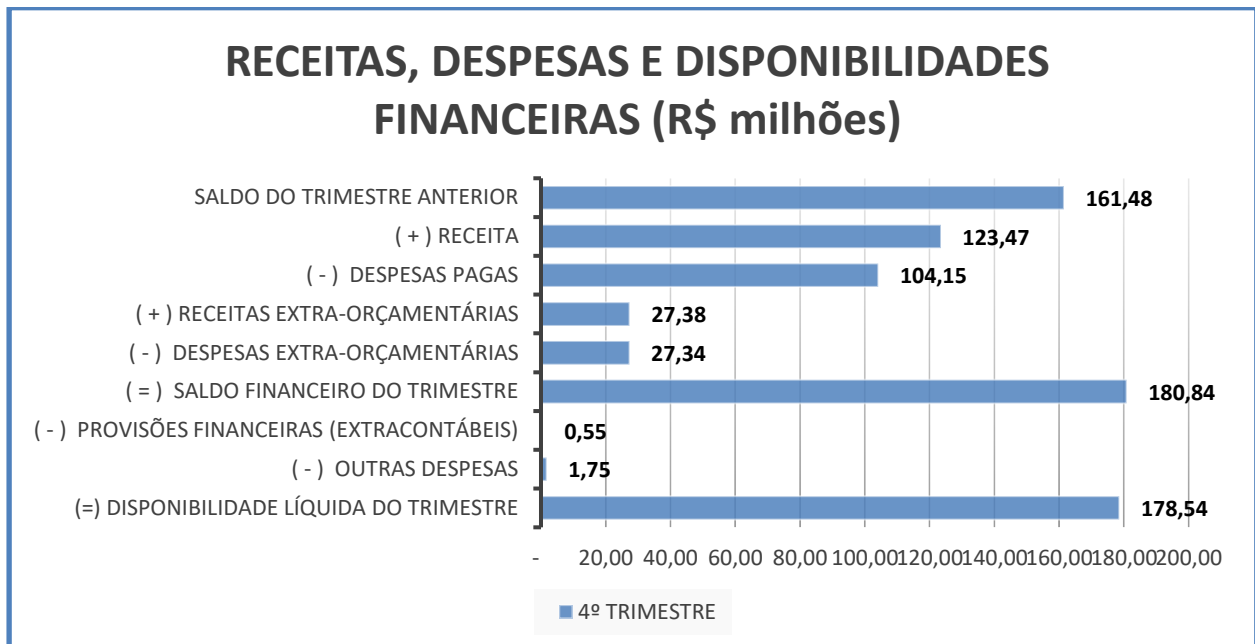
CONTAS	4º TRIMESTRE (R\$)
SALDO DO TRIMESTRE ANTERIOR	161.476.901,01
(+) RECEITA	123.469.289,04
Alienação Conta Mov. TCE com o Banco do Brasil	89.460,00
Tarifa Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	705.600,00
Cota de Receita Recebida	93.969.760,65
Indenização por Sinistro	6.425,00
Indenizações e Restituições	22.658,67
Rendimento de Aplicações Financeiras	2.897.750,81
Repasse recebido do IPREV	25.777.633,91
(-) DESPESAS PAGAS	104.147.191,18
Abono Alimentação	2.515.766,78
Diárias	82.658,34
Auxílio Creche	9.119,62
Auxílio Moradia	-
Auxílio Transporte	-
Bolsistas	12.071,65
Conversão de 1/3 e indenização de Licença Prêmio	558.218,57
Décimo Terceiro Salário	11.537.349,77
Despesas de Capital	2.828.770,95
Despesas de Exercícios Anteriores	173,80
Férias	3.258.515,66

CONTAS	4º TRIMESTRE (R\$)
Férias Indenizadas	292.099,09
Folha de Pagamento	52.740.527,96
Indenização Auxílio-Saúde	1.495.257,61
Obra	-
Obrigações Patronais	10.268.515,33
Outras despesas	2.565.812,85
Pessoal Militar	134.166,72
Repasse Previdência concedido p/ cobertura do déficit	12.191.088,16
Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	712.893,08
Restos a Pagar	-
Serviços de Conservação, Limpeza, Copa e Segurança	2.944.185,24
Transferência Financeira à SEF	-
(+) RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	27.381.461,23
Consignações	27.381.461,23
(-) DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	27.344.360,40
Consignações	27.344.360,40
Despesas de Diversas Origens	-
(=) SALDO FINANCEIRO DO MÊS	180.836.099,70
(-) PROVISÕES FINANCEIRAS (EXTRACONTÁBEIS)	545.934,15
Provisões/equipamentos e outros materiais	-
Provisões/folha de pessoal: 14º e patronal 14º	545.934,15
Provisões/folha de pessoal: férias	-
Provisões/obra: edificação e reformas	-
(-) OUTRAS DESPESAS	1.746.154,17
Outras despesas de custeio	764.196,78
Precatórios de pessoal e de fornecedores nacionais	890.569,01
Saldo de consignações do mês	91.388,38
Saldo de restos a pagar	0,00
(=) DISPONIBILIDADE LÍQUIDA DO MÊS	178.544.011,38

Fonte: Diretoria de Administração e Finanças

No 4º trimestre de 2021, o Tribunal de Contas obteve ingresso de recursos financeiros no montante de R\$ 123,47 milhões e realizou despesas financeiras no valor de R\$ 104,15 milhões.

Gráfico 9 – EXECUÇÃO FINANCEIRA



Fonte: Diretoria de Administração e Finanças – DAF

Deduzindo-se os provisionamentos dos recursos para: aquisição de equipamentos e materiais permanentes; folha (14^o, atrasados e férias) e outras obrigações (Saldo Consignações a Liquidar, Saldo de DDO a Liquidar), bem como de despesas de exercícios anteriores, a disponibilidade líquida do 4^o trimestre de 2021, conforme demonstrado no gráfico acima, alcança o montante de R\$ 178,54 milhões.

3.1.5 Repasses do Tesouro do Estado ao TCE/SC

No trimestre, o Tesouro do Estado repassou recursos financeiros ao TCE/SC, sob a forma de cotas de despesas concedidas, no montante de R\$ 93.969.760,65, valor equivalente a 1,66% da Receita Líquida Disponível – RLD.

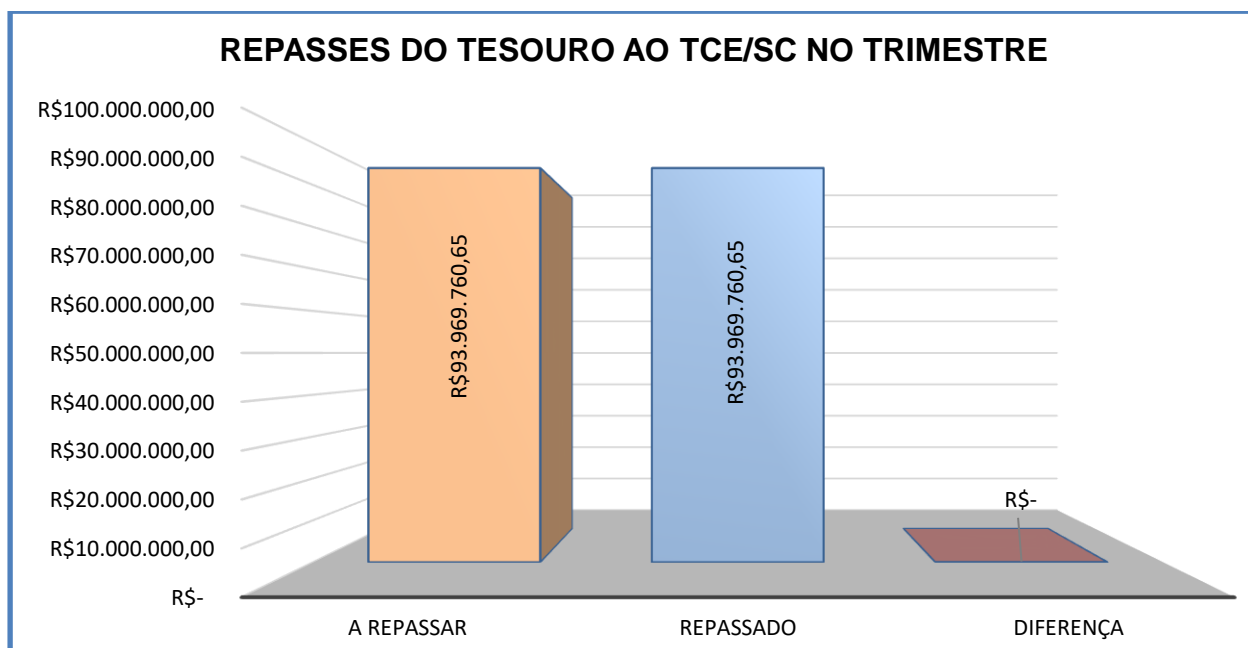
Tabela 19 - REPASSES DO TESOIRO DO ESTADO AO TCE/SC

TRIMESTRE	MÊS	A REPASSAR	REPASSADO	DIFERENÇA
QUARTO	Outubro	R\$33.219.963,98	R\$33.219.963,98	R\$-
	Novembro	R\$33.348.102,98	R\$33.348.102,98	R\$-
	Dezembro	R\$27.401.693,69	R\$27.401.693,69	R\$-
NO TRIMESTRE		R\$93.969.760,65	R\$93.969.760,65	R\$-
MÉDIA MENSAL		R\$31.323.253,55	R\$31.323.253,55	R\$-

Fonte: Diretoria de Administração e Finanças – DAF

OBS.: 1) Os valores a repassar são obtidos através da aplicação do percentual legal sobre os montantes informados mensalmente pela Secretaria de Estado da Fazenda, com base nos dados constantes do Balanço Consolidado. Estes montantes são suscetíveis a ajustes por parte do Executivo Estadual, podendo haver divergências entre os valores constantes em relatórios anteriores.

Gráfico 10 - RESUMO DOS REPASSES DO TESOIRO DO ESTADO AO TCE/SC NO TRIMESTRE



Fonte: Diretoria de Administração e Finanças – DAF

3.2 Licitações e Contratos

No trimestre em exame, foram concluídos os processos de contratações e aquisições a seguir relacionados.

Tabela 20 - LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONGÊNERES

MÊS	PROCESSO	MODALIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001565-0	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS GRÁFICOS VISANDO À IMPRESSÃO, SOB MEDIDA, DE ADESIVOS VINIL, BANNERS (EM TECIDO VOIL) E "FINE ART" EM CANVAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS NO ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA) DO EDITAL. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30/09/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO: 1º/10/2021.	26.249,92

MÊS	PROCESSO	MODALIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001832-2	CONTRATO Nº 39/2021	CONTRATO Nº 39/2021 FIRMADO ENTRE A EMPRESA ARAÇÁ MATERIAL PUBLICITÁRIO EIRELI E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS VISANDO À IMPRESSÃO, SOB MEDIDA, DE ADESIVOS VINIL, BANNERS (EM TECIDO VOIL) E "FINE ART" EM CANVAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS NO ANEXO II DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2021. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE DURAÇÃO DO CONTRATO: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA, VEDADA A SUA PRORROGAÇÃO. OS PRODUTOS DEVERÃO SER FORNECIDOS E TOTALMENTE INSTALADOS NA SEDE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, NA RUA BULCÃO VIANA, Nº 90, FLORIANÓPOLIS/SC, EM DIAS E HORÁRIOS A SEREM COMBINADOS ENTRE AS PARTES, NO PRAZO DE ATÉ, NO MÁXIMO, 10 DIAS CORRIDOS, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO. DATA DA ASSINATURA: 1º/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 04/10/2021.	26.249,92
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001297-9	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2021	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2021 REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O TCE/SC. PRAZO: O PRAZO DE VIGÊNCIA É DE 60 MESES, COM BASE NO ART. 57, II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 1993, A CONTAR DE 1º/10/2021. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 3.949.498,20, CONSIDERANDO O PERÍODO DE 60 MESES, CONFORME DETALHADO NO CONTRATO. CONTRATADA: CIASC – CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A. DATA DA ASSINATURA: 1º/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 07/10/2021.	3.949.498,20
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001564-1	CONTRATO Nº 28/2021	CONTRATO Nº 28/2021 FIRMADO ENTRE A EMPRESA CIASC – CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O TCE/SC. PRAZO: O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO É DE 60 MESES, COM BASE NO ART. 57, II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 1993, A CONTAR DE 1º/10/2021. DATA DA ASSINATURA: 1º/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 07/10/2021.	3.949.498,20
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001481-5	RESCISÃO DO CONTRATO Nº 42/2019	RESCISÃO DO CONTRATO Nº 42/2019 FIRMADO ENTRE A EMPRESA CIASC – CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E O TCE/SC, QUE ORA SE RESCINDE, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O TCE. JUSTIFICATIVA: COM O AUMENTO DA DEMANDA PELO TCE/SC DE SERVIÇOS A SEREM FORNECIDOS PELO CIASC, NÃO É POSSÍVEL EFETUAR O ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 42/2019, UMA VEZ QUE O VALOR DOS SERVIÇOS ADICIONAIS A SEREM CONTRATADOS ULTRAPASSARIA 25% DO REFERIDO CONTRATO. DESTA FORMA, EM COMUM ACORDO, DECIDIU-SE PELA RESCISÃO DO REFERIDO CONTRATO E A FORMALIZAÇÃO DE NOVO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E CONTRATO. FORMA DA RESCISÃO: RESCISÃO DE CONTRATO SE REALIZA AMIGAVELMENTE, PONDO TERMO A TODA E QUALQUER OBRIGAÇÃO ENTRE AS PARTES EM VIRTUDE DO CONTRATO DISTRATADO, A CONTAR DE 1º/10/2021. DATA DA ASSINATURA: 1º/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 07/10/2021.	
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001305-3	CONTRATO Nº 38/2021	CONTRATO Nº 38/2021 FIRMADO ENTRE A EMPRESA BRS SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S.A. E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE OUTSOURCING PARA OPERAÇÃO DE ALMOXARIFADO VIRTUAL, SOB DEMANDA, VISANDO AO SUPRIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO, VIA SISTEMA WEB DISPONIBILIZADO PELA CONTRATADA, CONFORME CONDIÇÕES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2020 E SEUS ANEXOS, QUE SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE CONTRATO, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, PRESTADOS NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO DO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2020 DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA. PRAZO: O PRAZO DE VIGÊNCIA É AQUELE FIXADO NO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2020, É DE 30 (TRINTA) MESES, A CONTAR DA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO POR INTERESSE DAS PARTES ATÉ O LIMITE DE 60 (SESSENTA) MESES, DESDE QUE HAJA AUTORIZAÇÃO FORMAL DA	187.500,00

MÊS	PROCESSO	MODALIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
			AUTORIDADE COMPETENTE E OBSERVADOS OS SEGUINTE REQUISITOS PREVISTOS NA CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO. DATA DA ASSINATURA: 04/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 14/10/2021.	
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001080-1	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2021	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM PARA USO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS NO ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA) DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2021. REVOGADOS LOTES 2 E 3. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 04/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO: 06/10/2021.	1.745.000,00
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001881-0	CONTRATO Nº 40/2021	CONTRATO Nº 40/2021 FIRMADO ENTRE A EMPRESA BRIZZA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) VEÍCULOS ZERO KM SUV PARA USO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS NO ANEXO II DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2021. PRAZO PARA ENTREGA: É DE 60 DIAS, APÓS O RECEBIMENTO DA ORDEM DE COMPRA E A ENTREGA SE DARÁ NA SEDE DO TCE/SC. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES, A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA. VALOR UNITÁRIO: R\$ 349.000,00. DATA DA ASSINATURA: 06/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 07/10/2021.	1.745.000,00
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001559-5	1º TERMO ADITIVO AO CO Nº 10/2020	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2020 FIRMADO ENTRE CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS (CEBRASPE) E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, COM VISTAS À ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO, DO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE/SC). ALTERAÇÃO: FICA ALTERADA A CLÁUSULA DÉCIMA DO CONTRATO ORIGINAL, CONFORME SEGUE: 10.1. O CONTRATADO SE COMPROMETE A ORGANIZAR E EXECUTAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AOS SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIALIZADOS DESCRITOS NESTE CONTRATO PELOS VALORES CONSTANTES NA TABELA, DE ACORDO COM O NÚMERO DE INSCRIÇÕES EFETIVAMENTE PAGAS. 10.4. EM RAZÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE PREVER COM EXATIDÃO O QUANTITATIVO DE PARTICIPANTES INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO, ESTIMA SE QUE O VALOR GLOBAL PARA ESTE INSTRUMENTO DE CONTRATO É DE R\$ 807.919,87 (OITOCENTOS E SETE MIL, NOVECIENTOS E DEZENOVE REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS), REFERENTE AO TOTAL ESTIMADO DE 15.000 (QUINZE MIL) INSCRIÇÕES EFETIVAMENTE PAGAS. VALOR: CONSIDERANDO A INCLUSÃO, O VALOR ESTIMADO DO CONTRATO FICA ACRESCIDO DE R\$ 103.559,07, O QUE REPRESENTA UM ACRÉSCIMO DE 14,70% DO VALOR ORIGINAL, DENTRO DO LIMITE PERMITIDO EM LEI. PRORROGAÇÃO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO CONSTANTE NA CLAUSULA DÉCIMA QUINTA POR MAIS 18 MESES. DATA DA ASSINATURA: 06/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 11/10/2021.	103.559,07
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001724-5	1º TERMO ADITIVO AO CO Nº 32/2020	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2020 FIRMADO ENTRE BRY TECNOLOGIA S/A E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DOS PRODUTOS BRY SIGNER SDK, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 17/11/2021 ATÉ 16/11/2022. VALOR MENSAL: R\$ 900,00. DATA DA ASSINATURA: 07/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 11/10/2021.	10.800,00
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001888-8	3º TERMO ADITIVO AO CO Nº 34/2018	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2018 FIRMADO ENTRE ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO - ACAERT E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO JUNTO A EMISSORAS DE RÁDIO SOBRE A ATUAÇÃO E RESULTADOS DO TCE/SC, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 15/10/2021 ATÉ 14/10/2022. VALOR MENSAL: R\$ 13.500,00. DATA DA ASSINATURA: 13/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 18/10/2021.	162.000,00
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000000670-7	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA DATACENTER DO TCE/SC, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE SERVIDORES,	5.999.999,99

MÊS	PROCESSO	MODALIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
			LICENÇAS DE SOFTWARE, HARDWARES DE COMUNICAÇÃO, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, REPASSE DE CONHECIMENTO E TREINAMENTO E SUPORTE ESPECIALIZADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS NO ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA). DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 13/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO: 14/10/2021.	
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001980-9	CONTRATO Nº 41/2021	CONTRATO Nº 41/2021 FIRMADO ENTRE A EMPRESA SERVICE INFORMÁTICA LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA DATA CENTER DO TCE/SC, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE SERVIDORES, LICENÇAS DE SOFTWARE, HARDWARES DE COMUNICAÇÃO, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, REPASSE DE CONHECIMENTO E TREINAMENTO E SUPORTE ESPECIALIZADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS NO ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA) DO EDITAL. PRAZO PARA ENTREGA E DURAÇÃO DO CONTRATO: O CONTRATO TERÁ A DURAÇÃO DE 60 MESES, A CONTAR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS LICENÇAS. DATA DA ASSINATURA: 15/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 19/10/2021.	5.999.999,99
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001948-5	5º TERMO ADITIVO AO CO Nº 23/2018	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2018 FIRMADO ENTRE SENDPAX VIAGENS LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, QUE COMPREENDE A COTAÇÃO DE PREÇOS, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, CANCELAMENTO, REMARCAÇÃO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/01/2022 ATÉ 31/12/2022. VALOR ESTIMADO PARA ITEM 1 (PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS) É DE R\$ 350.000,00, E PARA O ITEM 2 (PASSAGENS AÉREAS INTERNACIONAIS) O VALOR ESTIMADO DE R\$ 50.000,00. DATA DA ASSINATURA: 25/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 27/10/2021.	400.000,00
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001994-9	1º TERMO ADITIVO AO CO Nº 29/2021	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2021 FIRMADO ENTRE IDEIA BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO O FORNECIMENTO DE EXPOSITORES EM MDF CONFECCIONADOS SOB MEDIDA, E DEMAIS ITENS DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES RELACIONADAS. ALTERAÇÃO: FICA ALTERADA A CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO ORIGINAL, ACRESCENTANDO-SE UMA UNIDADE DOS SEGUINTE ITENS: 23, 30, 33 E 37. VALOR: CONSIDERANDO A INCLUSÃO, O VALOR DO CONTRATO FICA ACRESCIDO DE R\$ 12.030,59, O QUE REPRESENTA UM ACRÉSCIMO DE 5,61% DO VALOR ORIGINAL, DENTRO DO LIMITE PERMITIDO EM LEI. DATA DA ASSINATURA: 25/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 27/10/2021.	12.030,59
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001895-0	10º TERMO ADITIVO AO CO Nº 51/2018	DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 51/2018 FIRMADO ENTRE ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS, RELATIVOS AOS POSTOS DE TRABALHO DE ASSEIO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E APOIO OPERACIONAL, INCLUINDO DESPESAS EVENTUAIS DECORRENTES DE VIAGENS DOS POSTOS DE TRABALHO E DO USO DE MOTOCICLETA, ALÉM DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SAZONAIS DE DESRATIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, LAVAÇÃO E LIMPEZA DE FACHADAS E VIDROS EXTERNOS, LAVAÇÃO DAS CAIXAS D'ÁGUA E CISTERNAS, LAVAÇÃO DE TAPETES E ACARPETADOS, SERVIÇOS DE LIMPEZA DOS AUDITÓRIOS (PAREDES, CARPETES E POLTRONAS), PARA O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. ALTERAÇÃO: FICA ALTERADA A FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 51/2018, COM A REDUÇÃO EM 25% DA CARGA HORÁRIA DOS POSTOS DE TRABALHO RELACIONADOS NA CLÁUSULA TERCEIRA DESTE TERMO ADITIVO. VIGÊNCIA: POR 3 (TRÊS) MESES, A CONTAR DE 01/10/2021, PODENDO SER PRORROGADO POR ACORDO DAS PARTES. VALOR: FICA REDUZIDO O VALOR MENSAL DOS POSTOS DE TRABALHO DO CONTRATO, PROPORCIONALMENTE À DIMINUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA, SENDO APURADO MEDIANTE PLANILHA DE PREÇOS ENVIADA MENSALMENTE PELA CONTRATADA. O BENEFÍCIO DO VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO FICARÁ MANTIDO. O VALE TRANSPORTE SERÁ EQUIVALENTE AOS DIAS EFETIVAMENTE TRABALHADOS PRESENCIALMENTE. O PRESENTE TERMO ADITIVO PODERÁ SER RESCINDIDO UNILATERALMENTE PELO CONTRATANTE, COM O RESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES ORIGINAIS DO CONTRATO, NA HIPÓTESE DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE	

MÊS	PROCESSO	MODALIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
			SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS – COVID-19 SE ENCERRAR. DATA DA ASSINATURA: 25/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 27/10/2021.	
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001723-7	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49/2021	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49/2021 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA ATUALIZAÇÃO DE PROJETO FOTOVOLTAICO E ADEQUAÇÕES DA SUBESTAÇÃO ASSESSORIA PEE (PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA). PRAZO: O PRAZO DE EXECUÇÃO DOS ITENS 1 (ATUALIZAÇÃO DO PROJETO FOTOVOLTAICO ATÉ 200KW) E 2 (PROJETO DE ADEQUAÇÃO DA SUBESTAÇÃO PARA CONEXÃO DO SISTEMA FOTOVOLTAICO CONFORME NORMATIVA CELESC I-432.0004.R05) É DE 60 (SESSENTA) DIAS, A CONTAR DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO, E O PRAZO DO ITEM 3 (ASSESSORIA PARA GESTÃO DA EXECUÇÃO DO PEE 001/2019) É ATÉ 26/08/2023. O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA ATÉ 26/08/2023, PODENDO SER PRORROGADO, PARA ATENDER A VIGÊNCIA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 008/2021 – CP001/2019. CONTRATADA: P3 ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA. DATA DA ASSINATURA: 26/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 28/10/2021.	32.425,80
OUT	PROCESSO SEI 21.0.000001723-7	CONTRATO Nº 37/2021	CONTRATO Nº 37/2021 FIRMADO ENTRE A EMPRESA P3 ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA ATUALIZAÇÃO DE PROJETO FOTOVOLTAICO E ADEQUAÇÕES DA SUBESTAÇÃO ASSESSORIA PEE (PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA), CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. PRAZO: O PRAZO DE EXECUÇÃO DOS ITENS 1 (ATUALIZAÇÃO DO PROJETO FOTOVOLTAICO ATÉ 200KW) E 2 (PROJETO DE ADEQUAÇÃO DA SUBESTAÇÃO PARA CONEXÃO DO SISTEMA FOTOVOLTAICO CONFORME NORMATIVA CELESC I-432.0004.R05) É DE 60 (SESSENTA) DIAS, A CONTAR DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO, E O PRAZO DO ITEM 3 (ASSESSORIA PARA GESTÃO DA EXECUÇÃO DO PEE 001/2019) É ATÉ 26/08/2023. ESTE CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA ATÉ 26/08/2023, PODENDO SER PRORROGADO, PARA ATENDER A VIGÊNCIA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 008/2021 – CP001/2019. DATA DA ASSINATURA: 26/10/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 28/10/2021.	32.425,80
NOV	PROCESSO SEI 21.0.000001991-4	1º TERMO ADITIVO AO CO Nº 02/2021	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2021 FIRMADO ENTRE SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS EM INTELIGENTES S/A E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO, SOB DEMANDA, DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS PADRÃO ICP-BRASIL DO TIPO E-CPF/E-CNPJ COM FORNECIMENTO DE DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO DO TIPO TOKEN USB (ITENS 1 E 3), COMPREENDENDO VISITA LOCAL PARA VALIDAÇÃO PRESENCIAL NAS INSTALAÇÕES DO TRIBUNAL, EM FLORIANÓPOLIS, BEM COMO EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS PARA SERVIDOR WEB QUE PERMITA O ACESSO AO SERVIDOR WEB SSL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS NO ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA) DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 01/2021. ALTERAÇÃO: INCLUIR O ITEM 7, CERTIFICADO INTERNACIONAL SSL OV WILDCARD, COM VALIDADE DE 12 MESES (2 UNIDADES), NAS CLÁUSULAS TERCEIRA E QUINTA DO CONTRATO ORIGINAL. COM A INCLUSÃO, O VALOR DO CONTRATO FICA ACRESCIDO EM R\$ 2.820,00, O QUE REPRESENTA 11,78% DO VALOR ORIGINAL DO CONTRATO, DENTRO DO LIMITE PERMITIDO EM LEI. VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.410,00. DATA DA ASSINATURA: 05/11/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 10/11/2021.	2.820,00
NOV	PROCESSO SEI 21.0.000001902-7	1º TERMO ADITIVO AO CO Nº 28/2021	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2021 FIRMADO ENTRE CIASC – CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O TCE/SC. ALTERAÇÃO: FICAM ALTERADAS AS CLÁUSULAS TERCEIRA E QUINTA DO CONTRATO ORIGINAL, COM A INCLUSÃO DO ITEM 9 - GERENCIAMENTO REMOTO DE FIREWALL, CONFORME PROPOSTA COMERCIAL E TÉCNICA GECOM 177/2021. CONSIDERANDO A INCLUSÃO, O VALOR MENSAL DO CONTRATO FICA ACRESCIDO EM R\$ 2.805,37 PELO PERÍODO DE 12 MESES E O VALOR ANUAL EM R\$ 33.664,44, O QUE REPRESENTA UM ACRÉSCIMO DE 0,85% DO VALOR ORIGINAL, DENTRO DO LIMITE PERMITIDO EM LEI.	33.664,44

MÊS	PROCESSO	MODALIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
NOV	PROCESSO SEI 21.0.000000454-2	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2021	<p>DATA DA ASSINATURA: 05/11/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 17/11/2021.</p> <p>ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2021 FIRMADA ENTRE A EMPRESA LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI E O TCE/SC, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO TJSC (ÓRGÃO GESTOR) N. 82/2021 - PROCESSO TJSC N. 0020964-43.2021.8.24.0710, QUE TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PAPEL TOALHA. PRAZO DE VIGÊNCIA: 11/11/2021 ATÉ 10/11/2022. DATA DA ASSINATURA: 11/11/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 12/11/2021.</p>	12.246,00
NOV	PROCESSO SEI 21.0.000000454-2	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2021	<p>ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2021 FIRMADA ENTRE A EMPRESA GOEDERT LTDA E O TCE/SC, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO TJSC (ÓRGÃO GESTOR) N. 82/2021 - PROCESSO TJSC N. 0020964-43.2021.8.24.0710, QUE TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PAPEL TOALHA. PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/11/2021 ATÉ 08/11/2022. DATA DA ASSINATURA: 09/11/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 11/11/2021.</p>	36.340,20
NOV	PROCESSO SEI 21.0.000002091-2	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2021	<p>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2021 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE CAPACITAÇÃO EM LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), PARA APROXIMADAMENTE 100 (CEM) SERVIDORES DESTA TCE/SC, COM CARGA HORÁRIA TOTAL DE 04 HORAS, A SER REALIZADO EM DOIS ENCONTROS DE 02 HORAS CADA, NA MODALIDADE REMOTA. PRAZO DE EXECUÇÃO: CARGA HORÁRIA PROGRAMADA TOTAL DE 04 HORAS, PREVISTO PARA SER REALIZADO NOS DIAS 13 E 14 DE DEZEMBRO DE 2021, COM 02 HORAS DE CURSO POR DIA. CONTRATADA: INSTITUTO DE GOVERNANÇA E COMPLIANCE TREINAMENTOS E GESTÃO LTDA. DATA DA ASSINATURA: 12/11/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 18/11/2021.</p>	17.000,00
NOV	PROCESSO SEI 21.0.000002310-5	2º TERMO ADITIVO AO CO Nº 52/2019	<p>SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2019 FIRMADO ENTRE RELOBYTE SOLUÇÕES DE PONTO E ACESSO LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, DO SISTEMA DE ACESSO DO TCE/SC, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA POR MAIS 6 MESES, DE 01/01/2022 ATÉ 30/06/2022, COM POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO ANTECIPADA DO AJUSTE NO CASO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO DO PREGÃO Nº 47/2021 E DO CONTRATO COM A INSTALAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO DO TRIBUNAL. VALOR: R\$ 5.871,42. DATA DA ASSINATURA: 16/11/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 18/11/2021.</p>	35.228,52
NOV	PROCESSO SEI 21.0.000002306-7	5º TERMO ADITIVO AO CO Nº 18/2017	<p>QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2017 FIRMADO ENTRE ELEVACON ELEVADORES CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA EPP E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, DOS 2 (DOIS) ELEVADORES, COM 4 (QUATRO) PARADAS CADA, DOS BLOCOS A E B DESTA TCE, ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 01/01/2022 ATÉ 14/05/2022. VALOR MENSAL: R\$ 1.394,72. DATA DA ASSINATURA: 16/11/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 22/11/2021.</p>	6.208,75
NOV	PROCESSO SEI 21.0.000002234-6	2º TERMO ADITIVO AO CO Nº 56/2019	<p>SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/2019 FIRMADO ENTRE TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO GERENCIAMENTO DO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, COM O USO DE CARTÃO MAGNÉTICO, PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA FROTA DO TCE/SC, EM REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 19/12/2021 ATÉ 18/12/2022. O VALOR TOTAL ESTIMADO É DE R\$ 126.978,45, SENDO QUE A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO É DE - 4,29% (4,29% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA FATURA MENSAL). DATA DA ASSINATURA: 16/11/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 22/11/2021.</p>	126.978,45
NOV	PROCESSO SEI 21.0.000002316-4	4º TERMO ADITIVO AO CO Nº 05/2015	<p>QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2015 FIRMADO ENTRE ARFLEX COMÉRCIO E SERVIÇO DE CLIMATIZAÇÃO EIRELI E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL E CORRETIVA DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DA MARCA TOSHIBA DO TIPO VRF COM 100% INVERTER, RENOVAÇÃO DO AR E EXAUSTÃO INSTALADO NOS BLOCOS A E B DO TCE/SC, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/01/2022 ATÉ 31/12/2022.</p>	181.687,80

MÊS	PROCESSO	MODALIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
			VALOR MENSAL ESTIMADO: R\$ 15.140,65. DATA DA ASSINATURA: 16/11/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 24/11/2021.	
NOV	PROCESSO SEI 21.0.000002317-2	5º TERMO ADITIVO AO CO Nº 22/2017	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2017 FIRMADO ENTRE ARFLEX COMÉRCIO E SERVIÇO DE CLIMATIZAÇÃO EIRELI E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL E CORRETIVA DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DA MARCA TOSHIBA DO TIPO VRF COM 100% INVERTER, RENOVAÇÃO DO AR E EXAUSTÃO INSTALADO NO EDIFÍCIO SEDE DO TCE/SC, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/01/2022 ATÉ 20/06/2022. VALOR MENSAL ESTIMADO: R\$ 17.223,86. DATA DA ASSINATURA: 16/11/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 24/11/2021.	97.601,90
NOV	PROCESSO SEI 21.0.000002050-5	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 55/2021	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 55/2021 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE CAPACITAÇÃO SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DADOS APLICADA AO SETOR PÚBLICO NA PRÁTICA, PARA MEMBROS DO CGSIPD E DIRETORES DO TCE/SC, COM CARGA HORÁRIA TOTAL DE 20 HORAS, NA MODALIDADE REMOTA, PREVISTO PARA SER REALIZADO EM 2022. CONTRATADA: VIVIANE N. MALDONADO SERVIÇOS DE TREINAMENTO EMPRESARIAL. DATA DA ASSINATURA: 22/11/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 29/11/2021.	40.000,00
NOV	PROCESSO SEI 21.0.000002050-5	CONTRATO Nº 42/2021	CONTRATO Nº 42/2021 FIRMADO ENTRE A EMPRESA VIVIANE N. MALDONADO SERVIÇOS DE TREINAMENTO EMPRESARIAL E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE CAPACITAÇÃO SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DADOS APLICADA AO SETOR PÚBLICO NA PRÁTICA, PARA MEMBROS DO CGSIPD E DIRETORES DO TCE/SC, COM CARGA HORÁRIA TOTAL DE 20 HORAS, NA MODALIDADE REMOTA, PREVISTO PARA SER REALIZADO EM 2022. PRAZO DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DO CONTRATO: O CURSO TERÁ CARGA HORÁRIA PROGRAMADA TOTAL DE 20 HORAS, DIVIDIDAS EM 5 PERÍODOS DE 04 HORAS PARA 35 PARTICIPANTES, NA MODALIDADE REMOTA, PREVISTO PARA SER REALIZADO EM 2022. ESTE CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2022, A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA. DATA DA ASSINATURA: 23/11/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 29/11/2021.	40.000,00
NOV	PROCESSO SEI 21.0.000001697-4	CONTRATO Nº 45/2021	CONTRATO Nº 45/2021 FIRMADO ENTRE A EMPRESA DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA, DECORRENTE DA ADESÃO À ARP Nº 03/2021, ORIUNDA DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2020 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO. VALOR UNITÁRIO: R\$ 7.057,00. PRAZO DE VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA. OS PRODUTOS DEVERÃO SER FORNECIDOS NA SEDE DO TCE/SC. DATA DA ASSINATURA: 25/11/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 30/11/2021.	705.700,00
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002032-7	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2021	CONTRATAÇÃO DA RENOVAÇÃO E AQUISIÇÃO DE LICENÇAS MICROSOFT COM SOFTWARE ASSURANCE PARA UM PERÍODO DE 36 MESES. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 29/11/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO: 30/11/2021.	2.055.000,00
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002550-7	CONTRATO Nº 46/2021	CONTRATO Nº 46/2021 FIRMADO ENTRE A EMPRESA BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DA RENOVAÇÃO E AQUISIÇÃO DE LICENÇAS MICROSOFT COM SOFTWARE ASSURANCE PARA UM PERÍODO DE 36 MESES. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE DURAÇÃO DO CONTRATO: O PRAZO PARA FORNECIMENTO DA LICENÇA PELA CONTRATADA É DE ATÉ 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO. O PRAZO DE VIGÊNCIA TEM COMO TERMO INICIAL A DATA DA ASSINATURA, E DURAÇÃO ATÉ O FIM DO PRAZO DE EXECUÇÃO. O PRAZO DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO É DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, CONTADOS DA DATA DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS LICENÇAS. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER AS LICENÇAS DE MODO QUE GARANTA A CONTINUIDADE DAS LICENÇAS JÁ ADQUIRIDAS PELO TCE/SC. DATA DA ASSINATURA: 1º/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 09/12/2021.	2.055.000,00
DEZ	PROCESSO SEI 21.0000002323-7	2º TERMO ADITIVO AO CO Nº 51/2019	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 51/2019 FIRMADO ENTRE ADO PAINÉIS ELÉTRICOS LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA SUBESTAÇÃO E DO GRUPO GERADOR LOCALIZADOS NO PRÉDIO	80.024,27

MÊS	PROCESSO	MODALIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
			SEDE DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA, INCLUINDO DETERMINADAS PEÇAS E PRODUTOS E VISITAS PROGRAMADAS E DE EMERGÊNCIA, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/01/2022 ATÉ 31/12/2022. DATA DA ASSINATURA: 1º/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 07/12/2021.	
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002321-0	1º TERMO ADITIVO AO CO Nº 36/2020	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2020 FIRMADO ENTRE ALGAR TELECOM S/A E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES – STFC (SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO) – NAS MODALIDADES LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL – LDN E LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL - LDI, TIPOS FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL, MEDIANTE DISCAGEM DIRETA A RAMAL – DDR, PARA UTILIZAÇÃO NA SEDE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 21/12/2021 ATÉ 20/12/2022, CONSIDERANDO QUE O INÍCIO DA SUA VIGÊNCIA É A CONTAR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO QUE OCORREU EM 21/12/2020. DATA DA ASSINATURA: 1º/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 05/01/2022.	5.272,92
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002433-0	3º TERMO ADITIVO AO CO Nº 15/2019	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2019 FIRMADO ENTRE CLÁUDIA MARA TODOROV 13005048896 E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA PIANISTA E PREPARADORA VOCAL SRA. CLÁUDIA MARA TODOROV JUNTO AO CORAL HÉLIO TEIXEIRA DA ROSA, COM FUNÇÕES DE PREPARAÇÃO VOCAL E CO-REPETIÇÃO NOS ENSAIOS E PREPARAÇÃO VOCAL E CO-REPETIÇÃO NAS APRESENTAÇÕES DO CORAL, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/01/2022 ATÉ 31/12/2022. DATA DA ASSINATURA: 02/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 08/12/2021.	53.825,00
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002430-6	5º TERMO ADITIVO AO CO Nº 08/2017	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2017 FIRMADO ENTRE GIOVANE CASCAES PACHECO ME E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REGÊNCIA DO CORAL HÉLIO TEIXEIRA DA ROSA PELO MAESTRO GIOVANE CASCAES PACHECO, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/01/2022 ATÉ 03/05/2022. DATA DA ASSINATURA: 02/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 06/12/2021.	20.000,00
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002331-8	4º TERMO ADITIVO AO CO Nº 27/2018	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2018 FIRMADO ENTRE TK ELEVADORES BRASIL LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, DOS 4 (QUATRO) ELEVADORES, COM 15 (QUINZE) PARADAS CADA, DO EDIFÍCIO SEDE DESTA TCE, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/01/2022 ATÉ 31/12/2022. VALOR MENSAL ESTIMADO: R\$ 3.950,81. DATA DA ASSINATURA: 02/11/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 06/12/2021.	47.409,72
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000001987-6	1º TERMO ADITIVO AO CO Nº 40/2021	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 40/2021 FIRMADO ENTRE BRIZZA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM PARA USO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS NO ANEXO II DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2021. ALTERAÇÃO: FICA ALTERADA A CLÁUSULA TERCEIRA E QUINTA DO CONTRATO ORIGINAL, ACRESCENTANDO-SE 01 (UM) VEÍCULO ZERO KM, SENDO ESTE NA COR PRETA, E CONFORME DEMAIS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS EM CONTRATO. VALOR: R\$ 349.000,00 (TREZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL REAIS), O QUE REPRESENTA UM ACRÉSCIMO DE 20% DO VALOR ORIGINAL, DENTRO DO LIMITE PERMITIDO EM LEI. DATA DA ASSINATURA: 02/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 09/12/2021.	349.000,00
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002494-2	1º TERMO ADITIVO AO CO Nº 38/2020	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2020 FIRMADO ENTRE EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, QUE COMPREENDE A DISTRIBUIÇÃO DE INFORMAÇÕES DE CADASTRO COM TECNOLOGIA BLOCKCHAIN – BCNPJ E INCLUI O FORNECIMENTO DE ACESSO E INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DE ALTO DESEMPENHO, CAPACIDADE E DISPONIBILIDADE VOLTADA PARA COMPARTILHAMENTO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS DA BASE CADASTRAL DE CNPJ EM MEIO SEGURO UTILIZANDO A TECNOLOGIA BLOCKCHAIN, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 17/12/2022 ATÉ 16/12/2022.	17.233,56

MÊS	PROCESSO	MODALIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
			VALOR MENSAL: R\$ 1.436,13. DATA DA ASSINATURA: 03/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 16/12/2021.	
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002352-0	4º TERMO ADITIVO AO CO Nº 58/2017	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/2017 FIRMADO ENTRE JEXPERTS TECNOLOGIA S/A E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA PLATAFORMA CHANNEL: SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO EVOLUTIVA E CORRETIVA, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/01/2022 ATÉ 31/12/2022. VALOR MENSAL: R\$ 3.500,00. DATA DA ASSINATURA: 04/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 08/12/2021.	42.000,00
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002479-9	4º TERMO ADITIVO AO CO Nº 20/2018	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2018 FIRMADO ENTRE CLEMIR SCHMITT - ME E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO, GRAVAÇÃO, EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO DE PRODUTOS RÁDIO JORNALÍSTICOS, NO FORMATO DE RÁDIO RELEASES, INSTITUCIONAIS, RÁDIO JORNAIS E PEÇAS SIMILARES, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/01/2022 ATÉ 31/12/2022. VALOR MENSAL: R\$ 9.796,61. DATA DA ASSINATURA: 03/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 07/12/2021.	117.559,32
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000001962-0	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2021	FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA O TCE/SC, CONTEMPLANDO FIBRAS, DIO E CORDÕES ÓTICOS, ASSIM COMO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E ENTRE OUTROS. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 06/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO: 07/12/2021.	379.000,00
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002622-8	CONTRATO Nº 49/2021	CONTRATO Nº 49/2021 FIRMADO ENTRE A EMPRESA INTEGRASUL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA O TCE/SC, CONTEMPLANDO FIBRAS, DIO E CORDÕES ÓTICOS, ASSIM COMO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E ENTRE OUTROS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS NO ANEXO II DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2021. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE DURAÇÃO DO CONTRATO: O CONTRATO TERÁ A DURAÇÃO DE 12 MESES, A CONTAR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO. O PRAZO DE GARANTIA DO FABRICANTE É DE 12 MESES, A CONTAR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO, PARA OS ITENS 1 A 9, E DE 6 MESES PARA O ITEM 10. DATA DA ASSINATURA: 09/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 10/12/2021.	379.000,00
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002606-6	4º TERMO ADITIVO AO CO Nº 24/2019	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2019 FIRMADO ENTRE A EMPRESA TV CLIPAGEM LTDA EPP E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MONITORAMENTO, CLIPAGEM, GRAVAÇÃO E FORNECIMENTO DE MÍDIA FÍSICA DE INFORMAÇÕES SOBRE O TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA VEICULADAS EM EMISSORAS DE RÁDIO, TELEVISÃO E MÍDIAS IMPRESSAS E DIGITAIS, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/01/2022 ATÉ 30/06/2022. VALOR MENSAL: R\$ 6.635,75. DATA DA ASSINATURA: 09/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 15/12/2021.	39.814,50
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002384-9	5º TERMO ADITIVO AO CO Nº 31/2018	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2018 FIRMADO ENTRE QUANTUM CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A LOCAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO PARA GERAÇÃO, ENVIO E RECEBIMENTO DOS EVENTOS DO SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS (ESOCIAL), ATRAVÉS DE WEB SERVICE, A PARTIR DA BASE DE DADOS FORNECIDA PELO TCE/SC, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA POR 12 MESES, A CONTAR DE 1º/01/2022 ATÉ 31/12/2022. DATA DA ASSINATURA: 10/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 17/12/2021.	99.783,67
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002529-9	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 60/2021	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 60/2021 REFERENTE À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA CONTRATANTE EM NÍVEL DE MESTRADO NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO. SERÃO PATROCINADAS PELA CONTRATANTE 3 (TRÊS) VAGAS PARA INGRESSO EM 2022 NO MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO MANTIDO PELA CONTRATADA NO CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG, CONFORME MEMORANDO ÍCON N. 99/2021. CONTRATADA: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC/ESAG.	175.117,47

MÊS	PROCESSO	MODALIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
			<p>PRAZO: O CURSO TERÁ DURAÇÃO DE 24 MESES COM REGIME SEMESTRAL. O CONTRATO TERÁ DURAÇÃO DE ATÉ 36 MESES, A CONTAR DE 03/01/2022, OU ATÉ O ADIMPLEMENTO FINAL DAS OBRIGAÇÕES.</p> <p>VALOR POR VAGA: R\$ 58.372,49.</p> <p>DATA DA ASSINATURA: 13/12/2021.</p> <p>DATA DA PUBLICAÇÃO: 17/12/2021.</p>	
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002529-9	CONTRATO Nº 48/2021	<p>CONTRATO Nº 48/2021 FIRMADO ENTRE A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC/ESAG E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA CONTRATANTE EM NÍVEL DE MESTRADO NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO. SERÃO PATROCINADAS PELA CONTRATANTE 3 (TRÊS) VAGAS PARA INGRESSO EM 2022 NO MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO MANTIDO PELA CONTRATADA NO CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG, CONFORME MEMORANDO ICON N. 99/2021.</p> <p>PRAZO DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DO CONTRATO: O CURSO TERÁ DURAÇÃO DE 24 MESES COM REGIME SEMESTRAL. ESTE CONTRATO TERÁ DURAÇÃO DE ATÉ 36 MESES, A CONTAR DE 03/01/2022, OU ATÉ O ADIMPLEMENTO FINAL DAS OBRIGAÇÕES.</p> <p>VALOR POR VAGA: R\$ 58.372,49.</p> <p>DATA DA ASSINATURA: 13/12/2021.</p> <p>DATA DA PUBLICAÇÃO: 17/12/2021.</p>	175.117,47
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002618-0	4º TERMO ADITIVO AO CO Nº 21/2018	<p>QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2018 FIRMADO ENTRE PD CASE INFORMÁTICA LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, PROGRAMAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE AOS SISTEMAS DE TI, ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2017, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/01/2022 ATÉ 31/12/2022.</p> <p>VALOR MENSAL ESTIMADO: R\$ 245.394,60.</p> <p>DATA DA ASSINATURA: 14/12/2021.</p> <p>DATA DA PUBLICAÇÃO: 16/12/2021.</p>	2.944.735,20
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002664-3	1º TERMO ADITIVO AO CO Nº 9912269989	<p>PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912269989 FIRMADO ENTRE A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO PELA ECT, DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS. ALTERAÇÃO: ACRESCER EM 18,91% AO VALOR ORIGINAL DO CONTRATO ALTERANDO, DESSA FORMA, A CLÁUSULA DÉCIMA PASSANDO O VALOR DO CONTRATO ATUALIZADO DE R\$ 185.000,00 PARA R\$ 220.000,00.</p> <p>DATA DA ASSINATURA: 15/12/2021.</p> <p>DATA DA PUBLICAÇÃO: 16/12/2021.</p>	35.000,00
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002041-6	2º TERMO ADITIVO AO CO Nº 9912269989	<p>SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912269989 FIRMADO ENTRE A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO PELA ECT, DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/01/2022 ATÉ 1º/01/2023.</p> <p>DATA DA ASSINATURA: 15/12/2021.</p> <p>DATA DA PUBLICAÇÃO: 16/12/2021.</p>	231.250,00
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002646-5	4º TERMO ADITIVO AO CO Nº 29/2018	<p>QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2018 FIRMADO ENTRE TDSA COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA ME E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES INTEGRADAS DE GESTÃO NA ÁREA DA SAÚDE, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/01/2022 ATÉ 30/06/2022.</p> <p>VALOR MENSAL: R\$ 972,47.</p> <p>DATA DA ASSINATURA: 15/12/2021.</p> <p>DATA DA PUBLICAÇÃO: 17/12/2021.</p>	5.834,82
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002259-1	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 59/2021	<p>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 59/2021 REFERENTE À RENOVAÇÃO ANUAL DA PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO JURÍDICO, CUJO CONTEÚDO SERÁ DISPONIBILIZADO AO TCE/SC DE MODO PERPÉTUO E COM ATUALIZAÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.</p> <p>CONTRATADA: EDITORA FÓRUM LTDA.</p> <p>PRAZO: 12 MESES, A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO.</p> <p>DATA DA ASSINATURA: 15/12/2021.</p> <p>DATA DA PUBLICAÇÃO: 16/12/2021.</p>	180.225,00
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002259-1	CONTRATO Nº 47/2021	<p>CONTRATO Nº 47/2021 FIRMADO ENTRE A EDITORA FÓRUM LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A RENOVAÇÃO ANUAL DA PLATAFORMA FÓRUM CONHECIMENTO JURÍDICO, COMPOSTA POR 53 PERÍODICOS, SENDO 25 COLEÇÕES, COM MAIS DE 3.000 VOLUMES INICIAIS, COM AMPLA DOUTRINA DE AUTORES NACIONAIS E INTERNACIONAIS, JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA E LEGISLAÇÃO DAS DIVERSAS ÁREAS DO DIREITO, ALÉM DE CONTEÚDOS DIVERSOS, TAIS COMO ENTREVISTAS, TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS E INFORMATIVO COM</p>	180.225,00

MÊS	PROCESSO	MODALIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
			ATUALIZAÇÃO DIÁRIA PELO PERÍODO DE 12 MESES. PRAZO DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DO CONTRATO: 12 MESES, A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO. DATA DA ASSINATURA: 15/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 16/12/2021.	
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000001226-0	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO E SEUS COMPONENTES PARA O EDIFÍCIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA LOCALIZADO EM FLORIANÓPOLIS/SC, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS NO ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA). DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 07/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO: 08/12/2021.	435.000,00
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002631-7	CONTRATO Nº 50/2021	CONTRATO Nº 50/2021 FIRMADO ENTRE A ADVANCIS MAX EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO E SEUS COMPONENTES PARA O EDIFÍCIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA LOCALIZADO EM FLORIANÓPOLIS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS NO ANEXO II DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2021. PRAZO DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DO CONTRATO: O CONTRATO TERÁ A DURAÇÃO DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO. O PRAZO PARA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS É DE ATÉ 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO. O PRAZO PARA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, EXECUÇÃO DE TODOS OS TESTES E DE ATÉ 30 DIAS, CONTADOS DA DATA DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS. A SOLUÇÃO COMPLETA DEVERÁ SER FORNECIDA E ESTAR APTA PARA UTILIZAÇÃO EM ATÉ 90 DIAS, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO. APÓS A ENTREGA E INSTALAÇÃO A SOLUÇÃO SERÁ RECEBIDA, PROVISORIAMENTE, POR TÉCNICOS DESIGNADOS PELO TRIBUNAL, DE MODO QUE SERÁ VERIFICADO SE O PRODUTO CORRESPONDE À MARCA E AO MODELO COTADO. EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO, O TCE/SC DEVERÁ AVALIAR OS EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES FORNECIDAS A FIM DE VERIFICAR SE ATENDEM ÀS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS EM EDITAL E OFERECIDAS PELA CONTRATADA NA PROPOSTA. DATA DA ASSINATURA: 15/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 16/12/2021.	435.000,00
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002373-3	11º TERMO ADITIVO AO CO Nº 51/2018	DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 51/2018 FIRMADO ENTRE ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS, RELATIVOS AOS POSTOS DE TRABALHO DE ASSEIO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E APOIO OPERACIONAL, INCLUINDO DESPESAS EVENTUAIS DECORRENTES DE VIAGENS DOS POSTOS DE TRABALHO E DO USO DE MOTOCICLETA, ALÉM DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SAZONAIS DE DESRATIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, LAVAÇÃO E LIMPEZA DE FACHADAS E VIDROS EXTERNOS, LAVAÇÃO DAS CAIXAS D'ÁGUA E CISTERNAS, LAVAÇÃO DE TAPETES E ACARPETADOS, SERVIÇOS DE LIMPEZA DOS AUDITÓRIOS(PAREDES, CARPETES E POLTRONAS), PARA O TCE/SC, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA POR MAIS 06 (SEIS) MESES, DE 1º/01/2022 A 30/06/2022, PODENDO O CONTRATO SER RESCINDIDO ANTECIPADAMENTE, A CRITÉRIO DO CONTRATANTE, COM BASE NO ART.78, INC. XII E 79, I AMBOS DA LEI N. 8.666/93, EM CASO DE CONCLUSÃO DE NOVO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. VALOR MENSAL ESTIMADO: R\$ 1.043.432,22. DATA DA ASSINATURA: 15/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 05/01/2022.	6.260.593,34
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002630-9	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 61/2021	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 61/2021 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TV VIA CABO, PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES GERADAS NA IMPRENSA NACIONAL E INTERNACIONAL A SEREM COLOCADAS À DISPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO. CONTRATADA: CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S/A. PRAZO: 12 MESES, A CONTAR DE 01/01/2022. DATA DA ASSINATURA: 16/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 05/01/2022.	9.159,60
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002630-9	CONTRATO Nº 51/2021	CONTRATO Nº 51/2021 FIRMADO ENTRE A CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S/A E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TV VIA CABO, PARA OBTENÇÃO DE	9.159,60

MÊS	PROCESSO	MODALIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
			INFORMAÇÕES GERADAS NA IMPRENSA NACIONAL E INTERNACIONAL A SEREM COLOCADAS À DISPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO. PRAZO DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DO CONTRATO: 12 MESES, A CONTAR DE 01/01/2022. DATA DA ASSINATURA: 16/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 05/01/2022.	
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002692-9	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 62/2021	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 62/2021 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA PARA O TCE/SC. CONTRATADA: HAPPY CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LAVANDERIA LTDA. PRAZO: DE 1º/01/2022 ATÉ 31/12/2022. DATA DA ASSINATURA: 17/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 05/01/2022.	8.133,10
DEZ	PROCESSO SEI 21.0.000002692-9	CONTRATO Nº 52/2021	CONTRATO Nº 52/2021 FIRMADO ENTRE A HAPPY CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LAVANDERIA LTDA E O TCE/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA PARA O TCE/SC. PRAZO DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DO CONTRATO: O PRAZO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS É DE ATÉ 7 DIAS ÚTEIS, A CONTAR DA COLETA DOS MATERIAIS. ESTE CONTRATO TERÁ DURAÇÃO DE 1º/01/2022 ATÉ 31/12/2022. DATA DA ASSINATURA: 17/12/2021. DATA DA PUBLICAÇÃO: 05/01/2022.	8.133,10

Fonte: Diretoria de Administração e Finanças – DAF

3.3 Gestão de pessoas

O controle dos atos de nomeação, posse, exoneração, aposentadoria, licença, substituição, designação para comissões e demais atos, é atribuição da Diretoria de Gestão de Pessoas, criada pela Resolução N.TC-0089/2014.

3.3.1 Quadro de Pessoal do TCE/SC

A Tabela 21 demonstra o número de servidores lotados no Tribunal, de acordo com as categorias funcionais, no final do 4º trimestre de 2021. Como se observa, o Tribunal dispõe de 771 cargos, com um índice de ocupação de 56,42%.

Tabela 21 - QUADRO DE PESSOAL DO TCE/SC

Categoria Funcional	Cargos Existentes	Cargos Ocupados	% Cargos Ocupados	Cargos Vagos	Distribuição % Cargos Ocupados
NIVEL SUPERIOR (ONS, AFC, TAC)	548	290	52,92%	258	66,67%
NIVEL MEDIO (ONM, AUC)	105	33	31,43%	72	7,59%
NIVEL BASICO (ONB, MOO) (*)	18	18	100,00%	0	4,14%
CARGOS COMISSIONADOS (**)	88	84	95,45%	4	19,31%
CONSELHEIROS E AUDITORES	12	10	83,33%	2	2,30%
Total	771	435	56,42%	336	100,00%

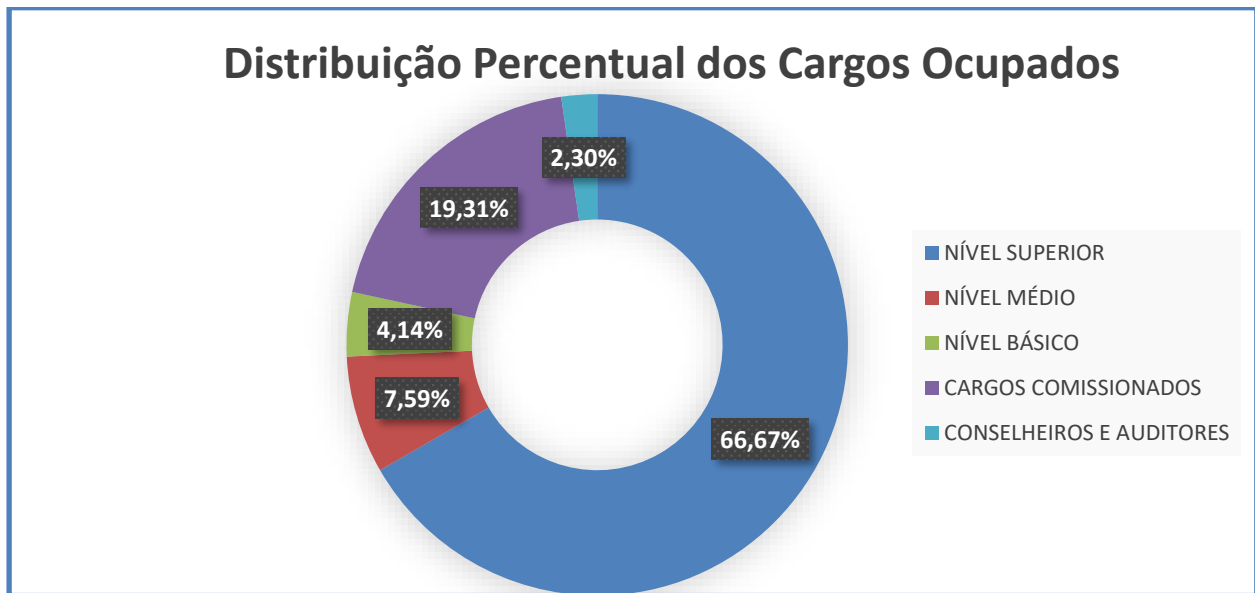
SERVIDORES À DISPOSIÇÃO	
SERV. DE OUTROS ÓRGÃOS À DISP. DO TCE/SC	45
SERV. DO TCE/SC À DISP. DE OUTROS ÓRGÃOS	3

Fonte: Sistema de Recursos Humanos

(*) Cargo em extinção

(**) 61 servidores não integrantes do Quadro Efetivo do TCE, designados por livre nomeação e exoneração (art. 37, II da CF/88; art. 21, I da CE/89) e 23 servidores efetivos que ocupam cargos comissionados.

Gráfico 11 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CARGOS OCUPADOS



Fonte: Sistema de Recursos Humanos

3.3.2 Distribuição Funcional do TCE/SC

A tabela a seguir apresenta a situação dos servidores distribuídos no Tribunal de Contas, alocados por unidades administrativas. Destaca-se que 71,99% dos Auditores Fiscais de Controle Externo estão lotados na área fim deste Tribunal.

Tabela 22 - DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DO TCE/SC

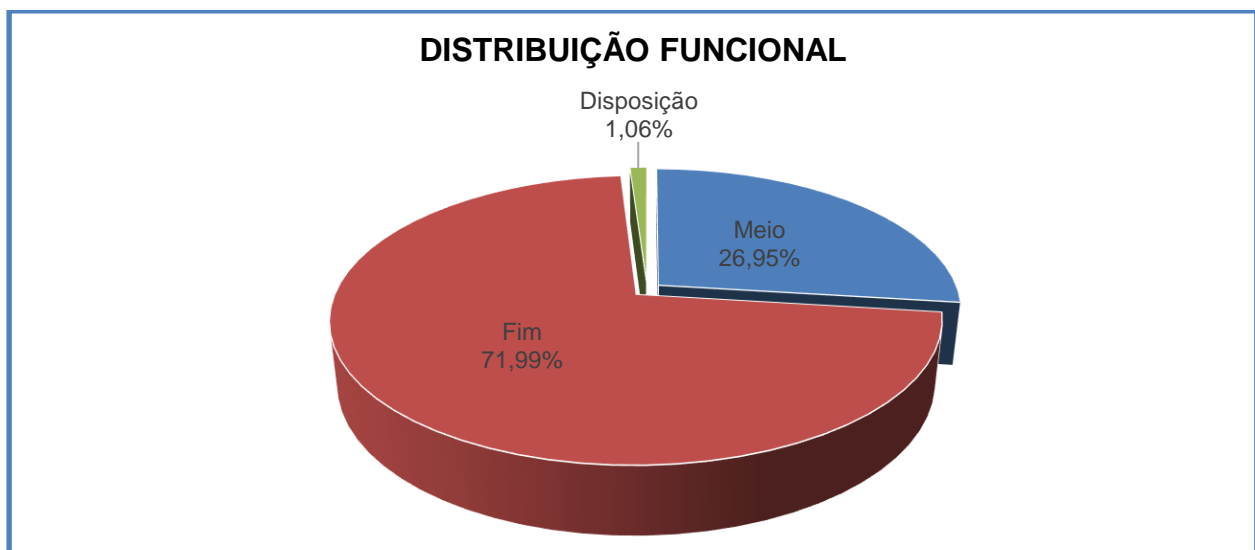
UNIDADE	SIGLA	TIPO ATIVIDADE	TODAS AS CATEGORIAS		AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO	
			QUANT.	%	QUANT.	%
DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS	DAE	Fim	20	4,33	14	4,96
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	DAF	Meio	34	7,36	13	4,61
DIRETORIA DE ATOS DE PESSOAL	DAP	Fim	28	6,06	26	9,22
DIRETORIA DE EMPRESAS E ENTIDADES CONGÊNERES	DEC	Fim	16	3,46	16	5,67
DIRETORIA DE CONTAS DE GESTÃO	DGE	Fim	36	7,79	34	12,06
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO	DGO	Fim	19	4,11	17	6,03
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	DGP	Meio	25	5,41	10	3,55
DIRETORIA DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS	DIE	Fim	19	4,11	18	6,38
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES	DLC	Fim	34	7,36	33	11,70
DIRETORIA DE RECURSOS E REEXAMES	DRR	Fim	8	1,73	9	3,19
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DTI	Meio	12	2,60	7	2,48
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	DGAD	Meio	2	0,43	1	0,35
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO	DGCE	Fim	4	0,87	3	1,06
GAB. CONS. CORREGEDOR GERAL	GCG	Meio	1	0,22	1	0,35
GAB. CONSELHEIRO SUBST. CLEBER MUNIZ GAVI	GCS/CMG	Fim	8	1,73	4	1,42
GAB. CONSELHEIRO SUBST. GERSON DOS SANTOS SICCA	GCS/GSS	Fim	7	1,52	2	0,71

UNIDADE	SIGLA	TIPO ATIVIDADE	TODAS AS CATEGORIAS		AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO	
			QUANT.	%	QUANT.	%
GAB. CONSELHEIRA SUBST. SABRINA NUNES IOCKEN	GCS/SNI	Fim	8	1,73	4	1,42
GAB. CONSELHEIRO CÉSAR FILOMENO FONTES	GAC/CFF	Fim	11	2,38	3	1,06
GAB. CONSELHEIRO HERNEUS JOAO DE NADAL	GAC/HJN	Fim	12	2,60	4	1,42
GAB. CONSELHEIRO JOSÉ NEI A ASCARI	GAC/JNA	Fim	11	2,38	6	2,13
GAB. CONSELHEIRO LUIZ EDUARDO CHEREM	GAC/LEC	Fim	14	3,03	4	1,42
GAB. CONSELHEIRO LUIZ ROBERTO HERBST	GAC/LRH	Fim	10	2,16	4	1,42
GAB. CONSELHEIRO WILSON ROGÉRIO WANDALL	GAC/WWD	Fim	11	2,38	2	0,71
GABINETE CONS. VICE-PRESIDENTE	GVP	Meio	1	0,22		0,00
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	GAP	Meio	1	0,22		0,00
GAP - ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA	APRE	Meio	9	1,95	6	2,13
GAP - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	ACOM	Meio	9	1,95		0,00
GAP - ASSESSORIA DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA DE TI	AGET	Meio	2	0,43		0,00
GAP - ASSESSORIA JURÍDICA	AJUR	Meio	8	1,73	5	1,77
GAP - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	APLA	Meio	3	0,65	2	0,71
GAP - ASSESSORIA MILITAR	ASMI	Meio	20	4,33		0,00
GAP - CHEFIA DE GABINETE	CGAP	Meio	1	0,22	1	0,35
GAP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE	SEXP	Meio	6	1,30	1	0,35
GAP - CONTROLADORIA	CONT	Meio	3	0,65	2	0,71
GAP - INSTITUTO DE CONTAS	ICON	Meio	10	2,16	4	1,42
GAP - OUVIDORIA	OUVI	Meio	5	1,08	3	1,06
SECRETARIA GERAL	SEG	Meio	31	6,71	20	7,09
SERVIDORES À DISPOSIÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS	SERV À DISP.	Disposição	3	0,65	3	1,06
TOTAL			462	100	282	100

Fonte: Sistema de Recursos Humanos

NOTA: O total de TODAS AS CATEGORIAS (462) não coincide com o total de cargos ocupados (435, TABELA 21), porque estão computados 45 servidores de outros órgãos à disposição do TCE e 5 estagiários (462-45-5=412), e daquele total devem ser diminuídos 23 servidores efetivos que, concomitantemente, ocupam cargos comissionados (435-23=412).

Gráfico 12 - DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DE CONTROLE EXTERNO



Fonte: Sistema de Recursos Humanos

3.4 Programa de Estágio

Considerando a importância de oferecer uma primeira oportunidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos nos bancos escolares, o TCE/SC implantou procedimentos de captação de candidatos ao programa de estágio para estudantes de ensino médio e superior.

A tabela a seguir apresenta a lotação dos estagiários nas respectivas áreas do Tribunal de Contas.

Tabela 23 – QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO TCE/SC

LOTAÇÃO	DIREITO	CURSO			TOTAL
		CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ECONOMIA	SISTEMA DE INFORM.	
DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS		1	2		3
DIRETORIA DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS				1	1
GAB. CONSELHEIRO SUBST. GERSON DOS SANTOS SICCA	1				1
TOTAL	1	1	2	1	5

Fonte: DGP

3.5 Treinamento e Aperfeiçoamento

O exercício eficiente e eficaz da fiscalização, que é atribuição deste Tribunal, depende de investimentos na capacitação de seus servidores para garantir o constante aprimoramento das técnicas de fiscalização e a melhoria dos padrões de desempenho.

O TCE/SC tem investido significativamente nas atividades de treinamento e de aperfeiçoamento de seu corpo técnico.

No TCE/SC, a capacitação dos servidores e desenvolvimento profissional está vinculada ao Instituto de Contas, criado pela Resolução TC - 07/2001.

No 4º trimestre de 2021 foram realizadas 40 atividades de capacitação para o público interno, com um investimento de R\$ 169.860,34.

Tabela 24 - ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO – PÚBLICO INTERNO

MÊS	EVENTO	PÚBLICO ALVO	LOCAL	VALOR UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)	C/H	QUANT. PARTIC.
OUT	Mestrado Profissional em Administração da UDESC/ESAG - ON LINE - Contrato 07/2020	Servidores do TCE/SC	Florianópolis/SC	2.273,95	2.273,95	45	1
OUT	Mestrado Profissional em Administração da UDESC/ESAG - ON LINE - Contrato 45/2020	Servidores do TCE/SC	Florianópolis/SC	2.083,34	4.166,67	45	2
OUT	Mestrado Profissional em Administração da UDESC/ESAG - ON LINE - Contrato 42/2018	Servidores do TCE/SC	Florianópolis/SC	2.328,33	6.985,00	45	3
OUT	Análise dos Instrumentos de Planejamento do Setor Público (PPA, LDO e LOA)	Servidores do TCE/SC	Plataforma Digital Zoom	600,00	30.000,00	15	50
OUT	Oficina grupo de Simplificação de Documentos - Turma 01	Servidores do TCE/SC	TCESC/Microsoft Teams	-	-	3	15
OUT	Organizações Sociais de Saúde	Servidores do TCE/SC	Microsof Teams	-	-	10	24
OUT	RPPS dos Servidores do Estado de Santa Catarina	Servidores do TCE/SC	forma on-lin	237,50	8.074,98	7,5	34
OUT	Curso Contratação Direta na Nova Lei de Licitações	servidores do TCE/SC	On-line - Plataforma Digital Fórum	-	-	12	2

MÊS	EVENTO	PÚBLICO ALVO	LOCAL	VALOR UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)	C/H	QUANT. PARTIC.
OUT	Fiscalização de Editais de Concursos Públicos	servidores do TCE/SC	Microsof Teams	-	-	7	19
OUT	Treinamento de Mídia	Servidores do TCE/SC	Plataforma Microsoft Teams	-	-	1	69
OUT	Curso de Design Thinking Aplicado ao Setor Público	Servidores do TCE/SC	WE GOV- TREINAMENTOS PARA GESTÃO PÚBLICA LTDA	-	15.000,00	12	33
OUT	Curso Nova Lei de Licitações: Inovações e Potencialidades	Agentes públicos e particulares que atuam em processos de contratação e licitação	On-line - Plataforma Digital Fórum	-	-	24	3
OUT	XXXV - Congresso Brasileiro de Direito Administrativo IBDA/AASP - Direito Administrativo e Inovação	Servidores do TCE/SC	On line	100,00	1.900,00	40	19
OUT	Palestra On-line - A Arte de Ser Leve	Servidores do TCE/SC	On Line	-	-	1	119
NOV	Mestrado Profissional em Administração da UDESC/ESAG - ON LINE - Contrato 07/2020	Servidores do TCE/SC	Florianópolis/SC	2.273,95	2.273,95	45	1
NOV	Mestrado Profissional em Administração da UDESC/ESAG - ON LINE - Contrato 45/2020	Servidores do TCE/SC	Florianópolis/SC	2.083,34	4.166,67	45	2
NOV	Mestrado Profissional em Administração da UDESC/ESAG - ON LINE - Contrato 42/2018	Servidores do TCE/SC	Florianópolis/SC	2.328,33	6.985,00	45	3
NOV	RPPS dos Servidores do Estado de Santa Catarina	Servidores do TCE/SC	On-line	95,00	3.230,00	2,5	34
NOV	Capacitação on-line - Office 365 (funcionalidades das ferramentas Forms e Sway)	Servidores do TCE/SC	TCESC/Microsoft Teams	-	-	1	121
NOV	Lançamento Painéis de Licitações e Oportunidades - Virtual	Controladores internos e contadores	Canal do Youtube do TCE	-	-	1	782
NOV	Oficina grupo de Simplificação de Documentos - Turma 01	Servidores do TCE/SC	TCESC/Microsoft Teams	-	-	3	15
NOV	Apresentação dos Painéis de informações - Visão Geral e dicas de uso	Servidores do TCE/SC	Microsoft Teams	-	-	3	85
NOV	Oficina On-line - Capacitação em Engenharia de Custos e SINAPI	Servidores do TCE/SC	Microsoft Teams	1.062,50	17.000,00	10	16
NOV	Curso On-line - Atualização Jurisprudencial STF, STJ, TCU e TCEs em Atos de Pessoal	Servidores do TCE/SC	Microsoft Teams	-	-	3	35
NOV	Curso de Design Thinking Aplicado ao Setor Público	Servidores do TCE/SC	WE GOV- TREINAMENTOS PARA GESTÃO PÚBLICA LTDA - on line	151,52	5.000,00	4	33
NOV	VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública	Público em Geral	on-line	-	90,00	8	1
NOV	Online - II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas	Servidores dos Tribunais de Contas	João Pessoa/PB	1.500,00	1.500,00	20	1
NOV	Online - II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas	Membros e servidores dos Tribunais de Contas	João Pessoa/PB	1.500,00	1.500,00	20	1
NOV	Online - II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas	Membros e servidores dos Tribunais de Contas	On-line	-	10.000,00	20	

MÊS	EVENTO	PÚBLICO ALVO	LOCAL	VALOR UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)	C/H	QUANT. PARTIC.
NOV	Curso Análise de Dados Educacionais: Aplicando evidências na Gestão Pública	Servidores dos Tribunais de Contas	escoladedados.org - curso on-line	52,50	315,00	3	6
NOV	V - Simpósio Nacional de Ouvidorias - Governança Pública, Ouvidoria e Cidadania Digital.	Agentes públicos e sociedade civil	Manaus - AM	5.738,50	5.738,50	8	1
DEZ	Mestrado Profissional em Administração da UDESC/ESAG - ON LINE - Contrato 07/2020	Servidores do TCE/SC	Florianópolis/SC	2.273,95	2.273,95	45	1
DEZ	Mestrado Profissional em Administração da UDESC/ESAG - ON LINE - Contrato 45/2020	Servidores do TCE/SC	Florianópolis/SC	2.083,34	4.166,67	45	2
DEZ	Mestrado Profissional em Administração da UDESC/ESAG - ON LINE - Contrato 42/2018	Servidores do TCE/SC	Florianópolis/SC	2.328,33	6.985,00	45	3
DEZ	Curso On-line - Atualização Jurisprudencial STF, STJ, TCU e TCEs em Atos de Pessoal	Servidores do TCE/SC	TCESC/Microsoft Teams	-	-	6	35
DEZ	Capacitação on-line - Office 365 (funcionalidades das ferramentas Onenote e Delve)	Servidores do TCE/SC	TCESC/Microsoft Teams	-	-	1	121
DEZ	Curso Planner - Capacitação do ICON	Servidores ICON	TCESC/Microsoft Teams	-	-	2	7
DEZ	Oficina de Design Thinking - Mentoria	Servidores do TCE/SC	WE GOV-TREINAMENTOS PARA GESTÃO PÚBLICA LTDA - on line	378,79	12.500,00	10	33
DEZ	Curso Análise de Dados Educacionais: Aplicando evidências na Gestão Pública	servidores dos Tribunais de Contas	escoladedados.org - curso on-line	122,50	735,00	7	6
DEZ	Curso on-line - LGPD no Serviço Público - Conceitos Básicos.	Servidores do TCE/SC	TCESC/Microsoft Teams	144,07	17.000,00	4	118
TOTAL					169.860,34	674	1.856

Fonte: Instituto de Contas

As atividades de capacitação do público externo, por sua vez, compreenderam 05 eventos e contaram com a participação de 7.811 pessoas.

Tabela 25 - ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO – PÚBLICO EXTERNO

DATA	EVENTO	PÚBLICO ALVO	LOCAL	VALOR UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)	C/H	QUANT. PARTIC.
OUT	Implantação do eSocial para os Órgãos Públicos - Edição Virtual	Servidores dos RPPS e de todos os demais Órgãos Públicos de Santa Catarina	Canal do Youtube do TCE	-	-	3	1.426
NOV	Lançamento Atendimento Virtual TCE/SC	Jurisdicionados, procuradores, advogados e público em geral	Canal do Youtube do TCE	-	-	1	597
NOV	Live - O modelo das OS em SC - Desafios e Perspectivas	Rede de Controle da Gestão Pública em Santa Catarina	Canal do Youtube do TCE	-	-	6	1.077
DEZ	Fórum - Licitações e Contratos Administrativos	Agentes Públicos e Servidores Públicos e público em geral.	TCESC/ Youtube	-	-	12	4.710
DEZ	Palestra ministrada no SUMMIT CIDADES 2021: Tecnologia e Inovação Promovendo a Eficiência Urbana	Autoridades municipais, gestores, empresários, investidores, pesquisadores e acadêmicos	Joinville/SC	607,50	607,50	1	1
TOTAL					607,50	23	7.811

Fonte: Instituto de Contas

4 MODERNIZAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

4.1 Ouvidoria

A Ouvidoria do TCE/SC tem como atribuição a prestação de serviços à sociedade, notadamente quando se tratar de notícias de irregularidade em atos administrativos praticado por agente público jurisdicionado ao Tribunal. Cabe à Ouvidoria, receber críticas, sugestões de melhoria, reclamações ou informações de serviços prestados pelo Tribunal.

A Ouvidoria é acessada pelo Portal do TCE/SC (www.tcesc.tc.br); por e-mail (ouvidoria@tcesc.tc.br); via correios (Rua Bulcão Vianna, nº 90 - Caixa Postal 733 - Centro - CEP 88.020-160 - Florianópolis/SC); por Fax (48) 3221-3869, e atendimento pessoal na sede do Tribunal de Contas do Estado.

As informações recebidas pela Ouvidoria sobre indícios de ilegalidade ou irregularidade, após uma triagem, são encaminhadas para a área técnica do TCE/SC, para análise.

Constatado o indício de irregularidade, é encaminhado novamente para a Ouvidoria com a solicitação de autuação de representação. Em qualquer hipótese, a Ouvidoria informa aos autores as providências adotadas pelo Tribunal.

No 4º trimestre, a Ouvidoria recebeu 492 manifestações. Destas, 41,46% referiam-se a solicitações de informações técnicas e sobre a legislação utilizada pelo TCE/SC no exercício de suas funções constitucionais e 34,96% tratavam de denúncias.

Tabela 26 - DESCRIÇÃO DE DEMANDAS DOS CIDADÃOS

NATUREZA DA DEMANDA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Solicitação de informações	204	41,46%
Denúncia	172	34,96%
Reclamações	84	17,07%
Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11)	14	2,85%
Elogios	7	1,42%
Outros	6	1,22%
Sugestões	5	1,02%
TOTAL	492	100,00%

Fonte: Ouvidoria

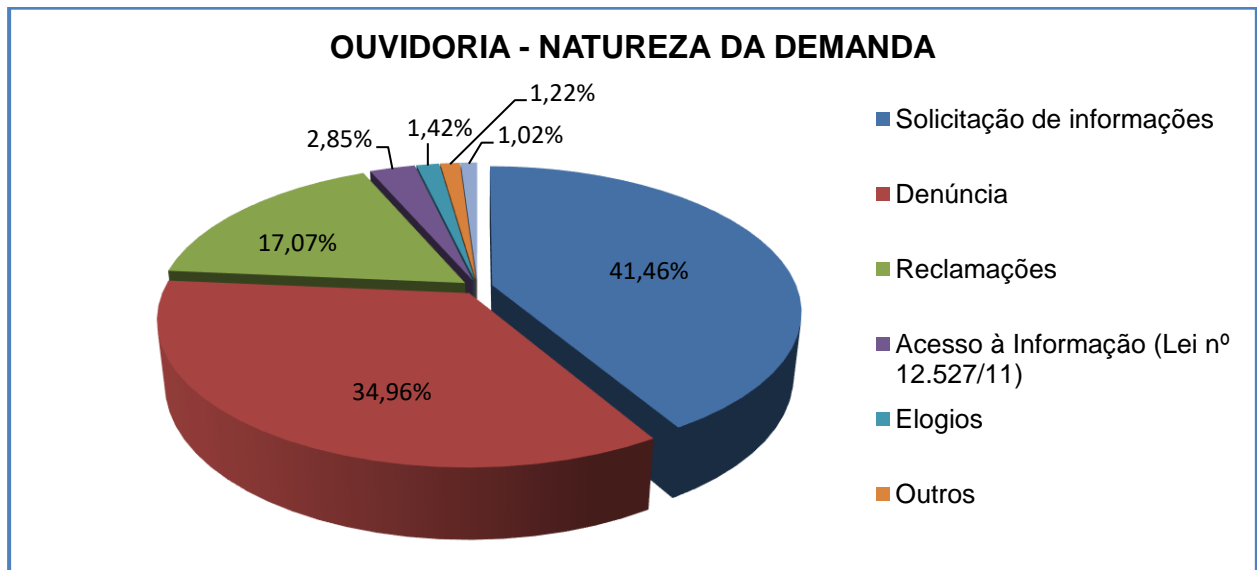
A comunicação através do Portal do TCE/SC foi o caminho mais utilizado para os cidadãos contatarem com a Ouvidoria no trimestre, com 229 manifestações, conforme dados da Tabela 27.

Tabela 27 - FORMAS DE CONTATO COM A OUVIDORIA

FORMAS DE CONTATO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Portal do TCE	229	46,54%
E-mail	224	45,53%
WhatsApp	39	7,93%
TOTAL	492	100%

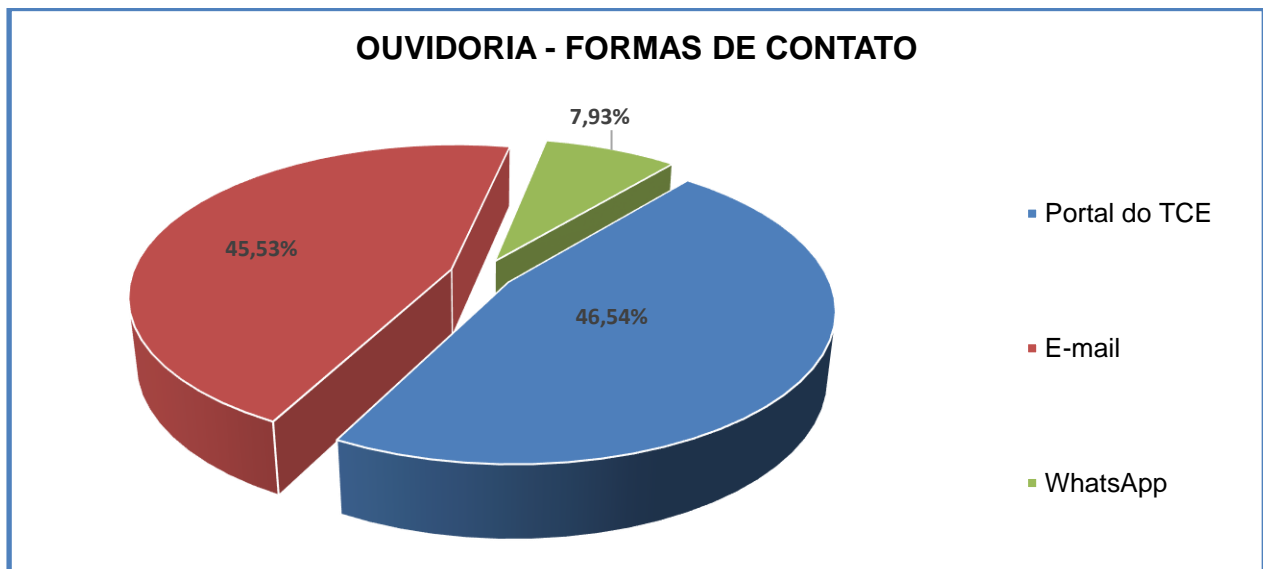
Fonte: Ouvidoria

Gráfico 13 - DESCRIÇÃO DA DEMANDA DOS CIDADÃOS



Fonte: Ouvidoria

Gráfico 14 - FORMAS DE CONTATO COM A OUVIDORIA



Fonte: Ouvidoria

4.2 Convênios e Acordos de Cooperação

O Tribunal de Contas de Santa Catarina tem intensificado a cooperação e a troca de informações com órgãos e entidades cujas atividades estão envolvidas com o controle de despesas públicas, objetivando o aprimoramento de técnicas e procedimentos no desenvolvimento de ações conjuntas de fiscalização.

A tabela a seguir apresenta os convênios e acordos de cooperação com tramitação processual concluída no 4º trimestre de 2021.

Tabela 28 - CONVÊNIO E ACORDOS DE COOPERAÇÃO REGISTRADOS

TIPO	INSTITUIÇÃO	OBJETO	VALOR	PUBLICAÇÃO
CEDIM	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher	Adere ao Termo de Compromisso cujo objetivo é a resposta pública, eficaz e imediata, para coibir, prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar contra as mulheres e a implementação de políticas públicas integradas em todo território de Santa Catarina, e principalmente o cumprimento da Lei Maria da Penha	SEM	DOTC-e, n. 3.278, 10/12/2021, p. 42
TCE/SC	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - MPC/SC	Cooperação técnica, para fins de cessão de pessoal e troca de informações, visando ao aprimoramento do serviço público.	SEM	DOTC-e, n. 3.281, 15/12/2021, p. 24
TCU	TCU	Promover o intercâmbio de práticas e desenvolvimento de ações voltadas à Gestão Sustentável do Legislativo em âmbito Nacional, trocando experiências, informações, pesquisas, tecnologias e ações de sustentabilidade	SEM	DOTC-e, n. 3.279, 13/12/2021, p. 23
CREA/SC	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA - CREA-SC	Estabelecer mecanismos de cooperação institucional entre o CREA-SC e o TCE-SC com vista à fiscalização e aperfeiçoamento técnico relativos às obras públicas e serviços de engenharia da administração pública (municipal e estadual) do estado de Santa Catarina.	SEM	DOU, n. 235, 15/12/2021, p. 220
ATRICON	ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ATRICON	Alterar a vigência e a o cronograma de pagamento do convênio celebrado entre TC's e a ATRICON	R\$ 30.000,00	DOTC-e, n. 3.281, 15/12/2021, p. 24

Fonte: Assessoria de Planejamento - APLA

4.3 Comunicação e Sociedade

O TCE/SC tem procurado mostrar à sociedade a importância do controle externo, bem como divulgar sua missão institucional, o seu campo de atuação e suas principais ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se o papel da Assessoria de Comunicação (ACOM) através do envio de *releases* para a imprensa, produção de matérias para internet e intranet e elaboração de livros, manuais e informativos, entre outros.

No tocante às atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação, no 4º trimestre de 2021, cabe registrar as principais ações de comunicação interna e externa, demonstradas nas tabelas 29 e 30.

Tabela 29 - MATÉRIAS DIVULGADAS AO PÚBLICO INTERNO

Matérias publicadas na intranet	Comunicação no Sistema Interno de Som	E-mails encaminhados para o público interno	Total
86	0	8	94

Fonte: ACOM

Tabela 30 - MATÉRIAS ENVIADAS À IMPRENSA

Releases produzidos	Releases aproveitados	Matérias dos releases publicadas	Outras matérias publicadas	Matérias positivas e neutras	Matérias Negativas	Postagens no Portal do TCE/SC	Twittes do TCE/SC
75	32	87	2.004	2.091	0	80	174

Fonte: ACOM

4.3.1 Destaque do material produzido pela Assessoria de Comunicação Social

Pessoas que solicitaram inscrição no concurso do TCE/SC devem verificar se a fotografia enviada foi deferida

ter, 21/12/2021 - 10:09



O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe), responsável pela organização do concurso público do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), disponibilizou, nesta terça-feira (21/12), [link](#) para que as pessoas que solicitaram inscrição verifiquem se a fotografia enviada foi deferida. A conferência poderá ser feita até as 18 horas desta quarta-feira (22/12), período, inclusive, para novo envio, caso o procedimento anterior não tenha atendido às determinações do sistema.

Últimos dias para se inscrever no concurso público do TCE/SC; prazo termina na segunda-feira (20/12)

sex, 17/12/2021 - 20:04



Ainda dá tempo de solicitar inscrição para participar do concurso público do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), voltado ao provimento de vagas e à formação de cadastro de reserva para o cargo de auditor fiscal de controle externo. Mas corre e acesse o endereço https://www.cebraspe.org.br/concursos/TCE_SC_21_AUDITOR, pois o prazo termina na próxima segunda-feira (20/12), às 18 horas (horário oficial de Brasília).

Essa data final também vale para aqueles que desejarem pleitear isenção da taxa, desde que enquadrados nas situações previstas no [Edital 1/2021](#) e [Edital 2/2021](#). A consulta à situação provisória sobre o pedido será aberta em 5 de janeiro de 2022 e, em caso de indeferimento, os

interessados poderão apresentar recurso nos dias 6 e 7 de janeiro. O prazo final para pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 150,00, encerra-se em 17 de janeiro.

[TCE/SC emite pareceres prévios pela rejeição das Contas/2020 de 10 municípios](#)
sex, 17/12/2021 - 19:53



O Pleno do Tribunal de Contas de Santa Catarina concluiu, nesta sexta-feira (17/12), a apreciação das contas dos 295 municípios catarinenses, referentes ao exercício de 2020. 10 prefeitos receberam parecer prévio pela rejeição das contas, ou seja, 3,39% do total, e 285 (96,61%), pela aprovação.

A manifestação do TCE/SC subsidia o julgamento das contas pelas respectivas câmaras municipais e, segundo a Constituição Estadual, só deixa de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores. A relação completa pode ser acessada pelo [Portal do TCE/SC](#), em Contas dos Municípios – Pareceres Prévios – 2020.

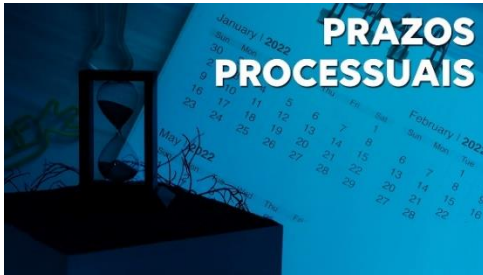
Os principais fatores que motivaram o pareceres prévios pela rejeição das contas foram o descumprimento do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – que veda ao gestor contrair despesa que não possa ser cumprida nos últimos dois quadrimestres do seu mandato ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja previsão em caixa – , ocorrência de déficit na execução orçamentária, ocorrência de déficit financeiro, descumprimento das aplicações mínimas em saúde e despesas com pessoal acima do limite máximo sem a devida recondução no prazo legal.

[TCE/SC inicia período de teste da nova página da Ouvidoria](#)
sex, 17/12/2021 - 19:02



O Tribunal de Contas de Santa Catarina lançou em seu portal, na internet, a [nova página da Ouvidoria](#), possibilitando ao público, por meio de [pesquisa](#), testar e avaliar o novo espaço. O anúncio foi feito pelo presidente do TCE/SC, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, no início da sessão extraordinária desta sexta-feira (17/12).

[TCE/SC suspende prazos processuais entre 20 de dezembro e 20 janeiro](#)
qui, 16/12/2021 - 15:32



De 20 de dezembro de 2021 a 20 de janeiro de 2022, os prazos processuais do Tribunal de Contas de Santa Catarina — internos e externos —, estarão suspensos, conforme estipula a [Resolução N. TC-085/2013](#).

A [Portaria 368/2021](#), publicada no Diário Oficial Eletrônico (DOTC-e) no dia 29 de novembro, que dispõe sobre o funcionamento das unidades do TCE/SC durante o recesso e as férias coletivas dos membros e servidores, estabelece que entre os dias 20 de dezembro de 2021 e 4 de janeiro de 2022 - período do recesso - os gabinetes da presidência, dos conselheiros e dos conselheiros-substitutos, e demais órgãos auxiliares manterão pessoal necessário para garantir a continuidade dos serviços.

[TCE/SC disponibiliza painel para acompanhamento do cumprimento da Meta 19 do Plano Nacional de Educação](#)
qua, 15/12/2021 - 17:05



Incentivar o exercício do controle social sobre o cumprimento da Meta 19, do Plano Nacional de Educação (PNE), que trata, dentre outros aspectos, da escolha dos diretores das unidades escolares nas redes estadual e municipais de Santa Catarina. Esse é o objetivo do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) com a disponibilização de mais um painel, no [Portal](#) da Instituição, nesta quarta-feira (15/12). A meta estabelece um conjunto de estratégias para a gestão democrática da educação ([Saiba mais - vídeo](#)).

[TCE/SC determina que município adote critérios para escolha de diretores de escolas da rede pública](#)
ter, 14/12/2021 - 15:22



Com o objetivo de cumprir a meta 19 do [Plano Nacional de Educação](#), o Tribunal de Contas de Santa Catarina determinou à Prefeitura de São Joaquim que, no prazo de 60 dias, comprove a adoção de critérios específicos quanto à participação da comunidade escolar na escolha dos diretores das unidades educacionais do município.

A decisão se baseia no princípio básico para a efetiva Gestão Democrática Escolar, segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), [Lei Federal nº 13.005/2014](#), e o Plano Municipal de Educação (PME), [Lei Municipal nº 4.333/2015](#).

[TCE/SC faz recomendações a órgãos de segurança para o enfrentamento da violência contra a mulher em Santa Catarina](#)

seg, 13/12/2021 - 13:13



O Tribunal de Contas de Santa Catarina realizou uma auditoria para avaliar as ações da Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência doméstica e familiar no Estado. O processo (@RLA-19/00938461), julgado na sessão extraordinária telepresencial de quarta-feira (8/12), resultou numa série de recomendações a diversos órgãos públicos estaduais, visando mitigar o problema da violência contra a mulher no tocante ao combate, prevenção, assistência e garantia de direitos.

Para o cumprimento das recomendações, as instituições devem apresentar ao TCE/SC, no prazo de 90 dias, a partir da publicação da decisão no Diário Oficial eletrônico do Tribunal, um plano de ação estabelecendo prazos, responsáveis e atividades para a adoção das providências.

[Coordenador da Ouvidoria do TCE/SC participa de Simpósio no Amazonas](#)

qua, 08/12/2021 - 13:48



O coordenador técnico da Ouvidoria do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Paulo César Salum, participou do V Simpósio Nacional de Ouvidorias, realizado em Manaus. O evento teve diversas palestras voltadas a temas sobre o Controle Social, com palestrantes renomados, e reunião técnica dos ouvidores, coordenada pelo presidente do Comitê Técnico de Corregedorias e Ouvidorias e Controle Social do Instituto Rui Barbosa, conselheiro Gilberto Jales (TCE/RN).

[TCE/SC determina diligências para ter acesso a informações do edital que trata da contratação do Samu](#)

ter, 07/12/2021 - 15:08



O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) determinou na última sexta-feira (3/12) diligências à Secretaria de Estado da Saúde (SES) e à Secretaria de Estado da Administração (SEA) para que informem sobre uma série de pontos relacionados ao edital do Concurso de Projetos que tem como objetivo a contratação de uma Organização Social (OS) para gerir o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). O pedido foi feito pela Diretoria de Licitações e Contratações (DLC) e atendido pelo conselheiro Herneus De Nadal, que está à frente dos processos relacionados à área da saúde no TCE/SC.

O texto da área técnica do TCE/SC fez observações em quatro frentes: transparência; seleção e julgamento das propostas; aspectos financeiros e orçamentários; e metas de produção e qualidade.

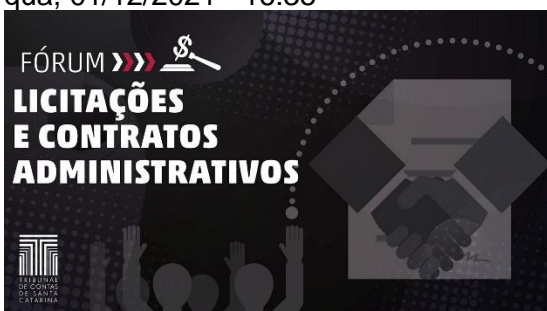
Inscrições para o concurso público do TCE/SC podem ser solicitadas até o dia 20 de dezembro
sex, 03/12/2021 - 19:18



Continuam abertas as inscrições para o concurso público do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), voltado ao provimento de vagas e à formação de cadastro de reserva para o cargo de auditor fiscal de controle externo. Interessados em participar devem acessar o endereço eletrônico https://www.cebraspe.org.br/concursos/tce_sc_21_auditor, até as 18 horas do dia 20 de dezembro, para efetuar a solicitação.

Evento do TCE/SC discute as inovações nas contratações públicas a partir da Nova Lei de Licitações

qua, 01/12/2021 - 16:35



O Tribunal de Contas de Santa Catarina deu início, nesta quarta-feira (1/12), à transmissão de lives com as palestras do Fórum Licitações e Contratos Administrativos, no canal da Instituição no [Youtube](#). A abertura do evento contou com a participação do corregedor-geral do TCE/SC, conselheiro José Nei Ascari; do coordenador científico do evento, professor Noel Antônio Baratieri; e de representantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, além da procuradora-geral do Ministério Público de Contas, Cibelly Farias.

O evento destina-se a agentes de contratação, pregoeiros, fiscais de contratos, controladores internos, procuradores jurídicos, advogados, auditores, secretários municipais, vereadores, prefeitos e acadêmicos e debaterá as inovações, rupturas e melhorias proporcionadas pelo novo marco legal das Licitações e Contratações Públicas (Lei Federal n. 14.133, de 2021), a [Nova Lei Geral de Licitações \(NLL\)](#).

“É um tema de mais alta relevância para o controle externo. Em tempo de demanda social crescente, mais do que cortar gastos, o melhor a se fazer é qualificá-los. A nova lei traz boas práticas, como a incorporação dos conceitos de governança e a ênfase nas fases preparatórias das licitações. Haverá um desafio de exigir do gestor público preparo para cumpri-la porque a má gestão acarreta em mais prejuízos do que a corrupção, tem forte impacto social e dificulta o crescimento da economia”, afirma Ascari.

Para a promotora de Justiça Lara Peplau, que na abertura representou o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), eventos como esse fórum são fundamentais porque a nova Lei de Licitações precisa ser compreendida numa gama ampliada de realidades, da União aos pequenos municípios, do Congresso às câmaras municipais, “e o TCE/SC é referência em apontar o Norte e corrigir rumos”.

A procuradora-geral do Ministério Público de Contas (MPC/SC), Cibelly Farias, lembrou que as matérias relacionadas a licitações têm sido as mais demandadas dentro das análises do MPC/SC e que a nova lei “reforça a necessidade de sermos cada vez mais proativos, atuando com antecedência nos processos”. A proatividade também foi ressaltada pela diretora de Material e Patrimônio do TJSC, Graziela Meyer Juliani, que citou o acordo entre Tribunal de Justiça, TCE/SC, MPC/SC e Assembleia Legislativa (Alesc) para esses órgãos realizarem contratações compartilhadas, com consequente ganho para as instituições.

Na avaliação do deputado Bruno Souza, que representou a Alesc na abertura do fórum, a NLL pode ajudar na solução de problemas decorrentes da falta de planejamento para as compras públicas. Já para Karen Bayerstoff, diretora de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, o melhor entendimento da lei a partir das capacitações funcionará como indutor de políticas públicas e resultará em mais retorno aos cidadãos. Organizada pelo Instituto de Contas do TCE/SC, a programação do Fórum Licitações e Contratos Administrativos contempla orientações até o dia 3 de dezembro, das 14h às 17h ([Programação](#)).

Abordagens

A programação contará com 12 palestras e 2 conferências. Procedimentos auxiliares na NLL; dispensa e inexigibilidade; novas atribuições da assessoria jurídica e do controle interno; papel do agente de contratação; pregão e sistema de registros de preços; especificações técnicas e inovação da NLL; novas modalidades de licitações; atuação do Tribunal de Contas; papel do fiscal e do gestor de contrato; reajuste, repactuação e revisão na NLL; prorrogação e alterações contratuais; e sanções administrativas. Esses são os demais temas a serem abordados no evento.

A nova Lei Geral de Licitações (Lei nº 14.133/21) substituiu as leis n.ºs 8666/93, 10.520/2002 e 12.462/2011, as duas últimas referentes, respectivamente, à Lei do Pregão e à do Regime Diferenciado de Contratações (RDC).

[Acordo inédito proposto pelo TCE/SC possibilita liberação do Centro de Eventos de Balneário Camboriú](#)

ter, 30/11/2021 - 19:17



Em um movimento inédito no Estado, o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) assinou na tarde desta terça-feira (30/11) um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) para pôr fim ao impasse que impedia a concessão e a abertura do Centro de Eventos de Balneário Camboriú. Proposto pelo relator do processo na Corte de Contas, conselheiro Luiz Eduardo Cherem, o documento autoriza o consórcio BC Eventos, que venceu a licitação, a assumir a gestão do empreendimento a partir do comprometimento de sanar questões apontadas pelo TCE/SC - em agosto, o Tribunal havia suspenso o processo de concessão aberto pelo Governo do Estado questionando a qualificação do consórcio.

[TCE/SC estipula prazo para SES informar sobre alternativas para continuidade do Samu caso prazos de edital não sejam observados](#)
ter, 30/11/2021 - 15:13



O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) determinou à Secretaria de Estado da Saúde (SES) um prazo de cinco dias para que ela informe sobre as alternativas que serão adotadas para dar continuidade ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) caso os prazos estipulados no edital do Concurso de Projetos SES/SEA 001/2021 não sejam observados – o contrato com a empresa que fornece o serviço se encerra em 31 de dezembro. A decisão singular é do conselheiro Herneus De Nadal, seguindo indicação da área técnica do TCE/SC sobre o processo RLI 21/00405807.

No entendimento do conselheiro, a medida se faz necessária a partir da identificação pelo TCE/SC, exposta em relatório da Diretoria de Contas de Gestão (DGE), da possibilidade de a SES não concluir o processo de contratação até a finalização do contrato com a OZZ Saúde, em 31 de dezembro de 2021, “sendo compelida a buscar alternativas para dar continuidade ao serviço sem a prorrogação do contrato atual”.

[Em live nesta terça-feira, dados do TCE/SC mostram raio-X do abandono escolar nas escolas municipais de Santa Catarina](#)
seg, 29/11/2021 - 17:27



Levantamento feito pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) nos 295 municípios do Estado mostrou que a pandemia de covid-19 causou sérios danos à educação pública. O raio-X elaborado pela Diretoria de Atividades Especiais (DAE) será um dos pontos da live que será transmitida nesta terça-feira (30/11) no [canal oficial da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação \(Undime/SC\) no Youtube](#). O Estudo constatou que só este ano cerca de 8,7 mil alunos catarinenses abandonaram a sala de aula – se levada em consideração a evasão escolar total, esse número chega a 13,7 mil. O levantamento inclui matriculados em creches, pré-escola, em todo o ensino fundamental, no ensino médio e nas unidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas da rede pública municipal.

Os dados serão inseridos nos Painéis de Acompanhamento dos Planos de Educação e estarão à disposição dos gestores públicos para o desenvolvimento de ações visando ao ano letivo de 2022. O levantamento é resultado de um trabalho desenvolvido que inclui, além de TCE/SC e Undime, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e o Ministério Público de Contas de Santa Catarina (MPC/SC). Em conjunto, as instituições mantêm o mapeamento do processo de retomada das aulas presenciais nos municípios.

[Um a cada dez alunos do 9º ano está em risco de evasão, revela estudo dos Tribunais de Contas em parceria com o Iede](#)
qui, 25/11/2021 - 16:55



O estudo “Permanência Escolar na Pandemia”, realizado pelos Tribunais de Contas (TCs), Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), revela que, no 5º ano do Ensino Fundamental, a média de participação dos estudantes das redes municipais em aulas on-line e, ou, entregando as atividades propostas pelas escolas foi de 92,5%, e no 9º ano, 90,1%. Os dados são referentes ao mês de abril de 2021, período marcado pelo ápice da segunda onda de covid-19. O estudo contou também com dados enviados pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina. [Acesse aqui o estudo completo](#)

A pesquisa procurou verificar a frequência dos alunos às atividades pedagógicas propostas, as práticas adotadas pelas redes de ensino para evitar o abandono e a evasão escolar, além de avaliar a gestão, sistematização e organização dos dados dos estudantes pelas redes e estabelecimentos de ensino.

[Modelo de gestão da Saúde Pública em Santa Catarina é debatido em seminário virtual](#)
qui, 25/11/2021 - 15:58



“Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2020, mostram que 13% dos serviços públicos de saúde no Brasil são administrados de forma terceirizada”.

A informação foi passada pelo secretário de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Waldemir Paulino Paschiotto, na abertura do seminário “O modelo das Organizações Sociais (OS) em Santa Catarina – Desafios e Perspectivas”, nesta quarta-feira (24/11). Organizado pela Rede de Controle da Gestão Pública no Estado, com apoio do Tribunal de Contas de Santa Catarina, o evento reuniu gestores de unidades hospitalares do Estado, além de representantes dos Poderes Executivo estadual e federal, para debater o modelo de gestão da saúde, e foi transmitido pelo [canal oficial do TCE/SC no Youtube](#).

[Seminário debate o modelo das organizações sociais em SC](#)
ter, 23/11/2021 - 11:32



A Rede de Controle da Gestão Pública no Estado, com o apoio do Tribunal de Contas de Santa Catarina, promove, nesta quarta-feira (24/11), o Seminário on-line “O modelo das Organizações Sociais (OS) em Santa Catarina – Desafios e Perspectivas”. A live, que vai ser transmitida pelo [canal do TCE/SC no Youtube](#), das 8h30 às 17 horas, reunirá gestores de algumas unidades hospitalares do Estado, além de representantes dos Poderes Executivo estadual e federal.

[Abertas as inscrições para o concurso público do TCE/SC](#)
sex, 19/11/2021 - 10:14



Interessados em participar do concurso público do Tribunal de Contas de Santa Catarina, voltado ao provimento de vagas e à formação de cadastro de reserva para o cargo de auditor fiscal de controle externo, têm até as 18 horas do dia 20 de dezembro para solicitar inscrição no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/tce_sc_21_auditor.

De acordo com o [Edital 1/2021](#), ao todo, são **160 vagas**, 40 delas para preenchimento por profissionais das áreas de Administração, Ciências Contábeis, Ciências da Computação,

Ciências Econômicas, Direito e Engenharia Civil. Outras 120 são destinadas à formação de cadastro de reserva, para as mesmas especialidades, que serão preenchidas de acordo com as necessidades da Corte de Contas e com a capacidade orçamentária, financeira e fiscal do TCE/SC.

[TCE/SC assina termo e adere à Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo](#)

sex, 19/11/2021 - 08:33



O vice-presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro Herneus De Nadal, representou a instituição no evento virtual de assinatura do termo de adesão de tribunais de contas de Estados e Municípios à Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo (RSL). A reunião foi promovida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na tarde desta quinta-feira (18/11), oportunidade em que o TCE/SC aderiu ao termo e passou a integrar a RSL.

[Atendimento Virtual, nova ferramenta do TCE/SC, amplia o acesso aos serviços oferecidos pela Corte de Contas](#)

qui, 18/11/2021 - 19:30



O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) lançou oficialmente na tarde desta quinta-feira (18/11), em evento com transmissão pelo [Youtube](#), o [Atendimento Virtual](#), serviço pioneiro no país que permite, por videochamada, atender jurisdicionados, fiscalizados, advogados e cidadãos comuns que buscam orientações e informações sobre processos e procedimentos da Corte de Contas.

A disponibilização da ferramenta faz parte da transformação digital prevista no Plano de Ação 2019/2022 e está inserido nas mudanças organizacionais que têm como pilar de desenvolvimento as pessoas, os processos e a tecnologia. “Os serviços digitais vieram para ficar e se justificam pelos inúmeros benefícios que propiciam para a sociedade, como a acessibilidade ampla, a redução de custos e a otimização de tempo e esforços. O Atendimento Virtual está inserido no contexto da estratégia digital que adotamos, na mudança de paradigmas e de comportamento que havíamos iniciado no Tribunal antes mesmo da pandemia. Sem essa condição, de certa forma, não teríamos tido sucesso na manutenção dos serviços que oferecemos”, afirmou o presidente do TCE/SC, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior.

[TCE/SC lança Atendimento Virtual, ferramenta pioneira que amplia o acesso aos serviços oferecidos pela Corte de Contas](#)

qui, 18/11/2021 - 09:57



A partir desta quinta-feira (18/11), o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) disponibiliza um modelo diferenciado de serviço. Trata-se do Atendimento Virtual, ferramenta on-line que faz parte da transformação digital do Tribunal na qual servidores estarão disponíveis para atender, por videochamada, jurisdicionados, fiscalizados, advogados e os cidadãos comuns que buscam informações sobre processos e orientações. Um dos pioneiros no Brasil, o Atendimento Virtual do TCE catarinense está dividido em duas frentes, ambas com acesso pelo portal do TCE/SC: o Agendamento Virtual, com hora marcada, e o Balcão Virtual, feito por ordem de acesso. O processo normativo que institui e regulamento o serviço (PNO 21/00690404) foi aprovado em sessão extraordinária nesta quarta-feira (17/11), e lançamento oficial do serviço será em cerimônia virtual na tarde desta quinta-feira, pelo canal do Tribunal no Youtube.

“O Atendimento Virtual faz parte do Plano de Ação 2019-2022, elaborado com o objetivo de construir um ambiente organizacional que tem a inovação como base do desenvolvimento profissional e do aprimoramento das atividades institucionais. É essencial para estarmos em consonância com a sociedade, que espera dos órgãos públicos maior eficiência, mais acessibilidade, redução de custos e de tempo”, afirma o presidente do TCE/SC, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior.

O projeto iniciou em fevereiro deste ano tendo à frente a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e passou nove meses em desenvolvimento. Em junho e julho foi apresentado às diretorias que trabalhariam nos serviços. Na sequência, os servidores de cada área passaram por treinamento – foram 57 pessoas capacitadas entre setembro e outubro em 49 tipos diferentes de serviço.

Para o diretor-geral de Controle Externo, Marcelo Brognoli da Costa, “o Agendamento Virtual, ferramenta mais vocacionada ao atendimento pelas diretorias técnicas, favorece a organização das atividades e facilita o contato de gestores públicos com o Tribunal de Contas na obtenção de orientações de caráter pedagógico. A antecipação do assunto e das dúvidas, no momento do agendamento virtual, permite melhor qualificação das respostas de interesse dos jurisdicionados.”

O Serviço

O TCE/SC utiliza hoje como canais de atendimento e-mail, telefone e balcão presencial. A identificação de situações incômodas com esses modelos, como a figura do “fura-fila”, aquele que ganhava preferência no atendimento pelo fato de estar presente ou de ter a ligação atendida, levou à busca de uma solução mais equilibrada.

Para dispor do serviço, é preciso acessar o portal do TCE/SC. No lado direito da tela, há um banner especial que leva ao Atendimento Virtual. Assim que carregar a página, haverá uma breve descrição dos serviços e as opções “Agendamento” e “Balcão”. Para ter acesso aos servidores do TCE/SC é preciso usar microfone e câmera e mostrar um documento com foto quando for atendido. O sistema para marcação de consultas funciona 24 horas e enviará, na véspera do atendimento, um lembrete do compromisso ao e-mail informado na marcação do horário.

“Foi o modelo avaliado que se mostrou mais eficiente para garantir que os servidores saibam, com antecedência, quais serão os atendimentos que deverão realizar, organizando melhor o dia e obtendo mais produtividade” explica o assessor de Governança Estratégica de Tecnologia da Informação, Jairo Wensing.

Na avaliação de Tatiana Custódio, uma das responsáveis pelo desenvolvimento das novas ferramentas, o período de pandemia acelerou o processo de modernização de órgãos públicos

para que houvesse maior aproximação com aqueles que procuram serviços. “Com a ferramenta que estamos disponibilizando, não há mais a necessidade de viajar centenas de quilômetros para conversar com alguém no TCE. Estamos a poucos cliques de distância. É sobre facilitar, descomplicar, ter alternativas para o atendimento dos cidadãos”, reforça.

TCE/SC faz retificações no edital do concurso público para incluir novas categorias aptas a solicitar isenção da taxa de inscrição

ter, 16/11/2021 - 18:13



Será publicado na edição do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas de Santa Catarina, desta quarta-feira (17/11), o [Edital 2/2021](#) que amplia para os profissionais a serviço do Tribunal do Júri e da Justiça Eleitoral a possibilidade de solicitarem isenção da taxa de inscrição do concurso público voltado ao provimento de vagas e à formação de cadastro de reserva para o cargo de auditor fiscal de controle externo. A inclusão de tais categorias está amparada na Lei Estadual 17.998/2020.

TCE/SC integra novas diretorias da Atricon e do IRB

sex, 12/11/2021 - 15:09



O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) integra as novas diretorias da Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Rui Barbosa (IRB), aclamadas por unanimidade nesta sexta-feira (12/11), no último dia do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas. Ambas as entidades tiveram chapa única e foram construídas a partir do diálogo e do consenso.

A Atricon será presidida pelo conselheiro Cezar Miola (TCE/RS) e terá como vice-presidente executivo o conselheiro Edilson de Souza Silva (TCE/RO). O presidente do TCE/SC, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, foi eleito vice-presidente de Relações Internacionais da entidade, além de também atuar como vice-presidente do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).

Os demais vices da Atricon são: Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto (TM/GO), Relações Político-Institucionais; Milene Dias da Cunha (TCE/PA), Relações Jurídicas-Intitucionais; Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE/ES), Desenvolvimento do Controle Externo; João Antônio da Silva Filho (TCM/SP), Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos.

O IRB será liderado pelo conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima (TCE/CE) e terá como vice os conselheiros Ivan Bonilha (TCE/PR), Relações Institucionais; Mário Manoel Coelho de Mello (TCE/AM), Desenvolvimento Institucional; Sebastião Helvécio Ramos de Castro (TCE/MG),

Ensino, Pesquisa e Extensão; Inaldo da Paixão Santos Araújo (TCE/BA), Auditoria; e Cristiana de Castro Moraes (TCE/SP), Desenvolvimento e Políticas Públicas. O conselheiro do TCE/SC, Luiz Eduardo Cherem, será titular do Conselho Fiscal do Instituto Rui Barbosa.

II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas aborda o mundo em transformação

qua, 10/11/2021 - 18:19



“O Mundo em Transformação” foi a tônica dos discursos realizados na cerimônia de abertura do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC), na manhã desta quarta-feira (10/11), em João Pessoa (PB). O evento, em formato híbrido, iniciou na terça-feira (9), com uma programação destinada a encontros e reuniões técnicas, e se estende até sexta-feira (12), com palestra do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux.

TCE/SC publica edital para realização de concurso público; inscrições estarão abertas de 19 de novembro a 20 de dezembro

qua, 10/11/2021 - 09:20



O Tribunal de Contas de Santa Catarina publicou, na edição do seu **Diário Oficial Eletrônico (DOTC-e)**, desta **quarta-feira (10/11)**, o **Edital 1/2021** para realização de concurso público voltado ao provimento de vagas e à formação de cadastro de reserva para o cargo de auditor fiscal de controle externo. Interessados em concorrer deverão fazer a inscrição no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/tce_sc_21_auditor, das 10 horas do dia 19 de novembro até as 18 horas do dia 20 de dezembro (horário oficial de Brasília).

“O lançamento deste edital é mais uma importante etapa para o TCE/SC nesse necessário e salutar processo de recomposição da nossa força de trabalho e de renovação do nosso pessoal, e propiciará a oxigenação dos nossos quadros, com a chegada de novos valores, talentos e ideias”, enfatiza o presidente Adircélio de Moraes Ferreira Júnior.

O coordenador da **Comissão** encarregada do acompanhamento do concurso público, conselheiro José Nei Alberton Ascari, corregedor-geral do TCE/SC, também salienta a importância do lançamento do edital. “Este concurso vai proporcionar o fortalecimento de nossa valorosa equipe técnica, imprescindível para a execução eficiente de todas as atividades relativas ao controle externo da gestão pública”.

Serão 40 vagas, sendo 6 para a área de Administração, 9 para a de Ciências Contábeis, 8 para a de Ciências da Computação, 3 para a de Ciências Econômicas, 10 para a de Direito e 4 para a de Engenharia Civil. Outras 120 serão destinadas à formação de cadastro de reserva, para as

mesmas especialidades, que serão preenchidas de acordo com as necessidades da Corte de Contas e com a capacidade orçamentária, financeira e fiscal do TCE/SC. Nas duas situações, há vagas para pessoas com deficiência ([Vagas](#)).

O concurso está sendo organizado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe). Será constituído de provas objetiva — de conhecimentos básicos e específicos, com 40 e 60 questões, respectivamente — e de prova discursiva, com produção de um relatório técnico de até 90 linhas. As provas serão realizadas em Florianópolis, na data provável de 6 de março de 2022, e terão caráter eliminatório e classificatório. Os locais e o horário serão publicados no DOTC-e, no dia 14 de fevereiro.

De acordo com o Edital 1/2021, a jornada de trabalho será de 40 horas semanais e a remuneração será composta pelo vencimento básico de R\$ 7.302,91, pela gratificação de desempenho de até R\$ 6.181,21 (valor variável) e pelo auxílio-alimentação de R\$ 1.722,53.

Mais informações, no Edital 1/2021, publicado no [Diário Oficial Eletrônico \(DOTC-e\)](#), [desta quarta-feira \(10/11\)](#).

[Nova ferramenta para acesso a informações sobre licitações reforça caráter de transparência do TCE/SC](#)

ter, 09/11/2021 - 19:02



A partir desta terça-feira (9/11), o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) reforça o compromisso com a transparência na divulgação de dados públicos. Em transmissão ao vivo pelo canal do TCE/SC no Youtube, a Corte de Contas apresentou o [Painel de Oportunidades](#), que facilita o acesso a informações e que aprimora a gestão pública e a boa governança. A ferramenta tem o objetivo de ampliar a divulgação dos procedimentos licitatórios em andamento e publicados pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, por municípios, autarquias, fundações e demais órgãos públicos de todo o Estado.

No painel de Oportunidade serão disponibilizados os editais e informações básicas das licitações encaminhadas ao TCE/SC. “O painel amplia em muito a publicidade desses processos e possibilita maior competitividade entre aqueles que se candidatam à execução de obras, vendas ou à oferta de serviços para o setor público. O resultado acaba sendo melhores ofertas”, afirma o diretor de Informações Estratégicas, Nilsom Zanatto.

[TCE/SC completa 66 anos de avanços na fiscalização e no julgamento dos atos do Estado e dos municípios catarinenses](#)

qui, 04/11/2021 - 10:48



Promover o aprimoramento do aparato estatal como um todo para gerar benefícios para toda a sociedade. Este tem sido o objetivo do Tribunal de Contas de Santa Catarina nestes 66 anos celebrados nesta quinta-feira (4/11). “Ao longo dos anos, a nossa Instituição tem aperfeiçoado a sua forma de atuação como controle externo para contribuir, de forma proativa, assertiva e dialógica, com a promoção de práticas de boa governança voltadas ao atendimento das demandas da população”, enfatiza o presidente do TCE/SC, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior.

Para o supervisor da Ouvidoria, conselheiro César Filomeno Fontes, a Corte de catarinense alcançou um patamar inédito na fiscalização de resultados, graças ao histórico investimento em capacitação de servidores, à modernização de métodos de auditoria e ao uso de ferramentas de tecnologia da informação. “O avanço dos últimos anos tem, como reflexo, um Tribunal de Contas mais célere, moderno e próximo dos jurisdicionados e da população catarinense, representando uma promessa segura de estarem bem resguardados os interesses da sociedade quanto à garantia de observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, economicidade e legitimidade no trato da coisa pública”, ressalta.

Os avanços ocorridos também são realçados pelo conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall. Ele cita a orientação dos gestores, por meio dos ciclos de estudos; a mudança na forma de fiscalização, com destaque para as auditorias operacionais; o processo de modernização; e a aproximação do cidadão. “Uma das certezas que tenho é que as mudanças continuarão a ocorrer, por isso o Tribunal de Contas precisa estar centrado na sua missão para estar sempre um passo à frente, ter ousadia para adotar novas soluções e agir com coragem para enfrentar os desafios”, destaca. No período, a Corte catarinense buscou inovar o seu método de trabalho, ação intensificada a partir de 2020, diante da pandemia da Covid-19. Uma série de medidas foi necessária, como a ampliação do uso de tecnologia da informação e comunicação para estabelecimento do trabalho a distância, a implantação das sessões plenárias virtuais e telepresenciais e a realização de reuniões e de capacitações por vídeo. “Tais transformações ocorreram em um curto espaço de tempo — antes desse contexto poderiam levar meses ou até anos — e auxiliam a construção, a cada dia, da imagem do TCE/SC como órgão de governança pública”, afirma o presidente Adircélio.

“Mesmo diante de tantos desafios enfrentados, principalmente em virtude dos desdobramentos decorrentes da pandemia, conseguimos avançar investindo em inovação, firmando novos convênios, adequando antigas resoluções, capacitando nossos servidores e, sobretudo, repensando a forma de trabalho a que estávamos condicionados”, aponta a diretora-geral de Administração, Thais Schmitz Serpa.

A atuação durante a pandemia do coronavírus também é objeto do depoimento do auditor fiscal de controle externo André Diniz dos Santos, último servidor efetivo a ingressar nos quadros do TCE/SC, com destaque para a intensificação do uso de tecnologia da informação; a migração para o ambiente eletrônico; e a utilização de dados em nuvem, o que permitiu a realização do trabalho remoto. “Criou-se, também, um ambiente mais dinâmico e ágil na atuação das atividades, o que gerou ganho de produtividade e economia de recursos”, salienta.

Ao cumprimentar a atual Presidência pelos 66 anos do TCE/SC, a procuradora-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Cibely Farias, parabeniza todos os presidentes, os conselheiros e auditores, além dos servidores e demais colaboradores que fizeram parte da história pelas mudanças e pelos avanços ocorridos no controle externo das contas públicas do Estado e dos municípios catarinenses. “No início, eram 30 servidores, hoje o TCE/SC conta com um contingente especializado de quase 600 profissionais, em um quadro amplamente reconhecido pela excelência dos seus trabalhos técnicos”, diz.

Sessão especial

O aniversário do TCE/SC será marcado por uma sessão especial, em fevereiro — mês em que o Órgão foi instalado — de 2022. O evento ocorrerá às 14 horas, no formato híbrido, e será transmitido pelo canal do TCE/SC no Youtube. A programação contempla a inauguração da exposição sobre as origens e a trajetória da instituição responsável pela fiscalização e o

juízo dos atos do Estado e dos municípios catarinenses, que reúne os principais fatos ocorridos de 4 de novembro de 1955 — data da criação — a novembro de 2021.

Numa iniciativa do Gabinete da Presidência — coordenada pela Comissão Organizadora das Atividades Comemorativas aos 65 anos da Corte de Contas catarinense, instituída pela Portaria 62/2020 —, a mostra está sendo montada em diversos ambientes do piso térreo do edifício-sede do Tribunal, em Florianópolis, e se somará aos espaços inaugurados em agosto deste ano, quando das celebrações alusivas aos 200 anos de nascimento de Anita Garibaldi.

A exposição abordará os acontecimentos que culminaram com a criação da Instituição e o estabelecimento do controle externo da administração pública em Santa Catarina, e as ações voltadas ao cumprimento da missão constitucional em todas as frentes de atuação. Haverá áreas dedicadas à demonstração de atividades de controle, de orientação, de comunicação com os diversos públicos de interesse, de relacionamento com organismos nacionais e internacionais e um ambiente voltado à reflexão sobre o papel e a importância do Tribunal nos próximos anos. Ao final da mostra, será firmado um compromisso: “No futuro, o TCE/SC estará ainda mais presente!”

Durante o evento, também ocorrerá a entrega da Medalha do Mérito Tribunal de Contas a pessoas que colaboraram com a criação, o desenvolvimento e a melhoria do desempenho do órgão de controle externo e da Medalha do Mérito Funcional, nas categorias bronze, prata, ouro e aposentadoria, aos servidores que completaram 10, 20 e 30 anos e aos inativos, respectivamente.

Haverá, ainda, a reinauguração da Galeria dos Presidentes e a exibição de clipe de integrantes do Coral Hélio Teixeira da Rosa da música Estão Voltando as Flores, composta por Paulo Soledade. O vídeo conta com a participação do maestro Giovane Pacheco, da preparadora vocal e pianista Cláudia Todorov, e dos músicos Raul Francisconi Cardoso, no violão, e Josué Alves, na flauta. A produção audiovisual foi feita por Misael Pacheco.

[Presidente do TCE/SC recebe integrantes da Associação de Municípios do Vale Europeu](#) qui, 28/10/2021 - 13:51



O presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, recebeu, em visita institucional telepresencial, nesta quarta-feira (27/10), prefeitos da Diretoria Executiva e equipe da Associação dos Municípios do Vale Europeu (Amve). Na pauta do encontro, solicitação de orientação do TCE/SC quanto à Previdência Complementar, à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic), à Lei Complementar nº 178/2021 e ao Compliance.

O presidente do TCE/SC destacou a importância em manter o diálogo entre a gestão e o controle. “Tudo o que pudermos fazer para orientar nossos jurisdicionados no sentido da boa governança, iremos fazer”, salientou ao falar sobre a necessidade de orientação com relação aos temas sugeridos pelos integrantes da associação.

[Vice-presidente do TCE/SC reúne-se com prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais do Oeste](#)

qui, 28/10/2021 - 12:26



O vice-presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), conselheiro Herneus De Nadal, reuniu-se na manhã desta quarta-feira (27/10) com os prefeitos da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc), em Chapecó. Ele estava acompanhado do diretor de Contas do Governo (DGO), Moisés Hoegenn.

TCE/SC aprimora programa de capacitação dos servidores

qui, 28/10/2021 - 10:44



O Pleno do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) aprovou, na sessão telepresencial dessa segunda-feira (25/10), o projeto de resolução que institui novos parâmetros para o programa de capacitação dos servidores. O objetivo é torná-lo mais ágil e compatível com a atual estrutura organizacional, além de incorporar uma nova modalidade de treinamento – a certificação profissional.

Segundo o presidente do TCE/SC, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, em sua exposição de motivos, o projeto – que teve origem em uma solicitação encaminhada pelo Instituto de Contas (Icon), – está alinhado com a necessidade de fomentar e viabilizar o desenvolvimento de servidores, bem como de produzir e disseminar o conhecimento, visando ao aperfeiçoamento profissional e institucional.

TCE/SC estabelece política de segurança da informação e proteção de dados

ter, 26/10/2021 - 18:49



O Pleno do Tribunal de Contas de Santa Catarina aprovou, na sessão telepresencial desta segunda-feira (25/10), Resolução que estabelece a Política de Segurança da Informação, Comunicação, Privacidade e Proteção de Dados no âmbito da instituição. A iniciativa visa ao estabelecimento de princípios, objetivos, diretrizes e requisitos gerais que promovam a gestão

integrada e coerente, periodicamente revista, de processos voltados à segurança dos registros de posse do TCE/SC, bem como a sua integridade, confidencialidade e autenticidade.

Elaborado pela Assessoria de Governança Estratégica de Tecnologia da Informação (AGET) e pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados (CGSIPD), a Resolução é resultado da iniciativa 44 do Plano de Ação 2019/2020, em consonância com o Planejamento Estratégico. O documento também está de acordo com a legislação que trata do acesso à informação e, em especial, com a Lei n. 13.709/2018 (LGPD), que determina adoção de mecanismos de tratamento e proteção dos dados pessoais, com vistas à garantia dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como ao livre desenvolvimento da personalidade da pessoa humana nas relações dos cidadãos com entidades públicas e privadas.

Em sua exposição de motivos, o presidente da Corte catarinense, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, registra que “o TCE/SC tem buscado trilhar um caminho exemplar na concretização de valores que representam seu compromisso com a transparência, princípio basilar da democracia, garantidor da satisfação de direitos sociais, que se traduz na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos”.

O presidente sustenta também que com a LGPD, e a aprovação pelo Senado, no último dia 20 de outubro, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 17/2019, que torna a proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, um direito fundamental, “a cultura da proteção de dados deve ser estimulada, principalmente em tempos desafiadores que apressam movimentos de transformação digital”.

Adircélio enfatiza que o aumento recente e significativo dos incidentes de segurança da informação, privacidade e proteção de dados em órgãos públicos “torna ainda mais relevante e urgente a discussão dos aspectos relacionados à política de segurança da informação, privacidade e proteção de dados no âmbito desta Casa”.

A Resolução está dividida em oito capítulos. Inicialmente estão estabelecidos os objetivos da política de segurança da informação, comunicação, privacidade e proteção de dados; em seguida, o documento detalha o público de interesse (rol de sujeitos à política); seus princípios; referências legais e normativas; as instâncias administrativas; a estrutura normativa da segurança da informação, das comunicações, da privacidade e da proteção de dados; e as diretrizes; e finalmente o glossário dos termos de segurança da informação e proteção de dados empregados na Resolução.

Segundo o assessor de Governança Estratégica de Tecnologia da Informação, Jairo Wensing, “nesta resolução foram definidas as diretrizes, e agora o Comitê Gestor vai elaborar um conjunto de normas, procedimentos e orientações específicas nos termos de portarias a serem editadas pelo presidente.”

O relator do processo, conselheiro Herneus De Nadal, considerou que os fundamentos apresentados na manifestação da Presidência “justificam a medida institucional, com vistas de estabelecer a política de segurança da Informação, das Comunicações, da Privacidade e Proteção de Dados” e por isso concluiu por oportuna a aprovação, na íntegra, da Resolução.

[Presidente do TCE/SC recebe vereadores e representantes de entidades de Balneário Camboriú para tratar do Centro de Convenções](#)

sex, 22/10/2021 - 15:47



O presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, participou na tarde desta quinta-feira (21/10), de reunião telepresencial com o vereador Marcos Augusto Kurtz, presidente da Câmara de Municipal de Balneário Camboriú, além de outros vereadores e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Santa Catarina (OAB/SC), da Associação Empresarial de Balneário Camboriú e Camboriú (ACIBALC), da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e do Convencion Bureau, para tratar da concessão do Centro de Eventos da cidade. A pauta da reunião foi a reivindicação das entidades do trade turístico do município solicitando agilidade na análise do procedimento licitatório da concessão, que se encontra em tramitação na Corte de Contas.

TCE/SC vai dar maior agilidade às auditorias operacionais

qua, 20/10/2021 - 16:16



O Pleno do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) aprovou, na sessão dessa segunda-feira (18/10), o Projeto de Resolução que estabelece novos parâmetros para a realização das auditorias operacionais, visando a dar maior celeridade e efetividade ao trâmite processual das fiscalizações no âmbito da Corte de Contas.

TCE/SC participa de projeto-piloto da Atricon para implantação de nova ferramenta de avaliação das cortes de contas

qui, 14/10/2021 - 17:46



O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) foi escolhido para fazer parte do projeto piloto de implantação de uma nova ferramenta para a aplicação do Marco de Medição de Desempenho

dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD.TC). Denominada de Aprimore, a ferramenta vai modernizar a antiga metodologia que fazia uso de planilhas e documentos avulsos, e passa, a partir de agora, a reunir dados em um único sistema, em tempo real, facilitando a captação e a rastreabilidade dos indicadores de eficiência apurados junto às cortes de contas.

Ao receber a comitiva da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), na manhã desta quinta-feira (14/10), o presidente do TCE/SC, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, salientou que o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD.TC) “é uma ferramenta importantíssima, que auxilia no desenvolvimento e aprimoramento dos tribunais de contas como um todo”. E ressaltou que “é uma honra para nós, de Santa Catarina, fazermos parte desse projeto-piloto que tem por objetivo aprimorar ainda mais o MMD.TC e trazer mais tecnologia à informação aplicada a esse instrumento de aperfeiçoamento dos tribunais de contas”.

A delegação que visita o TCE/SC é formada pelos conselheiros Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE/ES) e Edilson de Sousa Silva (TCE/RO), além de mais seis técnicos designados pela Atricon.

[Implantação do eSocial para os órgãos públicos é tema de live no canal do Youtube do TCE/SC](#)
qua, 13/10/2021 - 18:25



Implantação do eSocial para os Órgãos Públicos

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, em parceria com a Associação dos Institutos Municipais de Previdência de Santa Catarina (Assimpasc) e a Secretaria de Previdência (SPREV) do Ministério do Trabalho e Previdência, realizaram nesta quarta-feira (13/10) uma live sobre a implantação do eSocial para os órgãos públicos. O evento foi transmitido e está disponível no [canal do Youtube do TCE/SC](#).

O eSocial é um projeto da União, de adesão obrigatória para todos os entes públicos, que consiste na implantação de um sistema para transmissão de dados de trabalhadores (servidores, militares, parlamentares e beneficiários) para o cumprimento das obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais e que será indispensável para a gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

[TCE/SC, MPC, MPSC e Undime fazem pesquisa sobre os impactos da pandemia no abandono e evasão escolar](#)

sex, 08/10/2021 - 16:59



Realizar um levantamento dos índices de abandono e evasão escolar do ano letivo de 2021 e mapear o processo de retomada das aulas presenciais nos municípios catarinenses, para possibilitar o planejamento de políticas públicas intersetoriais e de ações educacionais efetivas para o próximo ano. Esse é o objetivo do formulário “Diagnóstico dos impactos da pandemia no abandono e evasão escolar nos municípios catarinenses”, lançado nesta quinta-feira (07/10), em [evento on line](#), organizado pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), em parceria com o Tribunal de Contas de Santa Catarina, o Ministério Público de Contas e o Ministério Público estadual.

O questionário, que foi encaminhado também nesta quinta-feira, pelo TCE/SC, por e-mail, aos dirigentes municipais de Educação, aos controles internos e prefeitos, deve ser respondido até o dia 20 de outubro.

ANEXO 1- DIÁRIAS CONCEDIDAS NO TRIMESTRE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS	96
QUANTIDADE DE DIÁRIAS REFERENTES AO ADICIONAL DE EMBARQUE	4,5
QUANTIDADE TOTAL DE DIÁRIAS	100,5
QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	22
TOTAL DE VIAGENS	19
VALOR DIÁRIAS	R\$ 77.113,15
VALOR DIÁRIAS REFENTES AO ADICIONAL DE EMBARQUE	R\$ 5.545,19
VALOR DESPENDIDO NO TRIMESTRE	R\$ 82.658,34

DATA	NOME DO SERVIDOR	QUANT. DIÁRIAS	VALOR DA DIÁRIA (R\$)	VALOR DAS DIÁRIAS RECEBIDAS (R\$)	QUANT. DIÁRIAS REF. ADIC. DE EMBARQUE	VALOR DIÁRIAS REF. ADICIONAL DE EMBARQUE (R\$)	QUANT. TOTAL DIÁRIAS	VALOR TOTAL COM ADICIONAL DE EMBARQUE (R\$)
OUT	Adircélio de Moraes Ferreira Júnior	5	2.477,88	12.389,40	0,5	1.238,94	5,5	13.628,34
OUT	Erasmo Manoel dos Santos	5	405,00	2.025,00	0	-	5	2.025,00
OUT	Marcos Scherer Bastos	5	486,00	2.430,00	0	-	5	2.430,00
OUT	Gabriel Vicente Ferreira de Carvalho	5	486,00	2.430,00	0	-	5	2.430,00
OUT	Marcos Aurelio Silva	2,5	405,00	1.012,50	0	-	2,5	1.012,50
OUT	Moises Hoegenn	2,5	405,00	1.012,50	0	-	2,5	1.012,50
OUT	Herneus João De Nadal	1	598,00	598,00	0	-	1	598,00
NOV	Adircélio de Moraes Ferreira Júnior	5,5	2.465,50	13.560,25	0,5	1.232,75	6	14.793,00
NOV	Adircélio de Moraes Ferreira Júnior	4,0	993,00	3.972,00	0,5	496,50	4,5	4.468,50
NOV	Alysson Mattje	4,5	725,00	3.262,50	0,5	362,50	5	3.625,00
NOV	Alysson Mattje	1	725,00	725,00			1	725,00
NOV	Antonio Cesar Maliceski	4	486,00	1.944,00		-	4	1.944,00
NOV	Claudio Felicio Elias	4	405,00	1.620,00		-	4	1.620,00
NOV	Damiany da Fonseca	4	486,00	1.944,00		-	4	1.944,00
NOV	Edson Biazussi	1,5	725,00	1.087,50		-	1,5	1.087,50
NOV	Gabriel Vicente Ferreira de Carvalho	1	486,00	486,00		-	1	486,00
NOV	Gabriel Vicente Ferreira de Carvalho	3	486,00	1.458,00		-	3	1.458,00
NOV	Gerson dos Santos Sicca	4,5	993,00	4.468,50	0,5	496,50	5	4.965,00
NOV	Marivalda May Michels Steiner	1	486,00	486,00		-	1	486,00
NOV	Marivalda May Michels Steiner	3	486,00	1.458,00		-	3	1.458,00
NOV	Moises Hoegenn	1,5	405,00	607,50		-	1,5	607,50
NOV	Nelson Costa Junior	4	486,00	1.944,00		-	4	1.944,00
NOV	Paulo Cesar Salum	4	725,00	2.900,00	0,5	362,50	4,5	3.262,50
NOV	Rafael Martini	4	725,00	2.900,00	0,5	362,50	4,5	3.262,50
NOV	Vilson Rogerio Waltrick	1	486,00	486,00		-	1	486,00
NOV	Vilson Rogerio Waltrick	3	405,00	1.215,00		-	3	1.215,00
NOV	Wilson Rogerio Wan Dall	1,5	993,00	1.489,50		-	1,5	1.489,50
DEZ	Adircélio de Moraes Ferreira Júnior	2	993,00	1.986,00	0,5	496,50	2,5	2.482,50
DEZ	Cristiano Francis Matos de Macedo	1,5	405,00	607,50		-	1,5	607,50
DEZ	Gilmara Tenfen Warmling	0,5	405,00	202,50		-	0,5	202,50
DEZ	Gilmara Tenfen Warmling	0,5	405,00	202,50		-	0,5	202,50

DATA	NOME DO SERVIDOR	QUANT. DIÁRIAS	VALOR DA DIÁRIA (R\$)	VALOR DAS DIÁRIAS RECEBIDAS (R\$)	QUANT. DIÁRIAS REF. ADIC. DE EMBARQUE	VALOR DIÁRIAS REF. ADICIONAL DE EMBARQUE (R\$)	QUANT. TOTAL DIÁRIAS	VALOR TOTAL COM ADICIONAL DE EMBARQUE (R\$)
DEZ	Herneus João De Nadal	2	993,00	1.986,00	0,5	496,50	2,5	2.482,50
DEZ	Marcos Aurelio Silva	2,5	725,00	1.812,50		-	2,5	1.812,50
DEZ	Ricardo da Costa Mertens	0,5	405,00	202,50		-	0,5	202,50
DEZ	Ricardo da Costa Mertens	0,5	405,00	202,50		-	0,5	202,50
TOTAL		96		77.113,15	4,5	5.545,19	100,5	82.658,34

Obs: Cada adicional de embarque tem valor correspondente a 50% do valor de uma diária.

Fonte: Diretoria de Administração e Finanças – DAF

Embasamento Legal: PORTARIA TC Nº 0434/2017

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

1 - Gabinete da Presidência (GAP)

1.1 - Órgãos de Assessoria

1.1.1 - Chefia de Gabinete da Presidência (CGAP)

Juliana Francisconi Cardoso

1.1.1.1 - Assessoria da Presidência (APRE)

Maurisaura Rebelatto dos Santos

1.1.1.2 - Assessoria de Governança Estratégica de Tecnologia da Informação (AGET)

Jairo Wensing

1.1.2 - Assessoria Jurídica (AJUR)

Francielly Stahelin Coelho

1.1.3 - Assessoria de Planejamento (APLA)

Adriana Luz

1.1.4 - Assessoria Militar (ASMI)

Cel. Ademar Casona

1.1.5 - Assessoria de Comunicação Social (ACOM)

Rafael Martini

1.2 - Órgãos Institucionais Singulares

1.2.1 - Controladoria (CONT)

Andreza Schmidt Silva

1.2.2 - Instituto de Contas (ICON)

Sabrina Maddalozzo Pivatto

1.2.3 - Ouvidoria (OUVI)

Paulo Cesar Salum

2 - Órgãos de Controle

2.1 - Diretoria-Geral de Controle Externo (DGCE)

Marcelo Brognoli da Costa

2.1.1 - Diretoria de Contas de Governo (DGO)

Moises Hoegenn

2.1.2 - Diretoria de Contas de Gestão (DGE)

Sidney Antonio Tavares Junior

2.1.3 - Diretoria de Atividades Especiais (DAE)

Monique Portella Wild Hosterno

2.1.4 - Diretoria de Atos de Pessoal (DAP)

Ana Paula Machado da Costa

2.1.5 - Diretoria de Empresas e Entidades Congêneres (DEC)

Paulo João Bastos

2.1.6 - Diretoria de Licitações e Contratações (DLC)

Caroline de Souza

2.1.7 - Diretoria de Informações Estratégicas (DIE)
Nilsom Zanatto

2.1.8 - Diretoria de Recursos e Revisões (DRR)
Flávia Bogoni da Silva

3 - Órgãos de Apoio Técnico-Administrativo

3.1- Diretoria-Geral de Administração (DGAD)
Thais Schmitz Serpa

3.1.1 - Diretoria de Administração e Finanças (DAF)
Raul Fernando Fernandes Teixeira

3.1.2 - Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)
Giane Vanessa Fiorini

3.1.3 - Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)
Wallace da Silva Pereira

3.2 – Secretaria Geral (SG)
Flávia Letícia Fernandes Baesso Martins